



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Aline Felizardo Roberto da Silva

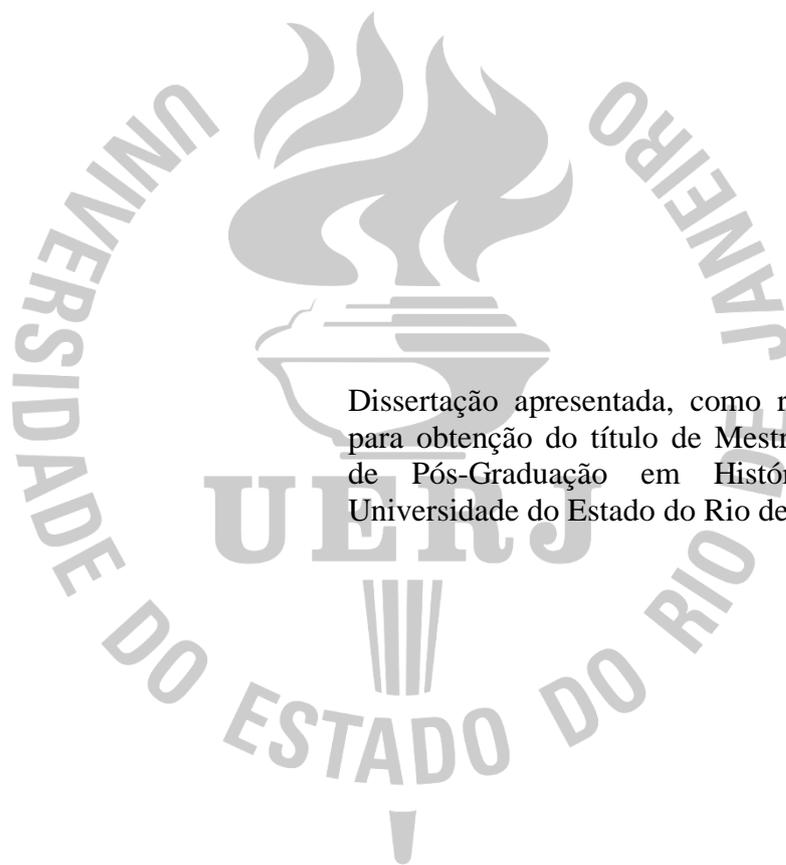
**Memórias de mulheres sobre as relações de gênero no Sindicato Estadual
dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)**

São Gonçalo

2024

Aline Felizardo Roberto da Silva

**Memórias de mulheres sobre as relações de gênero no Sindicato Estadual dos
Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Aline Felizardo Roberto da Silva

Memórias de mulheres sobre as relações de gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)

Dissertação apresentada, como requisito Parcial para obtenção do título de Mestre, Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ

Prof^a. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL

Prof^a. Dra. Andréa Cristina de Barros Queiroz

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

São Gonçalo

2024

Dedico este trabalho às militantes do SEPE/RJ, empenhadas na luta por uma educação pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Iniciar e prosseguir no mestrado foi um grande desafio para mim. Desde o começo, enfrentei momentos em que pensei em desistir. No entanto, graças ao apoio que recebi de todos os lados, consegui seguir em frente. Gostaria, então, de expressar minha profunda gratidão às pessoas e instituições que contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Gostaria primeiramente de agradecer à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), ao seu Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) e ao corpo docente do programa. Em especial, à minha orientadora, Izabel Priscila Pimentel da Silva, por sua inteligência, generosidade e carinho. Sou grata pelo tempo dedicado a este trabalho e pelas palavras de incentivo que foram essenciais nos meus momentos de maior angústia. Sei bem que minha orientação foi desafiadora.

Agradeço também à banca examinadora da defesa desta dissertação, que também participou do exame de qualificação, a professora Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai e a professora Dra. Andréa Cristina de Barros Queiroz, que generosamente dedicaram seu tempo e conhecimento à avaliação da minha dissertação. Suas contribuições valiosas e sugestões foram essenciais para o enriquecimento deste trabalho.

À minha família, especialmente à minha mãe, Maria, e ao meu pai, Edson, que não mediram esforços para tornar esse processo o mais leve possível.

Às minhas amigas e amigos que me incentivaram a participar do processo seletivo do mestrado e a seguir até o fim desta empreitada, meu muito obrigado. Em especial, agradeço a Raquel Terto, Nelson Ricardo, Renata Rodrigues, Roberta Caroline, Bruna Monteiro e Ella Fernandes.

A Douglas Bandeira, por ter sido uma presença constante em minha vida acadêmica, desde a graduação até o mestrado. Sua amizade e apoio têm sido essenciais em todos os momentos, especialmente nos desafios que enfrentei ao longo destes últimos anos.

Agradeço também às minhas amigas e amigos da Educação Pública: Lílian Cristian, Alba Gervásio, Kellen Pinheiro, Mariana Martins, Denise Marinho, Beatriz Freitas, Ana Paula Mathias e à minha ex-diretora em Niterói, Djenane Luisa Freire, por todo o apoio e

encorajamento que vocês me ofereceram. A confiança de vocês em mim e suas palavras positivas ajudaram a fortalecer minha autoestima e a acreditar mais em mim mesma.

Aos meus colegas discentes do PPGHS pelas trocas fundamentais que tornaram este processo possível, especialmente a Luís Marcos Gomes, por todo apoio e afeto.

Por último, gostaria de agradecer a todas as militantes do SEPE/RJ que compartilharam comigo suas vivências e tempos, imprescindíveis para esta pesquisa. Não só as que cederam entrevista, mostrando generosidade em compartilhar na construção deste trabalho de pesquisa, mas também as que me ofereceram ajuda para buscar contatos. Em especial agradeço a Hildézia de Medeiros, Maria das Dores Mota (Dodora), Maria Beatriz Lugão, Kerley Teodora de Arruda, Anathyele Brandt, Danielle Bornia, Mônica Gonçalves, Gleicimar Gonçalves de Lima, Sara Busquet Magalhães, Eliane Souza Peçanha, Lilian Silva e Bárbara Sinedino.

RESUMO

SILVA, Aline Felizardo Roberto da. *Memórias de mulheres sobre as relações de gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)*. 2024. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Esta dissertação analisa as relações de gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), a partir de distintas fontes, com ênfase nas narrativas orais de mulheres militantes e ex-militantes de dois núcleos distintos, SEPE-Central (Rede Estadual) e o SEPE-Niterói (um de seus núcleos municipais). Estas narrativas, tratam de suas histórias de vida, trajetórias políticas e atuação no sindicato. Para isso, utiliza a metodologia da História Oral. A pesquisa busca ressaltar a importância das questões de gênero no cenário sindical brasileiro, enfocando especificamente a atuação das mulheres no SEPE/RJ. Destacando o sindicato como um espaço onde as mulheres não só participam, mas também lideram lutas cruciais pela educação pública e pelos direitos dos profissionais da educação. As narrativas coletadas ao longo desta pesquisa evidenciam como essas mulheres desafiam as normas estabelecidas, enfrentando e superando barreiras para afirmar sua presença e influência. Ao analisar a trajetória das militantes do SEPE/RJ, de diferentes gerações, esta dissertação revela as complexas interações entre gênero, política e educação.

Palavras-chave: SEPE/RJ. SEPE-Niterói. Gênero. Mulheres. Trajetórias. Memórias.

ABSTRACT

SILVA, Aline Felizardo Roberto da. *Women's memories about gender relations in the State Syndicate of Education Professionals of Rio de Janeiro (SEPE/RJ)*. 2024.138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This dissertation analyzes gender relations in the State Union of Education Professionals of Rio de Janeiro (SEPE/RJ), from different sources, with an emphasis on the narratives of female activists and ex-militants from two different groups, SEPE-Central (State Network) and SEPE-Niterói (one of its municipal centers). These narratives deal with their life stories, political trajectories and activities in the syndicate. To do this, it uses the methodology of Oral History. The research seeks to highlight the importance of gender issues in the Brazilian syndicate scenario, focusing specifically on women's work in SEPE/RJ. Highlighting the syndicate as a space where women not only participate, but also lead crucial struggles for public education and the rights of education professionals. The narratives collected throughout this research show how these women challenge established norms, facing and overcoming barriers to assert their presence and influence. By analyzing the trajectory of SEPE/RJ activists, from different generations, this dissertation reveals the complex interactions between gender, politics and education.

Keywords: SEPE/RJ. SEPE-Niterói. Gender. Women. Trajectories. Memoirs. Oral history.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--------------------------------------|----|
| Figura 1 - Hildézia de Medeiros..... | 37 |
|--------------------------------------|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1– Estimativa do número de Professores Ativos por gênero na Rede Estadual do Rio de Janeiro em 1979..... | 63 |
| Tabela 2– Postagens do SEPE/RJ no Facebook que tratam sobre gênero..... | 109 |

LISTA DE SIGLAS

ALA-PCdoB - Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil

AP – Ação Popular

AP-ML – Ação Popular Marxista-Leninista

APERJ – Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro

CACES – Centro de Atividades Culturais, Econômica e Sociais

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEE – Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro

CEP – Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro

CEPE – Centro Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais

CPB – Confederação de Professores do Brasil

CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado

MOAP – Movimento de Oposição Aberta dos Professores

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MUP – Movimento de Unidade dos Professores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PFS – Partido da Frente Socialista

PROPED – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro

SEMITS – Sociedade Estadual de Merendeiras, Inspetores, Trabalhadores e Serventes

SEP – Sociedade Estadual dos Professores

SEPE-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

SINPRO-MACAÉ – Sindicato dos Professores de Macaé e Região

SINPRO-RJ – Sindicato de Professores do Rio de Janeiro

UPERJ – União dos Professores do Rio de Janeiro

UPPE – União dos Professores Públicos no Estado

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 A LUTA DAS MULHERES SINDICALISTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E NA CONSTRUÇÃO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ) | 18 |
| 1.1 As mulheres nas lutas sindicais durante ditadura civil-militar brasileira | 19 |
| 1.2 As origens do sindicato: A Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e a atuação das mulheres..... | 30 |
| 1.3 Da SEP ao CEPE | 38 |
| 1.4 Os desdobramentos que deram origem ao SEPE- Niterói | 43 |
| 2 MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMININA: O QUE AS MULHERES TÊM A DIZER SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SEPE/RJ? | 50 |
| 2.1 Memória Coletiva, Gênero e História Oral das Mulheres | 50 |
| 2.2 Memórias de militantes históricas: o que as mulheres têm a dizer sobre a participação delas na construção do SEPE/RJ | 61 |
| <u>2.2.1 As entrevistadas: Militantes históricas do sindicato</u> | 64 |
| <u>2.2.2 Participação e liderança feminina no SEPE pelo olhar das militantes históricas</u> | 70 |
| <u>2.2.3 Perspectivas sobre a participação e liderança das mulheres no SEPE</u> | 87 |
| 3 DESAFIOS, CONQUISTAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO SEPE ATUAL | 92 |
| 3.1 As entrevistadas: Militantes atuais | 93 |
| 3.2 A Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia: qual a importância da pauta das mulheres no SEPE/RJ? | 102 |
| 3.3 Fortalecendo a Pauta das Mulheres: Atuação e Formação da Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói..... | 113 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 127 |
| FONTES | 131 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 134 |

INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, “o mundo do trabalho” sempre foi visto como “o mundo dos homens”. Como parte integrante deste mundo, os sindicatos também sempre foram vistos como espaços masculinos. E nesses espaços, as mulheres sempre precisaram lutar para ter sua voz ouvida.

Desde a década de 1970 há um processo de organização das mulheres no âmbito das entidades sindicais, onde se buscou uma abordagem não só das questões relacionadas a desvalorização salarial e segregação ocupacional, mas também das barreiras internas à participação sindical enfrentada pelas mesmas.¹ Na década de 1980, a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, no II Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores (CONCUT) em 1986, mostrava a necessidade de abordar e combater a discriminação enfrentada pelas mulheres trabalhadoras e dar atenção às questões específicas das mulheres no ambiente de trabalho e dentro dos sindicatos. Em julho de 1991, durante o II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, foram discutidas medidas afirmativas para corrigir as desigualdades de gênero no movimento sindical da CUT. Entre as propostas estavam a necessidade de proporcionalidade na participação nos cursos de formação, a adoção de cotas para mulheres nas direções, igualdade salarial e a disponibilização de creches em eventos sindicais. Também se debateu a estruturação do trabalho das mulheres na Central e a inclusão da coordenadora da Comissão em sua direção executiva.² Essas informações nos mostram que os espaços sindicais no Brasil são marcados pela desigualdade de gênero. No entanto, como se dão estas relações quando estamos pensando em um sindicato majoritariamente composto por mulheres, como no caso do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)?

Essa é uma das reflexões centrais desta dissertação de mestrado, que se propõe a investigar as relações de gênero no SEPE/RJ, mais especificamente no seu núcleo Estadual, o SEPE-Central, e no SEPE-Niterói, a partir de distintas fontes, com destaque para as narrativas de militantes e ex-militantes do sindicato, coletadas a partir de entrevistas realizadas através da metodologia da História Oral. Essas narrativas tratam de suas histórias de vida, trajetórias políticas e atuação no sindicato.

¹ CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 271-290, 1994. p. 278-280.

² DE LIMA, Maria Ednalva Bezerra. Mulheres na CUT: uma história de organização e conquista. **Mulher e trabalho**, p. 59, 2005. p. 59-60.

Durante o tempo que fiz o curso de nível médio para formação de professoras, no Instituto de Educação Clélia Nanci, em São Gonçalo, comecei a entender que ser professora não se limitava a ensinar, mas envolvia também aprender e refletir constantemente. Com o tempo, passei a ver a educação como um espaço fundamental para resistir e construir alternativas que levassem a uma sociedade mais justa e igualitária. Já no ambiente acadêmico, enquanto aluna da graduação em História da Universidade Federal Fluminense, participei do grupo de estudos sobre "História das Mulheres". E foi neste espaço que surgiram as minhas inquietações sobre acerca das lutas e das questões de gênero.

Minha experiência como professora da rede pública desde 2013, aliada aos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, me levou a refletir sobre as questões relacionadas à luta das mulheres em espaços de poder, como os sindicatos, e a pensar sobre o papel fundamental que as mulheres desempenham na construção e transformação dessas instituições.

Atualmente, sou professora de educação infantil na rede municipal de Niterói e de Maricá e filiada ao SEPE-Niterói. Minha trajetória profissional, no entanto, teve início na rede municipal de São Gonçalo. Foi lá que tive a oportunidade de vivenciar de perto a dinâmica sindical docente e participar ativamente das atividades promovidas pelo SEPE-São Gonçalo. Essas experiências foram fundamentais para o meu desenvolvimento como educadora e militante. Foi também nesse período, em São Gonçalo, que comecei a observar mais atentamente as questões de gênero dentro do contexto sindical. As experiências de participação nas mobilizações do SEPE me permitiram perceber as desigualdades de gênero, a invisibilidade das mulheres nas lideranças e a necessidade de uma maior valorização da sua luta dentro dos movimentos sociais. Essas observações despertaram em mim o desejo de investigar mais profundamente o papel das mulheres no sindicato e suas trajetórias de resistência, especialmente no que se refere ao SEPE/RJ, um espaço de forte atuação das mulheres.

O SEPE/RJ tem uma história de luta de mais de quarenta anos em prol de uma educação pública de qualidade e da valorização profissional dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, e nos últimos anos, as militantes e ex-militantes do sindicato vem chamando a atenção para atuação e força das mulheres ao longo dessa história. Ao longo desta dissertação, também iremos discutir se o SEPE sempre foi visto como um sindicato não só composto, mas também construído pelas mulheres e qual é o significado disso para elas.

Esta pesquisa justifica-se não só por sua contribuição para a ampliação do olhar sobre a temática da participação feminina nos sindicatos, mais especificamente no SEPE/RJ, mas também para a potencialização de estudos acerca da história/ trajetória do mesmo.

Alguns pesquisadores, ao escreverem sobre a participação feminina em sindicatos docentes, apontam que, tanto no que diz respeito à produção de estudos acadêmicos, quanto nas iniciativas dos próprios sindicatos construídos por professores e professoras, a preocupação com as questões de gênero é ainda muito pequena, chamando atenção para a necessidade de pesquisas que estejam voltadas, para além da atuação de professoras militantes, em pensar nessas mulheres em suas relações com os homens.³

Nas buscas feitas a partir das palavras chaves “SEPE sindicato de mulheres”, “SEPE sindicato participação feminina” ou “SEPE gênero”, através da ferramenta Google Acadêmico e no Catálogo de TESES & Dissertações da- CAPES, foi possível encontrar textos sobre a participação das mulheres em suas atuações enquanto professoras militantes dentro do sindicato, além de outros que tratam sobre a formação e trajetória do SEPE-RJ, onde o nome de mulheres importantes para construção do sindicato aparecem, mas não há problematizações acerca das questões de gênero. Enquanto educadora, acredito que estas reflexões são importantes, e que para além dos sindicatos, reverberam no chão da escola e em diversos espaços pedagógicos.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo está centrado na luta das mulheres sindicalistas durante a ditadura civil-militar brasileira, que abrange o período em que as entidades iniciais que deram origem ao SEPE/RJ começam a serem construídas. Daremos ênfase à participação das mulheres no processo, olhando mais especificamente para a construção do seu núcleo estadual, que é o SEPE- Central e para o SEPE- Niterói.

Ainda neste capítulo, buscamos contextualizar a história do SEPE/RJ, destacando a importância da compreensão das entidades que o procederam, como a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), o Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ) e o Centro Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro (CEPE-RJ). Revisitar as origens do SEPE/RJ e suas entidades precursoras se mostrou fundamental para evidenciar a participação das mulheres na construção desta entidade. Mostrando que desde os primórdios da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) até o estabelecimento do SEPE, as mulheres desempenharam

³ CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

papéis fundamentais na organização e mobilização deste sindicato, enfrentando as adversidades de um período marcado pela repressão política.

No segundo capítulo, discutimos a memória construída por militantes e ex-militantes, do SEPE como “um sindicato de mulheres”, não só formado, mas construído pela luta das mulheres. Desse modo, propomos uma investigação onde buscamos refletir se essa percepção do SEPE/RJ como um sindicato das mulheres sempre existiu e, como esta memória vem sendo reivindicada nos últimos anos, e quais as disputas estão envolvidas na (re) construção dessa memória.

Neste segundo capítulo, utilizaremos como fontes preferenciais as entrevistas realizadas, através da metodologia da História Oral, com as chamadas “militantes históricas” do SEPE, mulheres que atuaram nos anos iniciais da construção da entidade, nas décadas de 1970 e 1980. Neste capítulo foram utilizadas três entrevistas, das professoras Hildézia de Medeiros, Maria das Dores Mota (Dodora) e Maria Beatriz Lugão (Beatriz Lugão). A entrevista da professora Hildézia foi feita presencialmente, em 2023. As demais entrevistas foram feitas remotamente através do *Google Meet*, também em 2023. A partir destas entrevistas, foram discutidos e analisados elementos e desafios da participação e liderança feminina⁴ no SEPE durante os anos iniciais da construção do sindicato, a partir do olhar destas três militantes.

O terceiro capítulo explora os debates principais dentro sindicato ao longo dos últimos anos (década de 1990 e anos 2000), no que diz respeito à luta das mulheres, a partir da análise das perspectivas das diferentes militantes, que denominamos de “militantes atuais”. Buscando compreender os diferentes pontos de vista e controvérsias que surgem com relação às pautas das mulheres no sindicato.

As pautas incluem lutas mais amplas, como os debates por salários justos e mais vagas em escolas de Educação Infantil, além de políticas de proteção contra assédio e discriminação. E também envolvem debates mais específicos ao sindicato, como a importância da representatividade feminina em cargos de liderança sindical e nos processos decisórios, visando aumentar a participação e influência das mulheres nas tomadas de decisão

⁴Embora compreenda o debate contemporâneo sobre o termo "feminino", que reconhece a diversidade das experiências de gênero e questiona visões essencialistas e normativas, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero, optei por utilizar o termo "feminino" neste contexto, uma vez que todas as minhas entrevistadas são mulheres cisgênero.

e na definição da agenda sindical. Além destes temas, os debates em torno da criação de espaços recreativos durante as assembleias sindicais, para garantia da participação das militantes que são mães, ocupam um lugar central.

Dez entrevistas serão analisadas neste terceiro capítulo. As entrevistadas são: Bárbara Sinedino, Gleicimar Gonçalves de Lima, Anathyele Brandt, Mônica Caetano Gonçalves, Lilian Silva, Geórgia Oliveira e Danielle Bornia, entrevistadas remotamente através do Google Meet durante o ano de 2022; Sara Busquet Magalhães, Eliane Souza Peçanha e Kerley Teodora de Arruda, entrevistadas também remotamente em 2024.

Finalmente, analisamos ainda neste terceiro capítulo a Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia do SEPE-Central e a atual Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói, examinando suas atividades recentes e destacando-as como fundamentais na luta contra o machismo, dentro e fora do sindicato, conforme as perspectivas de algumas das entrevistadas.

Assim esta pesquisa busca ressaltar a importância das questões de gênero no cenário sindical brasileiro, enfocando especificamente a atuação das mulheres no SEPE/RJ. Destacando o sindicato como um espaço onde as mulheres não só participam, mas também lideram lutas cruciais pela educação pública e pelos direitos dos profissionais da educação. As narrativas coletadas ao longo desta pesquisa evidenciam como essas mulheres desafiam as normas estabelecidas, enfrentando e superando barreiras para afirmar sua presença e influência. Ao analisar a trajetória das militantes do SEPE/RJ, de diferentes gerações, esta dissertação mostra as complexas interações entre gênero, política e educação.

1 A LUTA DAS MULHERES SINDICALISTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E NA CONSTRUÇÃO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ)

Este capítulo tem como elemento central a luta das mulheres sindicalistas durante a ditadura civil-militar brasileira e na construção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), nos anos de 1970 e 1980. Mais especificamente analisa a trajetória de seus núcleos Estadual e do SEPE-Niterói. A decisão de concentrar nossa análise no SEPE- Estadual se justifica pelo entendimento de que é a partir dele que o sindicato é construído. O SEPE-Niterói, por sua vez, nasce quase que concomitantemente a este núcleo central, que justifica sua escolha como uma opção pertinente para a análise dessa trajetória. A escolha pelo SEPE- Niterói como objeto de estudo também ocorreu devido à proximidade que tenho com algumas mulheres engajadas deste núcleo, por ser uma professora da rede pública de Niterói. Esta escolha é motivada pela compreensão de que esse conhecimento direto pode oferecer *insights* valiosos sobre as experiências, desafios e conquistas dessas profissionais no contexto do sindicato.

Todavia, antes de abordarmos mais especificamente a luta das mulheres neste contexto e na história do SEPE, é preciso esclarecer sobre qual “SEPE” está se falando, ao buscar trazer uma “história do SEPE”. Entender as origens do atual SEPE, que surge em 1988, passa pela compreensão das entidades que o antecederam, em especial a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), fundada em 1977, o Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), fundado em 1979, e o Centro Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro (CEPE-RJ), de 1987. Foram essas instituições que possibilitaram a construção do atual Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, o SEPE.⁵

Utilizada com frequência para resumir as passagens de nomenclatura do sindicato, e talvez dar conta de informar de modo mais objetivo a sua história, a expressão “De SEP ao CEP o CEPE vira SEPE”⁶, encontrada em textos do sindicato e em diferentes trabalhos de pesquisa⁷, e até mesmo em uma matéria do Jornal *O Globo* que chama este processo de

⁵SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RJ. **História do SEPE**. Disponível: <https://seperj.org.br/historia/#:~:text=se%20fundiu%20com%20a%20Uni%C3%A3o,e%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20educadores%20fluminenses>. Acesso em 20 out. 2021.

⁶ A expressão aparece corrigida em alguns lugares substituindo o “De” pelo “Da”.

⁷ No artigo A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE- RJ) na luta pela saúde no trabalho, disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/nQmCrRhgkb8sxr4Nm4tpzkJ/?lang=pt#:~:text=%22De%20SEP%20em%20CEP%>

“dança das siglas”⁸, a expressão evidencia que estas mudanças são importantes para compreensão de sua história. Assim, deve ficar claro, que quando me refiro a uma “história do SEPE” eu falo de todas essas entidades que o antecederam e do atual SEPE.

Ao revisitar as origens do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE) e suas entidades precursoras, é evidente a significativa participação das mulheres nas lutas sindicais durante a ditadura civil-militar brasileira. Desde os primórdios da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) até o estabelecimento do SEPE, as mulheres desempenharam papéis fundamentais na organização e mobilização sindical, enfrentando as adversidades de um período marcado pela repressão política e pela resistência. Nesse contexto, torna-se essencial compreender um pouco do protagonismo feminino e suas contribuições para a construção e consolidação do movimento sindical educacional no estado do Rio de Janeiro.

1.1 As mulheres nas lutas sindicais durante ditadura civil-militar brasileira

Às vésperas do golpe civil-militar brasileiro de 1964, o movimento sindical se mostrava em plena efervescência. Segundo Marco Aurélio Santana, esse processo teria iniciado em 1950, marcado pela modernização de processos produtivos.⁹ Para ele, ao longo dos anos 1950 o sindicalismo brasileiro e a parte progressista de sua militância teriam vivido seu “momento de ouro”, marcado por inúmeros encontros sindicais e importantes movimentos grevistas.¹⁰

O vigor deste movimento pode ser observado nos anos que o sucederam. No início dos anos 1960, os sindicatos e órgãos intersindicais eram bastante atuantes e colaboravam de forma enérgica com os debates relacionados ao destino da sociedade brasileira. Entre esses

20o, grau 20 majoritariamente 20 da 20 rede 20 p 3 BAblica. A expressão é utilizada como título do tópico que conta a história do sindicato.

⁸ PERIN, Orivaldo. Sepe teve registro suspenso pela justiça do trabalho. **O GLOBO RIO**, Rio de Janeiro, 3 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/sepe-teve-registro-suspenso-pela-justica-do-trabalho-10234095> Acesso em 1 de set de 2022.

⁹ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização (1964-1985). In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. cap. 7, p. 340-401.

¹⁰ *Ibidem*, p. 343-344.

órgãos, estava presente a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), composta de maneira hegemônica pela aliança comunista-trabalhista.¹¹

Em 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart se torna o novo presidente da República. No contexto, esse fator contribuiu para ampliar as várias crises políticas que estavam ocorrendo no país. E a opção do sindicalismo nacional foi ficar ao lado de João Goulart. Assim, ao mesmo tempo que João Goulart se utilizava do movimento dos trabalhadores, os trabalhadores faziam uso de espaços abertos por João Goulart, conseguindo desta forma avançar em suas conquistas.¹²

A intensa participação dos trabalhadores no cenário político, somado ao “medo do comunismo” por parte das elites, levaram a rápida articulação desses setores e ao golpe civil-militar de 1964. A partir daí, emergiu um cenário sombrio: todo o intenso trabalho de organização e mobilização de uma geração de “militantes sindicais” foi brutalmente interrompido. Os anos que sucederam a ditadura foram caracterizados por um período de repressão política, marcado por perseguições, prisões arbitrárias, torturas e o banimento de muitos daqueles que ousaram desafiar o governo.¹³

Após o golpe civil-militar de 1964, as organizações sindicais passaram a ser atacadas e das trabalhadoras e trabalhadores foram retirados vários direitos. Militantes sindicais foram perseguidos e presos. Segundo Jacob Gorender, entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos¹⁴. A maior parte dessas pessoas era da indústria, mas como veremos mais adiante, buscou-se também intervir em outros segmentos, como por exemplo, nas organizações do professorado público. Visando enfraquecer os movimentos, a ditadura construiu, logo que chegou ao poder, uma nova política para a classe trabalhadora. A princípio, esse esforço se mostrou “eficaz”, e durante mais ou menos quatro anos o movimento operário ficou fora de combate. Não apenas o movimento operário, o movimento de professores, construído até então a partir das associações, interrompeu também suas atividades combativas.

As péssimas condições de vida e trabalho, causadas em grande parte pelas contradições envolvidas no processo de modernização autoritária brasileira, levaram, a partir de 1968, a reascender as lutas sindicais. No caso do professorado público das escolas

¹¹ Ibidem, p. 346.

¹² Ibidem, p. 346.

¹³ Idem.

¹⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 141.

estaduais, estavam desde o início da ditadura submetidos à política de arrocho salarial imposta pelo governo do presidente Castelo Branco (1964-1967).¹⁵ Esse período de silenciamento, corresponde a um período de precarização do ensino, com diminuição expressiva do salário da educação. A partir de 1968, em resposta às tomadas de decisão do governo civil-militar, trabalhadoras e trabalhadores de várias regiões do Brasil e de diversos segmentos retomaram suas atividades combativas.

Podemos citar como exemplos da retomada das atividades combativas a Greve de Contagem e a Greve de Osasco, ambas em 1968, mesmo ano da Passeata dos Cem mil, onde intelectuais, artistas, religiosos e estudantes protestaram nas ruas do Rio de Janeiro contra a ditadura. Segundo Marcelo Ridenti, as manifestações que ocorreram no Brasil em 1968 estavam relacionadas aos acontecimentos do período no resto do mundo. Todavia, ganharam aqui características peculiares.¹⁶

A greve em Contagem foi organizada já nos primeiros meses de 1968. A cidade mineira próxima à Belo Horizonte era considerada naquele contexto como um dos mais importantes centros industriais do Estado. Em 16 de abril daquele ano pararam cerca 1200 trabalhadoras e trabalhadores da siderurgia Belga- Mineira. Reivindicavam entre outras coisas um aumento salarial de 25%, mas os patrões resolveram dar apenas 10%. Segundo Ridenti, os setores de esquerda ali lideraram um movimento tão expressivo, que levou o governo federal a fazer várias concessões naquele período¹⁷. Em julho de 1968 na cidade de Osasco, na Grande São Paulo, três mil pessoas que trabalhavam em uma importante fábrica metalúrgica anunciaram a sua ocupação. Essa greve deu ainda mais força para o movimento sindical que estava renascendo no Brasil.¹⁸

Com relação à participação feminina nessas lutas, Marta Gouveia de Oliveira Rovai afirma que são raras as produções que falam da participação feminina nas greves de 1968, em especial a de Osasco. Para ela, em muitos casos, a visibilidade dada às mulheres não passou da simples constatação da presença delas nos sindicatos.¹⁹ Isso mostra como as mulheres

¹⁵ FERREIRA JR, Amárico. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. cap. 3, p. 47-68. p. 47.

¹⁶RIDENTI, Marcelo. 1968 – de novo! Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5013044/mod_resource/content/1/1968.pdf. Acesso em: 4 de jul, 2022. p. 3.

¹⁷ Ibidem, p. 3.

¹⁸ Ibidem, p. 4.

¹⁹ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968**: A greve no feminino e no masculino. Salvador: Editora Pontocom, 2013. p. 188-189.

foram invisibilizadas na história das lutas durante a ditadura. E a ignorância acerca do papel desempenhado pelas mulheres, em especial as “mulheres comuns”, que foram em muitos momentos apoiadoras e cuidadoras de seus companheiros, além de mediadoras entre presos políticos, torturados, fugitivos e o Estado.²⁰

Carolina Dellamore e Débora Rocha Silva buscam analisar a experiência operária feminina durante a Ditadura civil-militar, com olhar voltado para greve de Contagem. Para isso, utilizam como recurso metodológico a História Oral. A ideia é que a partir das análises das representações construídas por duas militantes acerca do passado, construídas através das entrevistas e cotejadas com outras documentações, possamos refletir sobre as seguintes questões: Como foi a atuação das mulheres na greve de 1968 e como era a participação no sindicato e na resistência à ditadura militar? As entrevistadas foram Delsy Gonçalves de Paula, professora e militante da Ação Popular (AP) e Conceição Imaculada de Oliveira, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e depois da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), uma dissidência do PCB de Minas Gerais que atuou na resistência armada à ditadura entre 1967 e 1969.²¹

Delsy trabalhava como secretária sindical nas indústrias metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais de Belo Horizonte e Contagem. Atuou como professora e buscou através de seu método de alfabetização baseado em Paulo Freire, alfabetizar e ensinar política, ampliando assim a atuação da Ação Popular (AP) junto ao movimento operário.²² Já Conceição, atuou nas fábricas com a distribuição de panfletos e boletins para conscientização do operariado a respeito da sua condição.²³ Segundo Dellamore e Silva, além de atuações como a de Delsy e Conceição, em Contagem existiam redes de solidariedade para ajudar na manutenção do movimento grevista formado em sua maioria por mulheres.²⁴ Em suas atividades, arrecadavam dinheiro e alimentos para ajudar grevistas e seus familiares e elaboravam boletins denunciando a situação.²⁵

²⁰ Ibidem, p. 187-188.

²¹ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. Narrativas femininas e ditadura militar: a atuação das mulheres na greve operária de 1968 em Contagem/MG. XII Encontro **Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento**. Teresina, 2014.

²² Ibidem, p. 4-5.

²³ Ibidem, p. 8.

²⁴ Ibidem, p. 11.

²⁵ NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 153-154. apud SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha., 2014. p. 11.

Em dezembro de 1968, após várias movimentações (greves em Contagem e Osasco, Passeata dos Cem Mil, e outras mobilizações) o Ato Institucional nº (AI- 5) foi decretado. O decreto aumentou ainda mais a repressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Militantes foram perseguidos e presos. As greves foram proibidas e consideradas crime de segurança nacional e o controle das atividades sindicais pelo Estado foi retomado. Apesar da exacerbação repressiva, o aumento da inflação, as demissões em massa, as perseguições aos sindicatos, acabaram gerando ainda mais reivindicações. A partir de então, pelo Brasil, havia vários focos de greves. No final dos anos de 1970, essas mobilizações vão assumir proporções gigantescas.

No que diz respeito à participação feminina, sabemos que mulheres, mesmo que tenham sido por muitos invisibilizadas, estiveram presentes na luta contra a ditadura, seja através do movimento estudantil, nos sindicatos e partidos políticos, na luta armada, de forma direta ou indireta, ou como indicado anteriormente, como “companheiras”, ou seja cuidadoras e apoiadoras de militantes próximos. Sobre alguns desses temas, muitos trabalhos foram escritos, como no caso da participação feminina na luta armada. Para Rovai, trabalhos que apontam a participação feminina nas lutas contra a ditadura são importantes, pois contribuem para dar visibilidade às mulheres no espaço político e público, muitas vezes marginalizadas em estudos sobre greves e sindicalismo, e nos relatos acerca das lutas.²⁶

A história de Osasco, apresentada por trabalhos historiográficos ou pelas narrativas masculinas, pouco ou nada disseram sobre a participação feminina nos episódios relativos à greve ou ao seu impacto sobre suas vidas. Colocando-se no centro da história, por meio de sua organização sindical e estudantil, e pela realização da greve ou da luta armada, os narradores jogaram para a periferia a atuação de suas companheiras, pouco nomeadas nos acontecimentos aos quais se referiam.²⁷

Ana Maria Colling, ao refletir sobre as mulheres e a ditadura militar no Brasil, argumenta que, assim como em outros projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos é feita de maneira unitária e não diversificada. Desse modo a sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, o que torna os sujeitos iguais. Para ela, a esquerda tradicional opera da mesma forma, ou se é burguês ou proletário. As diversidades são excluídas, entendidas como divisores da luta principal. As mulheres acabam sendo enquadradas em categorias que as desqualificam e invisibilizam como sujeitos políticos. Por

²⁶ ROVAI, *op. cit.*, p. 51.

²⁷ *Ibidem*, p. 51.

isso, com algumas exceções, a história da luta contra a ditadura e na ditadura foi sempre masculina.

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país.²⁸

A participação feminina se destacou em distintos momentos durante a ditadura. Na Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, as mulheres se envolveram expressivamente na luta armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).²⁹ Nas cidades, a resistência armada também contou com a participação feminina. Segundo a pesquisadora Olivia Rangel Joffily, a militante Iara Iavelberg³⁰, assassinada em Salvador é hoje considerada um símbolo da resistência feminina.³¹ Para Joffily, as mulheres participaram da luta contra a ditadura em condições bem desiguais, a princípio como cuidadoras, em seguida ingressando nos partidos e por fim na luta armada. Fizeram tudo isso em um processo marcado por contradições e lutas, e ainda tendo que lidar com o machismo, da sociedade brasileira e presente dentro das organizações de esquerda.³²

Podemos também refletir sobre a atuação das mulheres conservadoras, que desempenharam um papel significativo ao adentrarem o espaço público durante a ditadura. Trabalhos como os da historiadora Janaína Cordeiro exploram essa perspectiva, evidenciando as diversas formas de engajamento político das mulheres nesse período, que não se alinhavam com as agendas feministas, e mesmo as não feministas, mas mais progressistas. Todavia a presença e influência das mulheres conservadoras na esfera pública durante a ditadura oferecem uma compreensão mais ampla e complexa do papel das mulheres na sociedade e na política brasileira da época. Em seu artigo *“Para o bem do Brasil”: participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964*, a pesquisadora destaca o envolvimento das

²⁸ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004. p. 6.

²⁹ JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrada**: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil. Florianópolis: Insular, 2016. p.95.

³⁰ Iara Iavelberg nasceu em São Paulo em 7 de maio de 1944 e faleceu em Salvador em 20 de agosto de 1971. Ela foi uma militante que lutou contra a ditadura militar no Brasil. Inicialmente, ela trabalhou como psicóloga e professora. Depois, se juntou às organizações revolucionárias Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que defendiam a luta armada. Iara também teve um relacionamento com Carlos Lamarca, um líder da oposição ao governo militar. Ela morreu durante um confronto com agentes de segurança em Salvador. Seu caso foi investigado pela Comissão Nacional da Verdade, que desmontou a versão oficial da ditadura que sustentava que Iara tinha se suicidado.

³¹ JOFFILY, *op. cit.*, p. 95.

³² *Ibidem*, p. 95-96.

entidades femininas conservadoras e anticomunistas, que surgiram em várias cidades do país durante a década de 1960 e desempenharam um papel ativo nas mobilizações que culminaram no golpe civil-militar de 1964. Após o golpe civil-militar de 1964, teve início em São Paulo a campanha "Ouro para o bem do Brasil". Organizada pelos Diários Associados, o principal conglomerado de mídia do país na época, a iniciativa tinha como objetivo arrecadar doações para contribuir com a suposta "recuperação econômica do país". Em pouco tempo, a campanha se disseminou por todo o Brasil, mobilizando um número significativo de doadores. Em sua pesquisa, Cordeiro vai mostrar como os organizadores da campanha convidaram líderes desses grupos femininos conservadores para assumirem papel de liderança na iniciativa em várias cidades, e como esses grupos desempenharam um papel ativo nas mobilizações entorno do golpe.³³ A pesquisa mostra a atuação dessas mulheres em vários espaços, entre eles a organização de cursos e palestras, a sensibilização da população para suas causas e a pressão sobre os parlamentares através do envio massivo de cartas e telegramas ao Congresso. Essas ações demonstram a efetiva capacidade de mobilização da opinião pública por parte das entidades femininas conservadoras, culminando nas mobilizações que deram origem às Marchas da Família em 1964.³⁴

Enquanto alguns grupos conservadores se empenhavam em fortalecer o governo militar através de mobilizações como a Campanha do Ouro, muitos outros segmentos da sociedade, tanto mulheres quanto homens e diversos grupos sociais, dedicavam-se a atividades de resistência e protesto. Olhar a movimentação de muitas mulheres nos anos finais da ditadura nos permite enxergar as forças somadas para derrubar o regime. Essas forças, somadas aos problemas econômicos, potencializados pela conjuntura de recessão internacional, contribuíram para o processo de redemocratização.

Trabalhadoras e trabalhadores sofriam com arrochos salariais, com doenças, acidentes constantes no trabalho e quando protestavam ainda tinham que lidar com a violência policial. O governo não conseguia garantir as necessidades básicas da população, os salários estavam comprometidos, a inflação tornava tudo mais caro e diminuía cada vez mais o poder de compra de quem mais necessitava.

Antes mesmo de se chegar à segunda metade dos anos 1970, a ditadura civil-militar brasileira começou a apresentar sinais de desgaste, o que colaborou com o processo de

³³ CORDEIRO, Janaina Martins. "Para o bem do Brasil": a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. *Avances del Cesor*, v. 20, n. 29, 2023. p.3.

³⁴ *Ibidem*, p. 10.

abertura política iniciado no governo de Ernesto Geisel. Este movimento abriu brechas ainda maiores para que se ampliasse as lutas de resistência contra a ditadura. Por causa disso, e como consequência dos crimes cometidos e respaldados pela ditadura civil-militar, contra militantes da resistência, envolvendo entre outros crimes práticas de tortura e execuções, parte da sociedade civil se engajou nas lutas pela Anistia e pelas liberdades democráticas.

Surgido primeiramente no Rio de Janeiro no início de 1978, os Comitês pela Anistia foram organizados pelos movimentos sociais e lançaram uma campanha reivindicando a anistia política para perseguidas e perseguidos do regime militar e sistematizando várias denúncias de tortura, assassinatos e desaparecimentos políticos.³⁵ Somado a tudo isso, entre 1983 e 1984, diversos seguimentos da sociedade brasileira se envolveram nas Campanha das *Diretas Já*, que exigia o retorno do direito de escolher o presidente do país. Seguimentos da Igreja Católica, movimento estudantil, artistas e trabalhadoras e trabalhadores, que aqui tem um lugar central, reuniram forças em busca da redemocratização do Brasil. Neste contexto de crise, a atuação desses movimentos foi fundamental. A multiplicidade de grupos da sociedade civil em prol das lutas por liberdade e justiça potencializaram as forças para a corrosão do regime.

As reações populares eram cada vez mais constantes. Todos os dias os protestos se faziam presentes nos espaços de várias cidades pelo país. Quebra-quebras nos trens urbanos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram identificados entre os anos de 1974 e 1986. Em 1977, trabalhadores e trabalhadoras da construção civil da cidade do Rio de Janeiro decidiram protestar contra as condições de trabalho. Entre as reclamações, criticavam o estado dos alojamentos e cantinas. Neste período, organizaram diversos motins, demonstrando os anseios de recuperar suas próprias formas de expressão³⁶. Além disso, vários movimentos contra a carestia, tomavam outras cidades brasileiras como João Pessoa e São Salvador.

Trabalhadoras e trabalhadores das indústrias nascidas a partir do processo de modernização (automobilísticas, siderúrgicas e petrolíferas) tiveram neste cenário um importante papel. Junto com as camadas médias (professores, bancários etc.), garantiram as possibilidades de rearticulação das lutas sindicais, e alternativas que pudessem destruir o sistema até então dominante. O movimento operário passou gradativamente a reconstruir a sua história de luta, na tentativa de rompimento com a opressão do capital. Luta que, apesar

³⁵ ARNS, Paulo Evaristo. **BRASIL: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2011. p.65.

³⁶ MENDONÇA, Sônia R. de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5 ed. revista e atualizada. São Paulo, Ática, 2006.

dos contratemplos e opressões, Antônio Paulo Rezende, defende que sempre esteve de alguma forma acesa entre os trabalhadores.³⁷

Em São Bernardo do Campo (SP), no dia 12 de maio de 1978 trabalhadoras e trabalhadores da fábrica de caminhões Scania decidiram fazer uma greve cruzando os braços até que o aumento salarial de 20% exigido pela categoria fosse atendido. Essa greve acabou por influenciar outros grupos do ABC paulista, demonstrando a força da classe trabalhadora. É dentro desse contexto, de greve em São Bernardo, que se inicia o processo que levaria à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo. Construído por lideranças sindicais como Luís Inácio Lula da Silva e outras organizações e partidos revolucionários, entre elas: a Convergência Socialista, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala- PCdoB), a Ação Popular Marxista-Leninista (AP- ML) e o Movimento de Emancipação Proletária (MEP). Além desses grupos, um terceiro componente teria participado da formação do partido: militantes da esquerda católica, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).³⁸

Para Marco Aurélio Santana, a década de 1980 pode ser reconhecida como uma década sindical, marcada pelo ressurgimento dos trabalhadores no cenário público e de forte mobilização de seu movimento.³⁹ No entanto, mesmo com todos os avanços, o sindicalismo brasileiro que tomava corpo nos anos 1980, ainda precisou superar alguns limites, entre eles a dificuldade de enraizamento no interior das empresas, por local de trabalho, e a generalização de suas conquistas, o que deixou como consequência a não efetivação da redução das desigualdades sociais daquele período.⁴⁰

Durante este período, há uma abertura de espaços e inserção maior das mulheres e gradativamente do discurso feminista. Vários encontros e congressos de mulheres foram articulados.⁴¹ Muitos fatores contribuíram para que isso viesse ocorrer. Em primeiro lugar, o processo de industrialização e urbanização que vinha acontecendo no Brasil, e que foi incrementado durante a Ditadura civil-militar, levou a um aumento da mão de obra também feminina no mercado de trabalho, devido às suas demandas. Em 1970, a entrada massiva das mulheres no mercado foi acompanhada do crescimento do número de mulheres

³⁷ REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

³⁸ REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia**, v. 1, p. 503-540, 1964. p. 1 -5.

³⁹ SANTANA, Marco Aurélio. **Para onde foram os sindicatos?** Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 453-456, 2015.

⁴⁰ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. 4 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴¹ SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

sindicalizadas.⁴² Em segundo lugar, estas transformações sociais e econômicas acabam por afetar também o nível de escolaridade das mulheres, que passaram a buscar conviver em outros espaços além do lar. Por último, a influência do feminismo sobre as mulheres que garantiu uma outra visão sobre a sua atuação no mercado de trabalho.

A partir da década de 1970, surgiram diversos movimentos feministas e de mulheres que seguiram questionando os papéis, vividos pelas mulheres no seio das famílias, no trabalho e na sociedade brasileira em geral. A socióloga Elisabeth Souza Lobo propôs uma análise abrangente que reunisse o movimento de mulheres e o movimento feminista, os quais, nos anos 1980, pareciam estar separados. Enquanto o movimento de mulheres era caracterizado por reivindicações socioeconômicas, o termo "feminista" era associado a ações de natureza sociocultural, tradicionalmente centradas em questões como sexualidade, aborto e violência. Ela destacou a importância de integrar as lutas por direitos socioeconômicos e socioculturais, enfatizando que a igualdade entre homens e mulheres poderia questionar as relações de dominação na família e a divisão sexual do trabalho.⁴³

A partir de 1975, ano instituído pela ONU como Ano Internacional da Mulher, os movimentos feministas e de mulheres ampliam-se e espalham-se pelo Brasil.⁴⁴ Podemos destacar para este período a fundação do Movimento Feminino Pela Anistia, em dezembro de 1975. Segundo Soares, essas demandas, especificamente para mulheres, vão surgir até mesmo nas regiões rurais, nas lutas pela terra e pelo reconhecimento de direitos do trabalho rural.⁴⁵

Para ele:

A influência do feminismo entre as sindicalistas se manifestou de diversas formas: na concepção das políticas de gênero de maneira indissociável e equânime às políticas de classe; no questionamento da ideia de unidade da classe trabalhadora ou de que seus interesses de classe sejam universais; na atenção à especificidades das situações de discriminação cruzadas (uma mulher, negra e pobre, por exemplo, pode sofrer ao mesmo tempo determinações de gênero, raça e classe); na busca pela igualdade de poderes entre homens e mulheres, na correlação entre o desempenho de dupla jornada de trabalho pelas mulheres e suas dificuldades em ascender no mercado de trabalho ou nos postos de poder; pela politização de temas como a sexualidade, a reprodução, o trabalho doméstico, dentre outros, sempre sob

⁴² SOARES, José. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. In: **Annual meeting of National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS)**. 2016. p.2.

⁴³ SOUZA-LOBO, *op. cit.*, p. 213-220.

⁴⁴ PEDRO, Joana Maria. "Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006. p. 251.

⁴⁵ SOARES, *op. cit.*, p. 2.

a ótica inovadora de aliar trabalho e vida pessoal, sindicalismo e ambiente doméstico , público e privado.⁴⁶

À medida que o movimento feminista e de mulheres ganhava força e visibilidade surgiam também novas dinâmicas e perspectivas dentro dos sindicatos e movimentos sociais. Nesse contexto, a influência desses movimentos entre as sindicalistas se manifestou de maneira significativa, introduzindo novas abordagens e demandas que visavam não apenas a igualdade de gênero, mas também a articulação entre questões de classe, raça e gênero. Essa intersecção entre feminismo e sindicalismo se tornou especialmente relevante nos sindicatos docentes, onde as mulheres não apenas constituíam a maioria, mas também desempenhavam um papel fundamental nas mobilizações durante os últimos anos da ditadura civil-militar brasileira. É importante dizer que foi neste período de transição política e social, marcado pela retomada das atividades reivindicatórias, que culminou na fundação do Centro Estadual de Professores (CEP) e, posteriormente, no surgimento do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ).

A atuação das mulheres através dos sindicatos docentes nos últimos anos da ditadura civil-militar é incontestável, já que já neste período elas já constituem a maioria no universo do trabalho docente. Como vimos anteriormente, durante parte significativa do regime militar as atividades reivindicatórias do professorado público, organizadas em vários estados através de associações, estiveram silenciadas. Este período foi então marcado por precarizações e medo. Em meados dos anos de 1970, quando se inicia o período de abertura para o regime democrático, muitos docentes, que em sua maior parte havia passado pelas universidades públicas para fazer as licenciaturas, alimentam e retomam as mobilizações. Kênia Miranda, em seu estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro, mostra que em 1975 as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, contavam com mais de oito associações docentes.⁴⁷ É neste contexto que surge o Centro Estadual de Professores (CEP), que mais adiante vai se fundir com outras entidades de classe, incorporar outras categorias de profissionais da educação em seu quadro, e vai passar a se chamar Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE- RJ).

Para Amarilio Ferreira Jr. “a categoria social dos professores foi influenciada politicamente pelas tendências de esquerda que sobreviveram à repressão policial

⁴⁶ SOARES, 2016. p. 5.

⁴⁷ MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores em educação pensam a educação dos trabalhadores. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. cap. 6, p. 105-128. p. 110.

desencadeada pela ditadura militar após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968⁴⁸. Docentes das escolas públicas estaduais estavam sofrendo com reformas educacionais impostas entre 1968 e 1971. Como mencionado anteriormente, os docentes enfrentaram a política de arrocho salarial do governo de Castelo Branco ao final da década de 1970. Com quase 1 milhão de membros, o professorado público dos antigos 1º e 2º graus mobilizou uma grande massa em defesa de melhores condições de trabalho e de vida, especialmente após as greves operárias do ABC paulista em 1978.

Manifestações docentes contaram, desde o início, com a participação orgânica de vários grupos de esquerda. No final da década de 1970 muitos partidos de esquerda exerciam influência no movimento, entre eles, a Organização Socialista Internacionalista; a Convergência Socialista; o Movimento de Emancipação do Proletariado; a Ação Popular Marxista-Leninista; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro; o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil.⁴⁹ Essas influências foram possíveis porque parte do professorado, durante a transição democrática, passou a militar nesses partidos. A tática desenvolvida por esses partidos de esquerda defendia a criação de uma estrutura sindical nacional como estratégia de unificação do movimento. Assim, entre 1979 e 1980, estes grupos citados unidos organizaram dois encontros nacionais. O primeiro em São Paulo (julho de 1979) e o outro em Belo Horizonte (março de 1980). O encontro contou com professoras e professores, oposição e entidades de treze estados.⁵⁰ Esses encontros criaram as bases para organização da futura entidade nacional. Em julho de 1980, o I Congresso Nacional de Profissionais de Educação, realizado em São Paulo, contou com mais de 800 participantes.⁵¹ O objetivo era combinar lutas específicas e lutas gerais. Através de sua organização, o movimento associativista dos docentes públicos dos antigos 1º e 2º graus foi um dos grandes protagonistas sociais na luta das mulheres contra a ditadura.

1.2 As origens do sindicato: A Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e a atuação das mulheres

Das instituições que formaram o que é hoje o atual SEPE, a primeira a ser criada foi a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), em 1977. Ela foi pensada no contexto de

⁴⁸ FERREIRA JR., 2011, p. 47.

⁴⁹ Ibidem, p. 53.

⁵⁰ Ibidem, p. 57-58.

⁵¹ Ibidem, p. 59.

redemocratização do Brasil e do surgimento do chamado “Novo Sindicalismo”.⁵² Durante este período, as lutas por melhores condições de vida e trabalho, e o combate à ditadura, levaram a uma ampliação da organização de trabalhadores e trabalhadoras da educação em vários estados. Entre as reivindicações dos docentes, estavam em pauta uma série de questões tanto com vista aos problemas do magistério em nível nacional, quanto aos problemas específicos do estado. Os docentes queriam uma aposentadoria especial, melhores salários e apontavam para a necessidade de criação do estatuto do magistério.

No Rio de Janeiro os problemas se tornaram ainda maiores a partir de 1975, quando ocorreu a fusão entre os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Até 1975 havia dois estados no espaço que corresponde ao atual território do estado do Rio de Janeiro. Um deles era o Estado da Guanabara, que estava situado até então no território correspondente à localização do atual município do Rio de Janeiro e o outro era o Estado do Rio de Janeiro. Antes de se tornar estado da Guanabara, a região era o Distrito Federal, capital administrativa do país. Em 1960, com a criação de Brasília, políticos cariocas e a elite local se mobilizaram para a criação do Estado da Guanabara avizinado pelo Estado do Rio de Janeiro, visando diminuir os danos causados pela possível perda de poder e influência da região que até aquele momento era a capital do país. Em 12 de julho de 1974 foi sancionada a Lei Complementar nº 20, pelo então presidente militar Geisel, que implantava a partir de 1 de março de 1975 a fusão entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro. A cidade da Guanabara se tornou cidade do estado do Rio de Janeiro e passou a exercer a função de capital da unidade federativa. A cidade de Niterói, que antes da fusão era a capital do estado do Rio de Janeiro, com a fusão passou a ser uma sede municipal.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, naquele momento a elite política e econômica carioca endossaram o projeto de Geisel e foram muito participativos na implementação. Todavia, o objetivo da fusão parece não ter sido atingido, e eles não tinham conseguido criar um “polo econômico dinâmico, dotado de força política e capaz de estabelecer um equilíbrio federativo diferenciado”, além disso, a questão da fusão não pôde garantir a construção de uma identidade política, o que até algum tempo traria para os cariocas um sentimento de perda e insatisfação.⁵³ Entre o professorado surgiram várias questões resultantes da

⁵² SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10-11, p. 19-35, 1998. p. 19.

⁵³ FERREIRA, Marieta de Moraes. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política**. In: ABREU, A.A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 6, p. 163-203, p. 176-180; p.198.

instabilidade e indefinições causadas pela fusão entre os estados, como por exemplo, a pauta sobre a equiparação salarial, já que passou a existir o problema da diferença de salário entre docentes dos dois antigos estados.⁵⁴

Está claro então que o contexto de criação da SEP estava marcado pela insatisfação do professorado com relação às políticas do estado. Além disso, devido as inúmeras restrições para sindicalização estabelecidas pelo governo civil-militar, servidoras e servidores públicos não gozavam do direito à livre sindicalização, desse modo, estavam obrigados ao ingresso na União dos Professores Públicos no Estado (UPPE), que era então o sindicato oficial das professoras e dos professores públicos. Muitos docentes não se sentiam representados por uma instituição subordinada ao governo e tida como “conservadora” pelos militantes de esquerda. Para Hildézia de Medeiros, eleita para a presidência do SEPE entre 1985-1987, por exemplo, o que parecia justificar a manutenção da UPPE era por ser a maior parte das professoras naquele período ser branca e de família de classe média. Essa entidade “representaria uma visão mais tradicional quanto ao papel do magistério feminino das séries iniciais”.⁵⁵

A partir dessas insatisfações, surgiram as primeiras reuniões que mais adiante deram origem à Sociedade Estadual dos Professores. Em um contexto em que o professorado era composto majoritariamente pelas mulheres, Godofredo Pinto, reconhecido como um dos fundadores da SEP e talvez a principal liderança durante o período do Centro de Professores do Rio de Janeiro, diz ter tido conhecimento das reuniões que visavam a construção da SEP quando já estava em andamento, através de sua esposa, a professora de história Maria Regina D’angelo Pinto. Esse fato em todos os trabalhos que contam a história da entidade raramente é destacado. Godofredo é sempre citado como pioneiro, sindicalista legítimo, e de boa memória, mas não encontrei nada referenciando a história de sua esposa. Em entrevista dada a Pedro Soares, Godofredo conta o seguinte:

A SEP é de 1977, mas o movimento de organização começou antes. Aliás eu tomei conhecimento que havia esse movimento através da minha esposa Maria Regina, que é professora de História, ela começou a participar de umas reuniões na PUC de um grupo de professoras das áreas de ciências sociais na época [...] começaram a discutir os problemas da área das ciências sociais, mas a discussão evoluiu porque eram todos de esquerda, como

⁵⁴ MIRANDA, 2011, p. 53.

⁵⁵ MEDEIROS, Hildézia Alves de. *apud* FARIA, Lia; MARTINS, Thaís. Encontros e percursos de professoras militantes: Hildézia de Medeiros e Dodora Mota. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p.1758-1782, out./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.DS12>. p. 1765.

minha esposa é; começaram a discutir a questão de organizar uma entidade de defesa do direito dos professores.⁵⁶

A primeira reunião da SEP teria acontecido em 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) e além da provável presença de Maria Regina D' Angelo Pinto, estava lá presente Hildézia de Medeiros, militante cuja trajetória merece destaque.⁵⁷

A professora e militante Hildézia Alves de Medeiros, mulher negra e nordestina, é apontada como principal dirigente sindical do então CEP entre as décadas de 1970 e 1980. Nasceu em Pernambuco, em 1940, mas na década de 1970 veio para o Rio de Janeiro, através de uma oportunidade oferecida pela Igreja Batista da qual fazia parte, para dirigir uma revista religiosa para jovens.⁵⁸ Depois de algum tempo, Hildézia decidiu abandonar suas atividades religiosas e ingressar na militância política e nas lutas contra a ditadura. Durante este período trabalhou com publicidade e participou ainda do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), mas foi expulsa por não concordar com o viés conservador do movimento.⁵⁹ Mais adiante, iniciou carreira como servidora do Estado e passou a dar aulas na Escola Tiradentes, em Cachoeiras de Macacu, município do Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou ainda na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Em 1977, Hildézia ingressou no curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e logo em seguida passou a fazer parte do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o que contribuiu para a iniciativa de criar uma entidade para organização da luta do magistério do Rio de Janeiro.⁶⁰

Segundo Sobreira, o grupo inicial que formou a SEP tinha aproximadamente 50 pessoas, que em sua maior parte eram estudantes, professoras e professores das universidades, pertencentes a organizações de esquerda. Havia também docentes do antigo 2º grau, atual Ensino Médio.

Há duas vertentes de organizações de esquerda que constituem o núcleo original do movimento: o Comitê pelo Voto Nulo (da Ação Popular- AP, e os que, mais tarde, constituem tanto o Movimento de Emancipação do Proletariado- MEP, como a Convergência Socialista- CS) e a Campanha para vereador de Antônio Carlos Carvalho (Movimento Revolucionário Oito de Outubro- MR-8). A esse núcleo juntaram-se mais tarde, professores das

⁵⁶ SOARES, Pedro Forrai Valentim Calazans. **Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987):** uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2019, p. 56.

⁵⁷ FARIA; MARTINS, 2020, p. 1763.

⁵⁸ Ibidem, p. 1761.

⁵⁹ Ibidem, p. 1762.

⁶⁰ FARIA; MARTINS, op. cit., p. 1763.

redes pública e particular vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um grupo que apresentava como características comuns o vínculo com as redes públicas estadual e municipal do Rio de Janeiro, a adesão de ideias trotskistas [...] e a liderança do professor Godofredo Pinto.⁶¹

Nesse período, havia um debate na esquerda acerca das formas de combate à ditadura, no qual algumas estratégias relacionadas ao sindicato estavam em confronto: “participação no Sindicato, organização da oposição sindical, criação de um movimento aberto e fundação de uma nova entidade”.⁶² Para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) parecia importante investir nos sindicatos como estratégia para o combate à ditadura, mas também para transição para o socialismo. Aparentemente a ideia do PCB era estar dentro dos sindicatos existentes e não dar a eles a devida atenção, deixando que eles fossem assim “naturalmente esvaziados”. As correntes restantes passam a se dividir em dois “subgrupos”, a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) defendiam a construção de uma nova entidade, de tipo sindical, em oposição ao Movimento de Unidade dos Professores (MUP) e o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), que queriam organizações do “tipo paulista”, ou seja, mais combativas. A esses grupos, mais adiante, se juntaram docentes das redes de ensino pública e particular vinculadas ao PCB, além de professoras e professores vinculados as redes estaduais e municipais do Rio de Janeiro que eram adeptas as “ideias trotskistas” e a liderança do professor Godofredo Pinto.⁶³

Em abril de 1977 aconteceu uma reunião entre os grupos e a proposta da AP, MEP e MR-8 venceu, com a proposta de construção de uma nova entidade do tipo sindical. A alternativa foi a criação da Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que seria uma instituição legalizada com objetivo de dar encaminhamento à luta sindical, conforme documento apresentado pela AP. Segundo Sobreira, o professor público estava ausente do projeto inicial da APERJ, sendo o “centro de atenções” dos documentos o Sindicato de Professores do Rio de Janeiro (SINPRO-RJ). Como já havia outra instituição com o nome APERJ, o grupo optou por registrar a nova entidade como Sociedade Estadual dos Professores, ou seja, a SEP.⁶⁴ Desde o início, a SEP funcionava como uma espécie de sindicato, mas não utilizava a caracterização no seu nome porque era proibido a existência de

⁶¹ SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 77, dez. /2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PVfG7g5yFk6Mcjm6Mc9x96d/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 de julho. p.133.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ SOBREIRA, op. cit., p. 134.

sindicatos oficiais de funcionários públicos. A denominação foi utilizada como estratégia para fugir das regras sindicais em vigor, uma vez que só a partir do final de 1988 que a possibilidade de sindicalização livre dos funcionários públicos passou a vigorar com a nova Constituição.⁶⁵

Os primeiros anos da sociedade foram marcados por muitas contradições. Entre elas o fato de que militantes que faziam parte inicialmente do processo de construção ficaram excluídos mais adiante do movimento, já que com a chegada do professorado público liderado por Godofredo muitas das propostas que foram apresentadas contemplavam apenas as professoras e professores das redes públicas que foram entrando depois na Sociedade. Embora formado por uma base majoritariamente feminina, o presidente da primeira direção da SEP foi um homem, Ricardo Coelho.

As primeiras mobilizações da SEP foram em prol da equiparação salarial entre os professores/as dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; da revogação de uma resolução aumentando a carga horária do professor nas escolas e o enquadramento por formação, além do plano de carreira. Essas pautas aparecem já na assembleia de fundação da Sociedade e foi redigida em forma de abaixo assinado.⁶⁶

De setembro de 1977 até julho de 1979, foram publicados seis boletins ordinários e dois especiais convocando as professoras e professores para participarem das assembleias. Durante este período, através de abaixo assinado a proposta de equiparação salarial entre os antigos estados foi atendida. No 1º Encontro Estadual de Professores, em outubro de 1978, no Colégio São Bento, na Zona Sul do município do Rio de Janeiro, participaram mais de 800 docentes e o grupo do professor Godofredo Pinto passou a assumir a direção do movimento, demonstrando uma diminuição das forças políticas presentes na Sociedade Estadual dos Professores. Sobre isso, Sobreira afirma:

No Primeiro Encontro Estadual de Professores, o professor Godofredo Pinto e seu grupo assumem a direção do movimento. Essa conquista deve-se a seu reconhecimento dos problemas vividos pelos professores. Mesmo sendo tão-somente diretor de Assuntos Culturais da Sociedade, esse professor torna-se a principal figura do movimento e exerce forte influência sobre a categoria: alguns depoimentos avaliam sua liderança como *carismática*. Não percebi, seja nos documentos, seja por meio das entrevistas, qualquer articulação entre os diversos partidos políticos presentes no movimento, dando-lhe sustentação. Ao contrário, as forças políticas, a partir do *encontro*, parecem

⁶⁵ SOARES, op. cit., 36.

⁶⁶ SOBREIRA, op. cit., p. 135-136.

diminuir as suas relações diretas com o magistério, optando por disputar a influência sobre o professor como forma de dar a linha para o movimento.⁶⁷

E continua

Isso não significa que os partidos políticos tenham abandonado suas convicções e respeito de que as entidades sindicais são as *correias de transmissão* entre a vanguarda revolucionária e a massa presa ao imediatismo da luta econômica, muito menos a compreensão de que a luta sindical-econômica fosse a primeira escola de formação do militante revolucionário (concepções leninistas, mas também compartilhadas pelas demais organizações políticas), mas sim que tais tarefas passariam pela mediação do professor Godofredo.⁶⁸

No grupo de Godofredo havia nome de muitas mulheres, mas como veremos mais adiante, parece que parte significativa dos nomes que estavam com ele e lideraram o movimento eram de sua família. No encontro, aprovaram uma pauta unificada, iniciando a preparação da greve de 1979. Segundo as pesquisas feitas por Sobreira, até a data do início da greve histórica da educação no Rio de Janeiro, em março de 1979, a Sociedade Estadual dos Professores não parecia ter uma organização bem determinada no interior do estado, todavia, no processo de deflagração e desenvolvimento da greve a Sociedade teve importância incontestável.

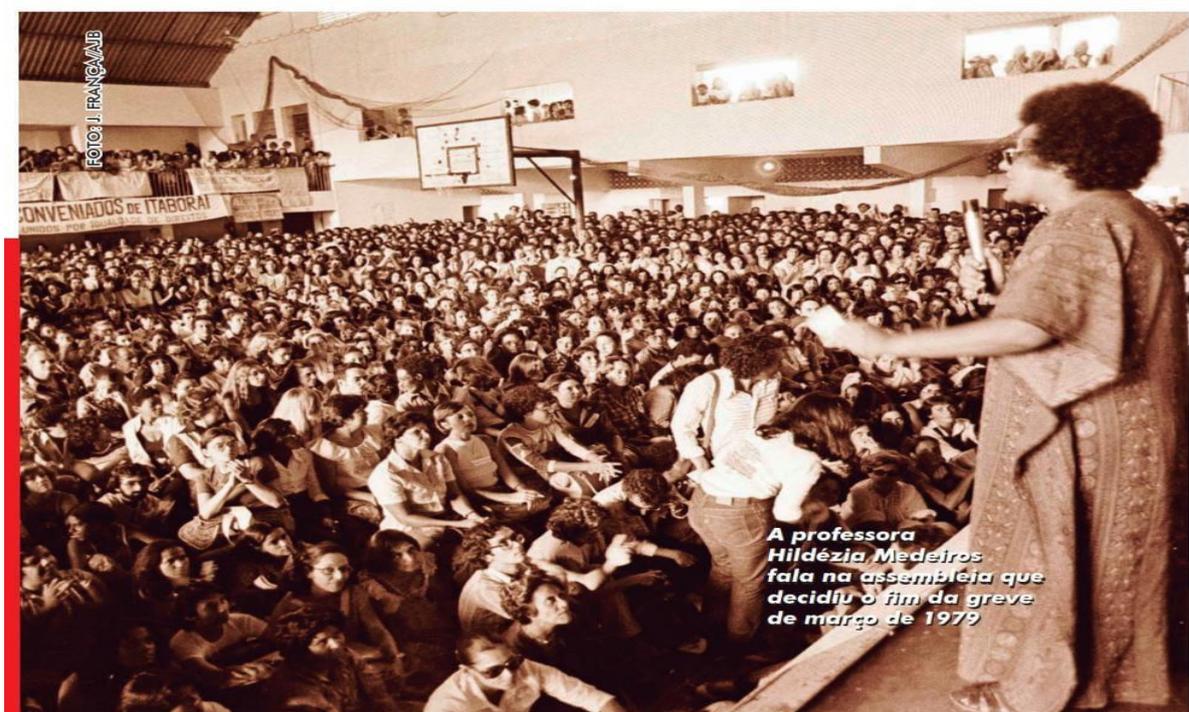
Já no final do ano de 1978, o então governador do estado, em fim de mandato, Faria Lima, apresentou um Plano de Cargos aos servidores que causou muita insatisfação. Além de outras questões, o plano aumentava a carga horária do magistério de 12h para 20h semanais de aula. Por causa disso, em fevereiro de 1979, uma assembleia lotada realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), durante as férias, sinalizou a deflagração da greve, caso o governo não atendesse às reivindicações antes do início das aulas. No dia 11 de março, não tendo resposta do governo, deram início a greve por tempo indeterminado. Nesse dia, cerca de 5 mil professoras e professores, de diferentes municípios, encheram o Sindicato dos Operários Navais em Niterói. Neste episódio, foi referendada uma “Carta Aberta” dirigida à população, em especial aos alunos e seus responsáveis, falando da importância da luta estudantil e pedindo o apoio da comunidade escolar. Dias depois, em 24 de março, o recém-eleito governador, Chagas Freitas, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Chagas Freitas e o prefeito Israel Klabin, emitiram uma Nota Pública, assinada pela Secretaria da Fazenda, do Planejamento, Administração e Educação, na qual reconheciam a legitimidade da greve e onde propuseram “medidas concretas de atendimento”, para o prazo de 30 dias e

⁶⁷ SOBREIRA, op. cit., p. 136.

⁶⁸ SOBREIRA, op. cit., p. 136.

com validade retroativa de todas as vantagens. Com essa resposta do governo, a assembleia decidiu dar fim à greve.⁶⁹

Figura 1 - Hildézia de Medeiros



Legenda: Professora Hildézia de Medeiros falando em assembleia que decidiu pelo fim da greve de março de 1979.

Fonte: Revista do SEPE, dezembro de 2019, p.5.

No dia 29 de abril de 1979, após ter se passado a data para o cumprimento das medidas pelo governo, foi realizada nova assembleia com participação de aproximadamente 4 mil docentes, onde decidiram dar um prazo de 60 dias para o governo.⁷⁰ Assim, o governo enviou à Assembleia Legislativa (ALERJ) um projeto de lei autorizando o Executivo a tomar as providências necessárias para o encaminhamento das soluções para a pauta. Até o dia primeiro de agosto daquele ano o governo de Chagas Freitas não havia cumprido os prazos, assim, a greve foi reiniciada pela categoria. Entre a greve que começa e termina em março e a greve de maior movimentação que reinicia em agosto é fundado o Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), entidade que entrará na história do sindicalismo docente como referencial de luta do magistério fluminense.

⁶⁹SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. Revista eletrônica do Sepe (Edição Especial). Disponível em: <<https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim3434.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022. p. 17.

⁷⁰ Ibidem, p. 18.

1.3 Da SEP ao CEPE

O debate nacional acerca da questão organizativa do professorado, a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, além da fragmentação do movimento docente no estado deu início a um processo de unificação de entidades. Esses processos de unificação, como os que se deram com algumas entidades no Rio de Janeiro, vinha sendo debatido em âmbito nacional desde 1962 pela Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), atual Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da qual participavam entidades de diversos estados brasileiros, entre elas a União dos Professores Primários do Rio de Janeiro e a União dos Professores Primários do Estado da Guanabara.

Embora mais adiante a CPPB tenha se tornado um marco na história do sindicalismo docente, inicialmente a Confederação se mostrava mais preocupada com a organização de atividades de cunho assistencialista, e menos preocupada com a organização das lutas sindicais e do magistério. Em 1979, a CPPB passou a incorporar o magistério secundário, o que causou uma alteração do perfil de sua base e na sua nomenclatura. Com a incorporação de professoras e professores secundários, a entidade passou a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Após o golpe de 1964, a CPPB passou a estabelecer com a ditadura um “caráter corporativo”. Por causa disso, até a década de 1970, a preocupação da entidade era com as questões reivindicativas da categoria, só depois essas reivindicações “começariam a ganhar espaço nos congressos da entidade nacional”.⁷¹ Os debates e questionamentos à CPB fizeram parte do movimento que questionava as práticas sindicais atreladas ao Estado. No plano geral, estava relacionada à polarização entre o grupo do “novo sindicalismo” e o da Unidade sindical no Interior da Comissão Pró-CUT que em 1983 gerou a divisão entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

As orientações da CPB exerceram influência significativa no debate sobre a unificação de entidades. Mesmo diante da legislação que proibia a sindicalização do funcionalismo público naquele período, diversas entidades recreativas, assistencialistas e culturais optaram por se associar, mesmo sem possuírem o “poder legal de representação”. No contexto das greves, em 24 de julho de 1979, a Sociedade Estadual dos Professores (SEP) se fundiu com a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ) e a Associação dos

⁷¹ MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: Um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.p. 107.

Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), dando origem ao Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ). Segundo Kênia Miranda, a criação do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (CEP), em 1979, por meio da fusão dessas entidades, é um reflexo desse movimento de unificação e fortalecimento sindical.

O nascimento do Centro Estadual de Professores (CEP) é página importante da história da organização docente no Rio de Janeiro. Tal experiência representou a construção de um instrumento de luta mais amplo que os até então existentes, pois reuniu grande parte da categoria docente em uma mesma entidade, embora não a tenha unificado em sua totalidade.⁷²

Ainda durante o mês de julho a diretoria provisória do CEP foi aprovada e Godofredo foi eleito para esta direção.⁷³ No mesmo mês a Sociedade Estadual de Merendeiras, Inspectores, Trabalhadores e Serventes (SEMITS) aprovou em assembleia dar apoio aos professores entrando em uma “greve de solidariedade”. A partir daí o CEP lançou a palavra de ordem “promessas cumpridas ou greve repetida”. No dia 22 de julho, já cansados do descaso, dão o prazo de uma semana para o governo responder as exigências do sindicato.

Com o descumprimento, no dia 1º de agosto a categoria retomou a greve, agora fora da escola e fazendo piquetes. A conjuntura e a postura do governo passaram a ser muito mais violentas do que a adotada durante a primeira greve em março. Para se ter ideia, atendendo a pedidos do governador Chagas Freitas, o ministro do Trabalho Murilo Macedo comunicou ao Delegado Regional do Trabalho que a greve era ilegal, segundo o Decreto de lei nº1632/1978, que proibia greve no serviço público. A partir dali, com a atuação da Polícia Política, no centro do Rio de na região metropolitana, como em Caxias, vários militantes foram presos ou detidos. Entre os nomes temos Godofredo Pinto, que foi preso no dia 4 de agosto, e que no momento estava sendo acompanhado por Hildézia de Medeiros. Em mais um relato de Godofredo, fica evidente o que para nós já está claro, especialmente quando se trata do sindicato docente SEPE: as mulheres não são apenas "colaboradoras", mas sim líderes corajosas e essenciais na luta pela educação.

Neste dia, eu desci da sede com Hildézia, e quando chegamos na rua tinha quatro caras numa rua transversal; um disse: “o senhor é o professor Godofredo?” Eu disse: sou. Ele disse “o senhor nos segue até o DOPS-Departamento de Ordem Política e Social”. Hildézia resolveu protestar, perguntou: cadê o mandado de prisão? Era um baixinho assim lourinho, que disse: “professora, mandado de prisão? Se a senhora ficar falando muito, a senhora vai com ele”. Eu disse: Hildézia, esquece isso. Pra que mandado de

⁷²Ibidem, p.47.

⁷³Ibidem, p. 57.

prisão? Eu queria que ela ficasse solta para colocar a boca no trombone, né?⁷⁴

Além dele, naquele mesmo dia, em São João de Meriti, foram levadas coercitivamente à delegacia, as professoras Maria da Glória Gomes de Oliveira, Isabel Silva Melo, Rita Maria da Silva e Helena Arantes da Rosa. Durante os vários dias de greve, outras centenas de educadores/as foram conduzidos/as às delegacias. Na cidade de Niterói foram detidas Maria Regina D'Ângelo da Silva Pinto, Eliane Nener, Fernando Fraga e João Batista de Andrade.⁷⁵

Neste contexto, as secretarias estadual e municipal de educação anunciaram a convocação emergencial de professores para substituição e anunciaram a suspensão do salário de quem tivesse mais de 6 faltas consecutivas. No dia 7 de agosto de 1979 o governo emitiu nota informando anular os estatutos do CEP e ameaçando os líderes da greve de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. A sede da entidade foi lacrada pelo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) e a professora Hildézia de Medeiros foi uma das pessoas que tiveram que depor. As assembleias futuras foram proibidas, inclusive a que estava naquele momento agendada para acontecer no dia 11 de agosto, no Clube Maxwell. A proibição da assembleia gerou grande desconforto. O então senador Saturnino Braga e o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, cobraram do governo do estado um posicionamento menos autoritário. Docentes ameaçavam realizar a assembleia na rua. Logo depois, em reunião dos representantes do CEP com o governador, no Palácio Guanabara, foi permitido a realização da assembleia, no dia 12 de agosto, com exigência de que a assembleia não fosse anunciada como sendo oficialmente do SEP. A assembleia foi tão importante, que o Jornal Nacional noticiou em primeira mão.⁷⁶

A assembleia aconteceu no dia 12 de agosto com mais de 10 mil professoras e professores presentes. Segundo relatos dos militantes, ao contrário do que queria o governo, na assembleia a direção reafirmou que aquela era uma assembleia do CEP e todos/as gritaram “O CEP somos nós, nossa força nossa voz”. Depois leram a carta do Dr. Sobral Pinto em apoio ao movimento, e outra carta onde algumas diretoras apoiavam a greve. Também foi lido um abaixo assinado com mais de 5 mil assinaturas de militantes da base se declarando responsáveis pelo movimento, em solidariedade às lideranças que estavam sendo processadas.

⁷⁴ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. op. cit., p. 15.

⁷⁵ Ibidem, p. 19-20.

⁷⁶ Ibidem, p. 21.

Naquele dia a continuidade da greve foi aprovada por unanimidade. A partir dali o governo encerrou as negociações com o CEP e proibiu que qualquer espaço permitisse a realização de assembleias do CEP.⁷⁷

Em um contexto de ausência completa de negociação entre o governo e o CEP, os/as grevistas realizaram no dia 17 de agosto nova assembleia na Universidade Santa Úrsula, ao lado do Palácio, que estava cercado por tropas de choque. Naquela assembleia ficou nítido as divergências de opiniões presentes no interior do movimento. As posições se dividiam entre dar ou não continuidade à greve. Entre os representantes desta oposição estava de um lado Godofredo Pinto, pelo encerramento da greve, o do outro Hildézia de Medeiros, por sua continuidade. A categoria votou pela continuidade da greve. E a partir deste momento teve início uma oposição à diretoria do CEP.⁷⁸

Durante a greve, professoras aposentadas foram ao Palácio Guanabara pressionar o governo. Em muitos casos, quando a categoria tinha alguma conquista isso não refletia nas aposentadas e aposentados, assim se viram na obrigação de mobilizarem algumas lutas exclusivas.⁷⁹

No dia 20 de agosto de 1979, um ato Ecumênico foi realizado, no Clube Maxwell em Vila Isabel bairro da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Dele participaram milhares de docentes, além de padres, pastores, políticos do Rio de Janeiro do MDB, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, do Sindicato da FIAT/DIESEL, do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA-RJ) e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense (DCE- UFF). Em 20 de agosto, com o compromisso do governo de dar o aumento ainda no ano 1979, uma nova assembleia decidiu pelo fim da greve. Todavia, as promessas do governo só seriam cumpridas em dezembro daquele ano.⁸⁰

Apesar das divergências presentes no interior do CEP, o movimento de greve organizado pela entidade se mostrou forte e importantíssimo na história do sindicalismo docente. Além disso, ao final do movimento, entre outros direitos, grevistas conquistaram um piso de cinco salários-mínimos, o que foi considerado pela categoria uma conquista valiosa.⁸¹

⁷⁷ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. op. cit., p. 22.

⁷⁸ MIRANDA, 2011, p. 60.

⁷⁹ Ibidem, p. 23.

⁸⁰ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. op. cit., p. 23.

⁸¹ MIRANDA, 2011, p. 61.

Durante o mês de outubro de 1979, mesmo estando na ilegalidade, o CEP organizou a eleição para sua diretoria. Naquele momento a Secretaria de Educação Estadual enviou a todas as escolas ofícios ratificando a ilegalidade do CEP e proibindo a fixação de cartazes convocatórios nas escolas. Ainda assim a eleição aconteceu e, aproximadamente 7.500 professores votaram em chapa única, que endossou a diretoria provisória. O presidente era Godofredo Pinto e Hildézia também aparece como “2º Vice-presidente”.⁸²

Nome da chapa: CONSTRUÇÃO- presidente: Godofredo Pinto; 1º Vice-presidente: Ítalo Moriconi; 2º Vice-presidente: Hildézia Medeiros; Secretário Geral: Luciano D’Ângelo; 1ª Secretária: Maria Helena C. Azevedo; 2ª Secretária: Heloisa Almeida Fernandes; 1ª Tesoureira: Maria Ângelo Moreira Pinto; 2ª Tesoureira: Rosanita Zanen Monteiro; Diretora da rede municipal: Magda Frediani Martins; Diretor de Assuntos da rede particular: Marcos Gomes.⁸³

A diversidade de documentos existentes (relatórios policiais, reportagens de jornais etc.) mostra que, durante o período, entre e durante as greves, o CEP esteve bem mobilizado. Foram promovidos campanhas salariais, assembleias, debates, paralisações, e tudo isso foi essencial para o fortalecimento e ampliação da entidade. Movimentos importantes que surgiram depois, como a Greve das Conveniadas e a entrada dos demais profissionais da educação na entidade em 1987, forçando a alteração da nomenclatura, foram influenciados pelos desdobramentos das greves em 1979.

A greve de 1979 e a expansão do Centro Estadual de Professores (CEP) para o interior do estado possibilitaram a organização de uma das greves mais importantes pela entidade, a Greve das Conveniadas. Esta greve, reconhecida como vitoriosa por suas conquistas, foi protagonizada por professoras leigas⁸⁴ contratadas na zona rural do estado, envolvendo uma parcela significativa da categoria do antigo Ensino Primário. No entanto, apesar de sua importância, teve pouquíssima repercussão. Nesse contexto, uma parceria entre o governo do estado e as prefeituras, através de convênios, permitia que o Estado repassasse recursos às prefeituras, que por sua vez contratavam as professoras. Em meados de 1980, o governo estadual cessou os repasses de recursos, deixando essas professoras trabalhando por vários meses sem receber salário.⁸⁵ Por causa disso, as conveniadas de Cachoeiras de Macacu procuraram a direção do CEP. Após a entidade tomar conhecimento do que vinha

⁸² Ibidem, p. 24.

⁸³ Ibidem, p. 24.

⁸⁴ Eram consideradas assim naquele contexto as professoras que não tinham formação pedagógica.

⁸⁵ SOARES, op. cit., p. 39-40.

acontecendo em vários municípios das regiões Sul/Serrana, Região dos Lagos e Região Norte/Noroeste, organizaram uma assembleia específica onde aprovaram uma pauta com algumas reivindicações, entre elas, quadruplicar o salário recebido, e estabelecer vínculo empregatício com o estado. Além disso, o CEP propôs a criação do professor V, no novo Plano de Cargos, também conquistado a partir da greve de 1979. Essa proposta garantia que essas professoras pudessem trabalhar até concluírem o curso de formação de professoras, e dava fim à possibilidade de trabalho como professora sem a devida formação pedagógica.⁸⁶

Além do processo de interiorização, a greve de 1979 acabou possibilitando o movimento para unificação de categorias diversas de trabalhadoras e trabalhadores da educação (merendeiras/os, inspetoras/es, pessoal administrativo, etc.) do Estado do Rio de Janeiro em uma mesma entidade em 1987. Depois de muitos debates, foi aprovado no dia 30 de outubro de 1987 a ampliação do quadro de sócios, e o então Centro Estadual dos Professores (CEP), passou a se chamar Centro Estadual dos Profissionais de Educação (CEPE). Em 05 de outubro de 1988, a partir da nova Constituição Federal, os funcionários passam a ter direito à sindicalização. O CEPE passa então a se chamar Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). Nesse ínterim, o SEPE-Niterói estava sendo gradualmente consolidado, marcando uma nova fase na representação sindical dos profissionais da educação na região de Niterói.⁸⁷

1.4 Os desdobramentos que deram origem ao SEPE- Niterói

Talvez pelo fato de ter sido, antes da fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a capital do Estado do Rio, Niterói tenha recebido o primeiro núcleo municipal do CEP. A cidade que hoje pertence à Região Metropolitana, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem área total de 133,9 km², e desde 2010, uma população de mais de 480 mil habitantes, com uma proporção de 86,3 homens para cada 100 mulheres e taxa de urbanização correspondente a 100% da população. Em comparação com a década anterior, o município teria aumentado sua população em 6,1%. Seu Produto Interno Bruto (PIB) já chegou a pouco mais de 11 bilhões de reais, representando 2,8% em relação ao estado, e PIB per capita de 23 mil reais. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de 0,681, em 1991, para 0,837 em 2010, destacando-se com uma faixa de desenvolvimento humano considerada muito alto. Nos últimos anos, o município passou por

⁸⁶ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. op. cit., p.9.

⁸⁷ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RJ. **História do SEPE**. Op. cit.

um processo de desenvolvimento, envolvendo melhoramentos urbanísticos e sociais. Boa parte da oferta dos equipamentos e de serviços turísticos do estado se encontram na cidade. Niterói comporta espaços culturais, patrimônios materiais e imateriais, além de grupos locais, artistas e personagens diversos.⁸⁸

Com relação à Educação no município, Niterói mantém uma rede escolar que integra o sistema municipal de ensino, “cuja finalidade primordial é oferecer a Educação Básica nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial”, segundo seu Plano Municipal de Educação de 2015. Fazem parte da Rede Municipal as Unidades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental subordinadas desde 1991 à Fundação Municipal de Educação (FME). Além disso, em 2015, o município possuía convênio com 24 Creches Comunitárias, que atendiam à faixa etária de 2 a 5 anos de idade. Até 2015 possuía um quantitativo de 40 unidades de Educação Infantil (35 integrais e 5 em horário parcial), 49 Unidades de Ensino Fundamental (3 integrais e 46 em horário parcial), atendendo aproximadamente 29.634 alunos do município de Niterói e adjacentes, além dos 2.267 bebês e crianças das Creches Comunitárias. No que diz respeito ao número de professores, a rede municipal contava com 1.403 professores, sendo 1.093 no ensino fundamental e 310 no ensino pré-escolar.⁸⁹ Acredita-se que esse número tenha quase que dobrado nos últimos anos, já que o último concurso público da Educação Municipal feito em 2016, a prefeitura convocou mais de mil docentes.⁹⁰

A criação da Secretaria Municipal de Educação de Niterói em 1959 marca a história dessa Rede. Até então, não havia um órgão desse tipo, o que existia era apenas o Departamento de Educação e Cultura, que funcionou até 21 de dezembro de 1958. Pablo Santos acredita que a não existência anterior deste órgão explicada pela quantidade de escolas pertencentes ao município naquele período. Entre 1959 e 1961, havia apenas 13 escolas

⁸⁸ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE). Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro- Niterói 2016. Disponível em: <<https://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/57823041/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202016%20-%20Niter%C3%B3i>>. Acesso em: 20 jul. 2022. p. 7-40.

⁸⁹ NITERÓI. Plano Municipal de Educação, Lei n. 3. 234, de 4 de agosto de 2016. A prova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2026. Disponível em: <<https://www.educacaoniteroi.com.br/wp-content/uploads/2021/05/PMEN-Lei-3234-e-Anexo-com-metas.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022. p. 6-7.

⁹⁰ MOURÃO, Giovanni. Em Niterói, aulas começam com reforço de mais de mil professores concursados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 fev. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/em-niteroi-aulas-comecam-com-reforco-de-mais-de-mil-professores-concursados-23421093>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

municipais. Por causa disso, durante as décadas de 1960 e 1970, a Prefeitura de Niterói fomentou o desenvolvimento da rede privada de ensino.⁹¹

Essa Rede Pública Municipal de Niterói foi criada no início dos anos 1950. Na década de 1980, acompanhando as mudanças do cenário político e educacional a rede buscou incorporar novas orientações teórico-metodológicas a partir de novos modos de pensar a educação.

Foi no final da década de 1970 que ocorreram os primeiros contatos para a construção do que mais adiante seria o SEPE- Niterói. A greve da Rede Estadual de março de 1979 teria conseguido mobilizar centenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação, que como vimos, ocuparam no bairro do Barreto o espaço cedido pelo Sindicato dos Operários Navais de Niterói no dia 11 de março daquele ano. Naquele dia, entre os encaminhamentos para organização da luta, foi estabelecido que se criasse uma dinâmica de “assembleia permanente”, que começaria já na segunda-feira na sede da União dos Professores Públicos no Estado (UPPE). A professora Regina Pinto, em entrevista cedida ao próprio sindicato, conta que durante a greve de 1979, começou a surgir muita gente na Assembleia na UPPE, essas pessoas eram professoras da Rede Municipal. Naquele momento, segundo Rita, as militantes da rede estadual não conheciam a Rede Municipal de Niterói, mas decidiram a partir dali organizar pautas e unificar a luta. Neste processo, entre as professoras que tiveram em destaque, aparecem os nomes de Marta Maia e Marcia (não consta no documento o sobrenome), Elizabeth Nascentes, Maria Amélia e Marivalda (não consta no documento o sobrenome).⁹²

Durante os primeiros anos da construção do núcleo sindical de Niterói, militantes buscaram organizar as demandas de sua rede, o que logo viria a ser interrompido pela crise causada pelos debates e decisão de abertura dos quadros da entidade para filiação de outros funcionários, refletindo os debates do CEP- Estadual. A desavença gerou a renúncia da direção também do então CEP- Niterói, seguindo os passos da direção estadual, o que acabou surpreendendo a categoria. A consequência da renúncia teria sido o enfraquecimento da categoria e a necessidade de uma assembleia para a criação de uma Direção Provisória. Vera Magalhães teria feito parte desta comissão. A partir de reorganização do seu núcleo, o

⁹¹ SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos Santos. **O público, o privado e o ensino fluminense (1954-1970): o caso do Centro Educacional de Niterói**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 63.

⁹² NOTAS PRELIMINARES PARA UMA HISTÓRIA DO SEPE NITERÓI. Material produzido pelo sindicato. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1G75ZlvfGYyhs7D9MoWVlKpU4KkjGhPAI/edit> . Acesso: 31 ago. 2022. p. 1.

sindicato volta a se preocupar com as suas demandas. Assim, em 1989 a luta pelas eleições diretas para direções das escolas da rede municipal de Niterói mobilizou o sindicato.⁹³

Em 1990, os professores municipais, representados pelo sindicato, engajaram-se em mais uma batalha: a oposição à criação da Fundação Municipal de Educação (FME). De acordo com registros do sindicato, durante esse período, parte da militância do CEP-Niterói interpretava que a greve daquele ano parecia ter obtido sucesso, uma vez que conseguiram bloquear a criação da FME na Câmara de Vereadores em setembro. Contudo, em janeiro de 1991, durante o período de férias escolares, o governo de Jorge Roberto Silveira obteve a aprovação para a criação da FME.

Durante os dias 08 e 09 de agosto de 1992, a I Conferência do SEPE, tratou de questões específicas de funcionários e funcionárias administrativas. Participaram dessa Conferência 108 funcionárias e funcionários entre serventes, merendeiras, inspetores, vigias e pessoal de secretaria. O evento se tornou um marco na história de organização dos funcionários na base do SEPE-RJ, cinco anos após a entrada dos demais profissionais da educação no sindicato que inicialmente era formado só pelo magistério. Foi então lançada a campanha *A conversa tem que chegar na cozinha*. A pauta da conferência estava estruturada em três pontos: 1) “papel educacional dos funcionários”; 2) “Plano de Carreira unificado”; 3) “Estatuto do SEPE”.

1) Sobre ‘papel educacional dos funcionários’. Os funcionários podem fazer um trabalho de conscientização dos alunos e da comunidade sobre a importância da higiene escolar e sua manutenção; os inspetores podem, a partir de uma tomada de consciência sobre a higiene escolar, visitar as salas e comunicar o que está faltando para a limpeza da escola, combinando com as turmas como manter a escola mais limpa e organizada; as merendeiras podem incentivar os alunos a terem um comportamento adequado no refeitório, promovendo uma competição saudável, elogiando e premiando a turma que teve melhor desempenho ao final de cada mês; nas escolas rurais, os profissionais da educação devem valorizar os trabalhadores rurais, responsáveis pela produção de alimentos e pelo trabalho com a terra. Pode-se mostrar as etapas pelas quais passam os alimentos até chegarem à mesa; o pessoal da secretaria deve fazer um balanço de quantos alunos saíram da escola para chamar os que estão em casa. 2) Sobre ‘formação dos profissionais’. Devemos cobrar dos governos que os funcionários tenham acesso a cursos específicos; o SEPE-RJ deve interferir nos cursos de reciclagem das secretarias de educação, tentando influenciá-los; criação de um grupo de trabalho sobre Animação Cultural no Departamento de Apoio

⁹³ Ibidem, p.1-2.

do SEPE-RJ; (...) os funcionários devem ser chamados, a partir de agora, de agentes educadores (...)⁹⁴

Em 1995, a campanha “Eu também educo”, lançada pelo SEPE- RJ, tinha como objetivo a luta pela valorização profissional de funcionárias e funcionários, como pessoas que educam. A construção de uma proposta de Plano de Carreira da categoria marcou o ano de 1996. O ano foi assinalado por várias reuniões importantes com representantes das escolas da Rede Municipal de Niterói e o SEPE- Niterói. Este ano marcou também a valorização pelo SEPE- Niterói das atividades de formação política e pedagógica com a categoria, como o Seminário de Educação (Pré- Congresso do SEPE) “Dignidade para quem educa- Salário digno: um direito de todos”, no dia 27 de novembro. Entre as lutas daquele ano, aparecem as negociações com o governo sobre as reivindicações da campanha salarial. Além disso, a greve geral do dia 21 de junho convocada pela CUT e outras centrais sindicais, teve adesão de quase 100% da categoria.⁹⁵

Durante o ano de 1996, entre os nomes presentes frequentemente na reunião de representantes, da direção do SEPE- Niterói aparecem os seguintes: Vanderléa de N. Costa Ramos, Dilcéia Batista, Denise Mendes Cardia, Tânia Graniço. Entre os companheiros e companheiras de base presentes de maneira regular nas reuniões de representantes: Lilian Azevedo da Silva Moura (EM Helena Antipoff), Poliayana Caret (Creche Municipal Paulo Cesar Pimentel), Deolinda dos Santos Teixeira (EM Diógenes Ribeiro de Mendonça), Juci Alves (Creche Municipal Neuza Brizola), Andréa Ferreira dos Santos (EM Adelino Magalhães), Deusa Maria de Deus (EM Viçoso Jardim), Mariangela de S. Oliveira (Casa da Criança de Santa Bárbara).⁹⁶

O ano de 1997 foi marcado por manifestações e paralisações, greve de 30 dias e ocupação da prefeitura, como resposta às tentativas de negociações sem êxito com a Fundação Municipal de Educação sob o governo de Jorge Roberto Silveira. A greve de 72 horas nos dias 09, 10 e 11 de maio foi apenas uma prévia do que viria acontecer. A luta por salário digno e valorização da escola como patrimônio público tinham inicialmente um tempo determinado. No dia 3 de junho de 1997, a paralisação unificada de 24h contou com o apoio de diversas associações e sindicatos do funcionalismo municipal de Niterói.

Em 1997, foi verificada a exoneração de cargo de várias diretoras eleitas que se recusaram a enviar para FME o nome de profissionais grevistas. Aparentemente, estavam

⁹⁴ Boletim de Serventes, Merendeiras, Inspectores, Vigias, Pessoal de Secretaria, etc. – SEPE-RJ, 1992.

⁹⁵ Ibidem. p. 5.

⁹⁶ Idem.

sendo punidas por participarem das lutas da educação. A greve de 1997 foi marcada por ocupações das escolas, pois profissionais grevistas foram às escolas para fazerem reuniões e discutir a qualidade do ensino, além de manifestações na porta da prefeitura. Após várias manifestações, até mesmo dos moradores da localidade da escola, e plesbicitos, as diretoras foram reconduzidas aos cargos. A greve acabou durando 30 dias. Durante este período o então prefeito Jorge Roberto Silveira se mostrou bem resistente às negociações. Além do mais, conforme o Boletim do SEPE- Niterói de 1997, a prefeitura usou de várias forças para reprimir as manifestações. Em 16 de setembro de 1997, a paralisação de 24h contou com apoio dos profissionais da Saúde Municipal.⁹⁷

Em 1999, o SEPE abriu o Boletim de junho com a seguinte seção “Audiência-Aposentado também é professor”. Neste ano as lutas do SEPE foram marcadas pela luta por paridade entre ativos e aposentados, além do Plano de Carreira. A audiência foi entre o SEPE e o secretário Conte Bittencout e tratou das reivindicações dos aposentados da Rede Municipal. Havia uma reivindicação do sindicato para que os benefícios dos profissionais em ativa fossem estendidos aos aposentados da FME e SME, através de um novo Plano de Carreira. Além disso, o ano de 1999 foi marcado pelas eleições gerais do SEPE. Naquele ano três chapas concorreram para o SEPE- Central: Chapa 01 “SEPE sempre SEPE”, Chapa 02 “Oposição, democracia e luta” e Chapa 03 “Muda SEPE – Unidade Popular”. No caso do SEPE-Niterói, concorreram somente duas chapas: a Chapa 01 “Democracia e luta” e a Chapa 02 “SEPE sempre SEPE”.⁹⁸

Os anos narrados destacam a persistência e a determinação do SEPE-Niterói em defender os direitos e interesses dos profissionais da educação em meio a desafios e adversidades. O ano 2000, por exemplo, foi marcado pelas lutas para aprovação do Plano de Carreira da Educação. Ao longo de décadas de mobilizações, greves e negociações, o sindicato consolidou-se como uma voz ativa e representativa da categoria, enfrentando governos e instituições em busca de melhores condições de trabalho e valorização profissional. Para além destes elementos, podemos observar, pela presença marcante e constante dos nomes de professoras nas narrativas e registros, a evidência do protagonismo e liderança das mulheres nesta luta. Nos próximos capítulos, discutiremos o olhar das militantes sobre essa história e como elas interpretam sua própria atuação, assim como a de outras

⁹⁷ Ibidem, p. 6.

⁹⁸ Ibidem, p. 10-11.

companheiras, dentro do SEPE. Exploraremos suas reflexões, análises e percepções sobre os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e os caminhos futuros do sindicato.

2 MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMININA: O QUE AS MULHERES TÊM A DIZER SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SEPE/RJ?

Este capítulo busca debater a memória construída por militantes e ex-militantes do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), de ser este “um sindicato de mulheres”. Neste processo se pergunta: Será que essa defesa do SEPE/RJ como um sindicato das mulheres sempre existiu? De que maneira isso foi reivindicado durante os anos iniciais de sua construção? Quais disputas fazem parte da construção dessa memória que se mostra hoje como oficial? Há aqui algum tipo de disputa de memórias?

Nossa análise será realizada a partir de fontes orais, que resultam do processo de entrevistas feitas com militantes e ex-militantes do sindicato, cotejadas com outras fontes qualitativas e quantitativas.

O capítulo divide-se em duas partes: Na primeira, encontram-se apontamentos sobre a construção de memórias coletivas, gênero e a chamada “História Oral das Mulheres”, ou seja, traz a reflexão dos conceitos básicos que atravessam esse texto. Na segunda parte, analisamos fontes orais de militantes históricas do SEPE/RJ, para investigação sobre o que as mulheres militantes (e ex-militantes) tem a dizer sobre a atuação das mulheres na construção dos anos iniciais de construção da entidade, décadas de 1970 e 1980, e sobre o significado dessas memórias.

2.1 Memória Coletiva, Gênero e História Oral das Mulheres

Para Maurice Halbwachs, o indivíduo que lembra é sempre um ser social. Neste sentido, seria um equívoco olhar para a memória como algo inteiramente individual, já que o que é rememorado está de certa maneira entrelaçado às suas experiências coletivas, e são possibilitadas por termos de comparação no tempo e no espaço. Ao rememorar, se recorre a testemunhas para que o que se sabe sobre determinado evento seja completado, ou confrontado, e essas testemunhas podem ou não estarem presentes fisicamente⁹⁹.

⁹⁹HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*. p. 25-27.

Olhando para memória também como um fenômeno coletivo a pesquisadora Ecléa Bosi, influenciada em grande medida pelos estudos de Maurice Halbwachs, debate a influência dos grupos sociais na formação das lembranças.¹⁰⁰ Bosi investiga a história de São Paulo a partir das “lembranças de velhos”¹⁰¹, e interseccionando conhecimentos da Psicologia, da Sociologia e da História, conclui que a memória é sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelos indivíduos. E esse tempo não flui uniformemente, pois cada sociedade, cada classe, o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Neste movimento, assim como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, e dela retira sua substância.¹⁰²

Para Michel Pollak, Halbwachs enfatiza muito bem a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a qual pertencemos, mas não demonstra algo que para Pollack seria importante, ao se pensar na constituição da memória coletiva, o seu caráter coercitivo. Para Pollak, Halbwachs não identifica nesta memória coletiva uma forma específica de dominação ou violência simbólica, ao contrário disso, Halbwachs busca reforçar as funções positivas desempenhadas pela memória comum, o que para Pollack, é um elemento potencialmente problemático.¹⁰³

É nesse “caráter potencialmente problemático da memória coletiva” que Pollak irá se debruçar em seu texto *Memória, esquecimento e silêncio*. Partindo de uma perspectiva que identifica como construtivista, Pollak, vai olhar para memória tentando entender como ocorre o processo de “constituição” e “formalização de determinadas memórias” pelos diferentes atores e processos, ou como também pode ser chamado, como ocorre a construção deste “processo de enquadramento da memória”.¹⁰⁴ Faz isso, privilegiando “a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”¹⁰⁵, ressaltando a importância da história oral neste processo.¹⁰⁶

Mas o que seria preciso para este processo de “enquadramento de determinadas memórias”? Para Pollak, o primeiro elemento seria a “não arbitrariedade”, pois uma memória não pode ser construída arbitrariamente e sem justificção, ela não pode ser falsa ou imposta e

¹⁰⁰ BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

¹⁰¹ Idem. **Memória e Sociedade** - Lembranças de velhos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

¹⁰² BOSI, 1995, p. 281.

¹⁰³ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989. p.3-4.

¹⁰⁴ POLLAK, 1989, p. 9.

¹⁰⁵ Nesta pesquisa Pollack estava voltado para os sobreviventes de Auschwitz.

¹⁰⁶ POLLAK, 1989, p. 4.

exige credibilidade de discurso que é “dependente da coerência dos discursos sucessivos”. Precisaria também de um material fornecido pela história, que é produzido através dos “atores profissionalizados”, ou seja, profissionais da história ligados a diferentes grupos e organizações.¹⁰⁷ Além disso também seria essencial a existência de “testemunhas”, em muitos casos selecionadas pelas instituições, então melhor dizendo “testemunhas autorizadas”.¹⁰⁸ E os “objetos materiais”, museus, bibliotecas, teatros, edifícios, filmes, etc.¹⁰⁹ Não menos importante, o enquadramento da memória exige a compreensão do seu caráter não estático, o entendimento de que a memória é algo que está em movimento constante¹¹⁰. A respeito disso expõe:

Toda organização política, por exemplo- sindicato, partido e etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.¹¹¹

Pollak reflete ainda a respeito da função dessas memórias constituídas. Para ele, seu papel seria o de fornecer aos indivíduos um quadro de referência, ou como fica explícito na citação que antecede este parágrafo, possibilitar a construção de uma identidade individual e do grupo. Ainda segundo o autor:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as posições irredutíveis.¹¹²

Ao trazer a memória como recurso da construção de identidades, individual e coletiva, Pollak também reflete sobre seu caráter conflitivo. Para explicar este movimento, usa como um de seus exemplos o processo de “Destalinização”¹¹³ na União Soviética. Demonstrando algo muito importante: que os conflitos de memória não ocorrem apenas dentro da oposição entre estado dominador *versus* sociedade civil, estes conflitos estão

¹⁰⁷ POLLAK, 1989, p. 9-10.

¹⁰⁸ Ibidem, p.10.

¹⁰⁹ Ibidem, p.12.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem, p.10.

¹¹² Ibidem, p. 9.

¹¹³ A derrubada de uma memória enquadrada do “Stalin pai dos pobres”, que passou pela denúncia dos crimes stalinistas. Reviravolta de uma visão da história, que culmina na retirada de símbolos de homenagem a Stalin de locais públicos. Ibidem, p.4.

frequentemente associados às disputas de memória entre grupos minoritários e sociedade englobante.¹¹⁴

Por sua vez, Alessandro Portelli no texto *O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994: mito e política, luto e senso comum*¹¹⁵, trata dos conflitos de memória construídos em torno do episódio que ficou conhecido como *O massacre de Civitella*, dando atenção especial aos conflitos advindos da existência das múltiplas memórias. Em 29 de junho de 1994, 115 civis da cidade italiana de Civitella Val di Chiana foram assassinados por soldados alemães que estavam ocupando a cidade. O massacre teria ocorrido em represália à morte de 3 soldados das tropas alemães pelos *partisans* italianos no dia 18 de junho do mesmo ano. Este acontecimento resultou em um exemplo muito claro de como podem ocorrer confrontos entre múltiplas memórias. Para Portelli, talvez, as disputas principais, podem estar resumidas nos estudos e entrevistas feitas pelo pesquisador Giovanni Contini em 1993, uma de suas referências. Para Contini, a maneira como se deram os acontecimentos levaram aquilo que chamou de “memória dividida”.¹¹⁶ Por um lado, familiares e outros sobreviventes do massacre, passaram a negar a importância da resistência italiana em Civitella, apontando os membros dos *partisans* como irresponsáveis e culpados pelas mortes dos civis. E por outro, há uma memória oficial, em que o massacre é visto como um episódio importante da história, onde essas famílias são tidas como mártires, símbolos da resistência italiana à ocupação alemã. Para Portelli, o que ocorre neste processo, é ainda mais complexo, e tem a ver com o aparecimento de “uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”¹¹⁷.

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”).¹¹⁸

A memória do “povoado”, assim como a memória da Resistência e das instituições são todas múltiplas e divididas, não existindo, dentro de nenhum desses grupos, uma memória

¹¹⁴ POLLAK, 1989, p. 5.

¹¹⁵ PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Villa di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum*. FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 103-130.

¹¹⁶ Portelli traz como referência os estudos de Giovanni Contini sobre “memória dividida”. *Ibidem*, p. 105.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 127.

única. Para Portelli, “seria um erro considerar as memórias de Civitella um núcleo sólido, impenetrável ao pensamento, imune à história e à política, inacessível à análise crítica”¹¹⁹. Demonstrando e reafirmando, neste caso, que a memória é sempre conflitiva.¹²⁰

Dentro dos debates acerca da memória, as fontes são utilizadas como possibilidades de acesso as mesmas. Todavia, é preciso não perder de vista que a memória não é o próprio passado, ou a lembrança de algo exatamente como ocorreu no passado. Temos acesso às imagens construídas relacionadas às forças do presente que agem sobre nós, e essa percepção é possível de ser entendida já nos estudos de Halbwachs.

Segundo Marieta Ferreira, é depois da segunda metade do século XX, que ocorre um processo de revalorização da fonte oral, valorizada outrora tanto na Antiguidade, quanto na Idade Média, mas desqualificada a partir da segunda metade do século XIX pelo advento da história ciência.¹²¹ E esse processo de revalorização das fontes orais é também resultado de um processo de debate, em que a crença na objetividade das fontes, o fetichismo do documento escrito e a impossibilidade de estudo de períodos menos recuados no tempo foi colocada em cheque. A subjetividade deixou de ser vista como um problema, para ser vista como elemento enriquecedor das fontes. A fonte oral passou a ser vista como capaz de “suprir lacunas documentais”¹²². Neste contexto, a História Oral é tida como instrumento privilegiado para recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas.¹²³

Segundo Ferreira, alguns apontam que o depoimento oral “apenas relata intrigas”, rejeitando-a completamente. Outros, questionam a expressão “História Oral” em favor de “fontes orais”¹²⁴, apontando como problema a não existência do “discurso oral puro”, sinalizando que a significação do depoimento oral requer confrontação com depoimento escrito. Alguns grupos alegam ainda que a História Oral seria um tipo de história alternativa, que está mais comprometida com a militância do que com o rigor acadêmico, segundo estes argumentos, ela estaria marcada por “deformações ideológicas”. Há ainda outro problema apontado, que diz respeito à “dificuldade de controle da comunidade acadêmica sobre as

¹¹⁹ Ibidem, p. 129.

¹²⁰ Ibidem, p. 127.

¹²¹ FERREIRA, M., 2002, p.319.

¹²² Ibidem, p.324.

¹²³ Ibidem, p.326.

¹²⁴ A ideia de depoimento oral como algo produzido por qualquer indivíduo e em qualquer circunstância.

fontes produzidas a partir de entrevistas, pelo fato de estas permanecerem nas mãos de pesquisadores individuais, não sendo facultada sua consulta aos demais interessados”.¹²⁵

Nos anos finais do século XX, Pollak já trazia argumentos importantes para intervenção neste debate. Para ele, todo documento é resultado de uma construção. Neste sentido, não há diferença entre a fonte oral e escrita, os dois tipos não podem ser tomados como se apresentam. Cabe aos historiadores a crítica da fonte. No caso da fonte oral, há a necessidade do que ele chama de “sensibilidade epistemológica específica, aguçada”¹²⁶. Para ele, até a mais subjetivas das fontes, uma história de vida individual, por exemplo, pode sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de diferentes fontes. Mas até isso tem um certo limite, já que as informações podem ser esgotadas. Para Pollak, o que pode ser feito neste sentido é “levantar meios de controlar as distorções ou a gestão da memória”. E como isso pode ser feito? Fugindo de histórias pré-construídas.¹²⁷ Pollak acredita que é preciso “admitir a pluralidade da história, das realidades, e logo, das cronologias historicamente admissíveis”¹²⁸. Para Pollak, a História Oral, a história de vida, apareceu como “um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança”¹²⁹ onde há impossibilidade de explicação por outros meios.

Conforme Ferreira, e é dentro desta perspectiva que a pesquisa acerca das relações de gênero no SEPE/RJ exposta neste trabalho vem sendo pensada,

[...] a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.¹³⁰

Para Ecléa Bosi, “a memória oral, longe da unilateralidade para qual tende certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra sua maior riqueza”¹³¹.

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro no texto intitulado *A emergência da pesquisa Histórica das Mulheres e das Relações de Gênero*, refletem sobre a formação no Brasil do campo historiográfico intitulado de “Histórias das Relações de Gênero”. Para Soihet e Maria

¹²⁵ FERREIRA, 2002, p.328-329.

¹²⁶ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v.5, n.10, p. 200-215, 1992, p. 207.

¹²⁷ Ibidem, p. 208.

¹²⁸ Ibidem, p. 209.

¹²⁹ Ibidem, p. 211.

¹³⁰ FERREIRA, M., 2002, p.330.

¹³¹ BOSI, 2003, p. 15.

Pedro, ao longo dos últimos anos, muita coisa foi modificada, mas ainda há a necessidade de atenção e esforço na busca da legitimidade acadêmica deste campo. Olhando para pesquisas produzidas a partir da década de 1980, dando atenção as categorias de análises nelas utilizadas, em especial as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero”, pensam nos debates que influenciam o campo citado.¹³²

Ao pensar, por exemplo, na categoria “mulher” e “mulheres”, argumentam que durante muitos anos, as pesquisas dedicadas ao tema “mulher” tinham como principal objetivo a busca por reparação da exclusão da história sofrida pelas mulheres: “Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil”¹³³. Neste contexto a categoria “gênero” ainda era uma novidade, e utilizava-se com mais frequência as categorias “mulher” ou “mulheres”. Ao pensar na emergência da História das Mulheres e das Relações de Gênero, elas buscaram mostrar que hoje não se trata mais de “reparar uma exclusão”, mas sim fornecer legitimidade ao que tem sido feito.¹³⁴

Neste processo, apontam para importância da publicação do texto da norte-americana Joan Scott, *Gênero: uma categoria de análise histórica*, o qual aponta para a categoria gênero como fundamental nas análises da pesquisa histórica¹³⁵. O artigo publicado por Joan Scott em 1990 teria contribuído para a inauguração do uso da categoria gênero pelas historiadoras brasileiras. Nas ciências sociais, o gênero fazia referência “a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos”, evidenciando a ideia de que mulheres e homens são produtos do meio, logo sua condição é variável.¹³⁶ Scott, propõe uma nova conceptualização do gênero e de suas relações.

Consta, a referida proposta, de duas partes: de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.¹³⁷

Scott buscou romper com o uso meramente descritivo do gênero, produzindo formulações teóricas. Já que para ela “a utilização descritiva do gênero não teria força

¹³² SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 281-300, 2007. p. 281.

¹³³ Ibidem, p. 281-282.

¹³⁴ Ibidem, p. 282.

¹³⁵ Ibidem, p. 282.

¹³⁶ Ibidem, p. 288.

¹³⁷ Ibidem, p. 290.

analítica suficiente para interrogar e modificar os paradigmas históricos existentes, pois não questionam modelos dominantes”¹³⁸.

Segundo Soihet e Maria Pedro, a categoria gênero, assim como a inclusão das categorias “mulher” e “mulheres”, enfrentou no campo historiográfico uma trajetória bem difícil, retardando o avanço de discussões importantes. Para elas, o principal fator do retardo se deveu ao “caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’”. Durante um bom tempo, acreditou-se que ao falar dos homens, as mulheres estavam sendo incluídas, o que não corresponderia à realidade. Nem mesmo todos os homens estavam sendo contemplados, era o “homem branco ocidental”.¹³⁹ Mesmo na historiografia dos *Annales* - que contribuiu para aumentar a possibilidade de fontes e a observação das pessoas comuns, contribuindo assim para que mais adiante outros grupos sociais fossem incorporados à historiografia - as preocupações majoritárias com as contradições de classe, deixavam em segundo plano as questões étnicas e também as problemáticas entre homens e mulheres, por exemplo.¹⁴⁰ Os avanços na abordagem do feminino, foram potencializados pelo desenvolvimento de campos como a história das mentalidades e a história cultural. Somado à importância da interdisciplinaridade e a explosão do feminismo.¹⁴¹ A associação entre a história das mulheres e o feminismo foi importante também no sentido de trazer um debate acerca da categoria “mulher”, que era tida a princípio como uma categoria homogênea, “eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava”¹⁴². Ficou demonstrado a impossibilidade de se pensar uma categoria comum. A categoria “mulher” passou a ser insuficiente para explicar as diferenças. Além disso, buscou-se incorporar outras categorias de identidade como raça, classe, etnia, sexualidade, nacionalidade e etc. Isso significa dizer que, para além da categoria de gênero, a historiografia e os movimentos feministas contemporâneos também têm sido significativamente impactados pelo conceito de *interseccionalidade*, pensando a multiplicidade das opressões, sobretudo em termos de raça, classe e gênero. O conceito de interseccionalidade começou a ser forjado no interior do feminismo negro estadunidense nas décadas de 1970 e 1980 para se referir à forma pela qual essas categorias criam desigualdades. Mas passou a ser usado com mais frequência nos anos 2000.

¹³⁸ Ibidem, p. 290.

¹³⁹ Ibidem, p. 284.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 284.

¹⁴¹ Ibidem, p. 285-286.

¹⁴² Ibidem, p. 285-286.

Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense, em seu artigo *A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero*¹⁴³, reflete sobre a discriminação racial e a discriminação de gênero, buscando compreender como essas discriminações operam juntas, diminuindo as chances de sucesso para as mulheres negras. Neste sentido, a autora analisa em seu texto como formas múltiplas de discriminação se combinam e afetam a vida de determinadas pessoas.¹⁴⁴ A teoria interseccional de Crenshaw desempenha um papel crucial ao articular a complexidade das opressões múltiplas enfrentadas por mulheres negras, enfatizando que essas não se somam de maneira linear, mas se entrelaçam de forma a produzir experiências de discriminação únicas e muitas vezes invisibilizadas pelos discursos feministas e antirracistas hegemônicos, nos movimentos políticos e no contexto das políticas intervencionistas.¹⁴⁵ Fica então claro que a interseccionalidade é um conceito que examina como diferentes dinâmicas de poder se cruzam e influenciam as experiências sociais e pessoais em sociedades diversas. Ela reconhece que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e idade não agem de forma independente, mas estão conectadas e se afetam mutuamente.

As considerações das intelectuais Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, no livro *Interseccionalidade*, nos ajudam também a entender mais o conceito. Segundo as pesquisadoras, essas categorias se sobrepõem e operam de maneira integrada, impactando todos os aspectos da vida social. Como uma ferramenta de análise, a interseccionalidade ajuda a compreender a complexidade das relações humanas. Mesmo que muitas vezes não sejam percebidas, essas interações moldam a maneira como as pessoas vivenciam o mundo e as desigualdades que enfrentam.¹⁴⁶

Losandro Antonio Tedeschi, ao pensar sobre os desafios para a escrita feminista na história das mulheres, argumenta que “falar de mulheres, não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos, desconstruindo a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias”¹⁴⁷. Neste sentido, Tedeschi expressa:

Para fazer justiça ao passado, não basta elencar as mulheres que fizeram parte dessa história, como se um mero arquivo pudesse dar sentido à memória, resgatando ou

¹⁴³ CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

¹⁴⁴ CRENSHAW, 2004, p.5.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.8.

¹⁴⁶ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021. p.17.

¹⁴⁷ TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD**, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016. P. 156.

enterrando simbolicamente nossas mulheres mortas, injustiçadas e esquecidas. O futuro acadêmico da Produção própria feminina depende de ações de retomada, resgate e salvação do presente. A ação reflexiva- declarada no feminismo- precisa atingir a todos promovendo outra maneira de fazer interpretar a história.¹⁴⁸

Para Tedeschi, a história tem sido marcada como lugar da legitimação e do domínio masculino, sendo necessário interrogações e problematizações a partir de novos olhares, “através de outras ferramentas interpretativas, criadas fora do modelo androcêntrico das ciências humanas e sociais”¹⁴⁹.

Desse processo de tomada de consciência de si, e da sua história, quando se fala na história das mulheres, também podemos incluir a História Oral, que enquanto método de pesquisa, “apresenta uma nova valorização das experiências femininas mediante uma nova forma de abordar a história”¹⁵⁰.

Dentro do campo da história das mulheres, a História Oral vem sendo tão importante que algumas pesquisadoras indicam um novo campo, a “História Oral das Mulheres”. Provando ser inegável que os debates acerca da memória e da história oral foram fundamentais para a evolução da história das mulheres. Para a pesquisadora Silvia Salvatici, desde seu início, a história oral e a história das mulheres têm demonstrado objetivos comuns em seus propósitos e campos de interesse. A História Oral, assim como a das mulheres, seria fruto de movimentos sociais, ambas então determinadas pela ideia inicial de resgate de uma “história oculta”. Assim como a primeira se colocou como responsável de colocar as “vozes que faltavam” na historiografia, a segunda, identificando a exclusão de mulheres do relato histórico, tomou para si incumbência similar. É importante lembrar, que desde a metade do século XX, as pesquisadoras denunciavam a exclusão das mulheres dos documentos escritos, e logo, do relato histórico. Entre essas denúncias estão os trabalhos da historiadora Natali Zamon Davis.¹⁵¹ Neste contexto, surgem muitos trabalhos que defendem o valor das fontes orais para os trabalhos feministas, vendo-a como possibilidade de ouvir o que as próprias mulheres, e outras minorias, têm a dizer sobre si mesmas.¹⁵² Conforme nos fala Salvatici, a pesquisa feminista permitiu que experiências individuais e coletivas do passado ganhassem voz e fossem reconhecidas como parte da história, e isso só foi possível graças ao papel da história oral. Além disso, a partir de leituras dos trabalhos de Selma Leydesdorff, Luisa

¹⁴⁸ TEDESCHI, 2016, p. 155.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 154.

¹⁵⁰ TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. p.27.

¹⁵¹ SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**, v. 8, n. 1, 2005. p. 29-30.

¹⁵² SALVATICI, 2005, p. 30-32.

Passerini e Paul Thompson, a pesquisadora demonstra então que é possível pensar nesses movimentos como desenvolvendo-se juntos. Identifica-se desta forma, uma espécie de “contaminação recíproca”, ao menos nos seus primórdios, depois teria seguido por caminhos diferentes.¹⁵³

O interesse pelas mulheres no uso das fontes orais ampliou positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e da vida privada de pessoas comuns. O objetivo do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina e a História Oral forneceu aportes teóricos e soluções metodológicas abundantes para que se pudesse caminhar nesta direção.

Salvatici aponta ainda que, a princípio, as histórias faladas das mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade”. No entanto, a ampliação das pesquisas produziu mecanismos mais complexos, complicando ainda mais algumas questões teóricas. Em particular as que envolviam os debates sobre memória, significação e representação numa perspectiva de gênero. O que refletiu diretamente nas relações entre história das mulheres e história oral, “a relação entre historiadores orais e feministas deixou de ser muito simples, em virtude de ambos os movimentos terem se tornado mais delicados e complexos nos países ocidentais no quais se originaram e expandiram”¹⁵⁴. Desenvolveu-se uma insistência muito mais cautelosa na diversidade cultural das diferenças de gênero e na necessidade de levar sempre em consideração as questões em torno da “pluralidade”. Assim, a pluralidade também se tornou um conceito chave na história das mulheres. A identidade de gênero foi atravessada por identidades de classe, religião e nacionalidades. De várias maneiras, o problema criado pela crescente diversidade de possíveis conjuntos de sujeitos também afetou a história oral. E desse modo, feminismo e história oral cooperaram tanto para o desenvolvimento da interpretação quanto da metodologia.¹⁵⁵

Nesse processo, o reconhecimento da dimensão subjetiva foi essencial para as mulheres e depois para a história oral. Para Silvia, a história oral de mulheres não apenas traz à tona parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para “enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem as memórias públicas”¹⁵⁶. Assim, esse diálogo, ajudou a sublinhar a relação entre a construção de papéis sociais e a cidadania nas narrativas

¹⁵³ Ibidem, p. 32-33.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 33.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 32.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 36.

coletivas. Em suma, o que ela chama de “História oral das mulheres” apresentou novos problemas na relação entre história e memória, e foi fundamental para o movimento de democratização dessa memória.

Para compreender a identidade do SEPE/RJ como um "sindicato de mulher" e as complexidades envolvidas nessa caracterização, é fundamental investigar as memórias coletivas que permeiam essa trajetória. Na primeira parte deste capítulo, discutimos conceitos centrais como construção de memórias coletivas, gênero e a "História Oral das Mulheres", estabelecendo uma base teórica para a análise. Em seguida, na segunda parte, voltamos nosso olhar para as vozes de militantes históricas do SEPE/RJ, explorando suas experiências e reflexões sobre o papel das mulheres na formação do sindicato durante as décadas de 1970 e 1980. Acreditamos que essa abordagem permitirá uma compreensão mais profunda do significado dessas memórias e do impacto das mulheres na construção da entidade.

2.2 Memórias de militantes históricas: o que as mulheres têm a dizer sobre a participação delas na construção do SEPE/RJ

Em 2020, o SEPE/RJ completou 43 anos e recebeu muitas homenagens, em especial de militantes e ex-militantes do sindicato, mas também por parte da imprensa de outros sindicatos que funcionam dentro do Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo assim a história de luta e importância do SEPE. É o caso do texto publicado na página oficial do Sindicato dos Professores de Macaé e Região (SINPRO-MACAÉ). O SINPRO é um sindicato que funciona em muitas regiões do estado, e de modo geral representou durante a maior parte de sua história os interesses dos docentes da rede privada de ensino. Por causa disso, muitas das sindicalizadas e sindicalizados do SEPE, eram por vezes também sindicalizadas e sindicalizados do SINPRO. O texto intitulado *De SEP em CEP o CEPE vira SEPE: Uma homenagem do SINPRO Macaé e Região aos 43 anos do SEPE* relata de maneira breve a história do sindicato e tece a ele alguns elogios:

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação é dono de uma das mais belas páginas da história do sindicalismo recente no Brasil. Ele é diferente porque sua essência – me perdoem os homens – é feminina. É um sindicato de mulher e tenho certeza de que os homens que sempre marcharam lado a lado com elas se orgulham disso.¹⁵⁷

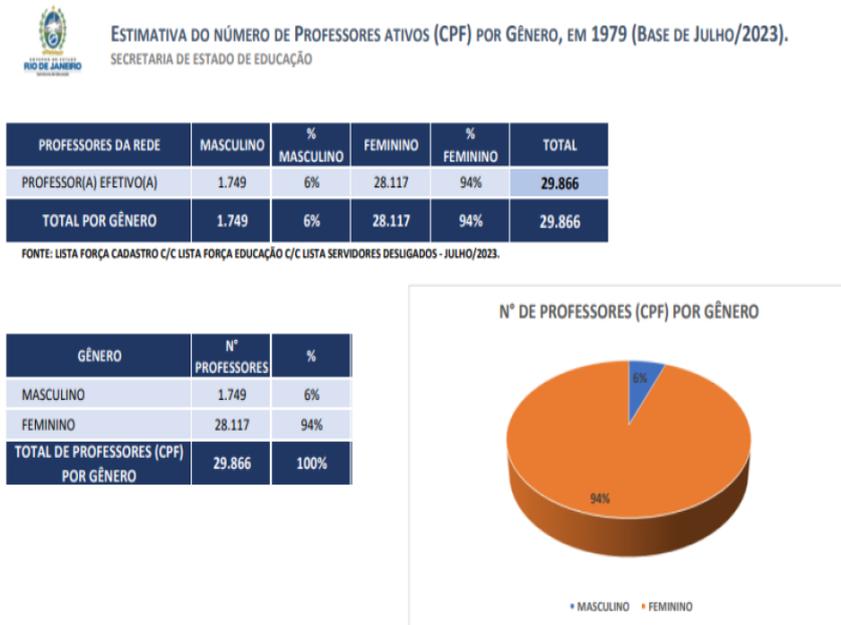
¹⁵⁷ SINDICATO DOS PROFESSORES DE MACÁ E REGIÃO. **De SEP em CEP o CEPE vira SEPE: Uma homenagem do Sinpro Macaé e Região aos 43 anos do SEPE.** Disponível em: <https://www.sinpromacae.com.br/o-sepe-somos-nos-nossa-forca-e-nossa-voz/> . Acesso em 20 out. 2021.

Todavia, o que gostaria inicialmente de destacar é a defesa no texto da ideia de ser o SEPE “um sindicato de mulher”, com uma “essência feminina”. Precisamos problematizar essas duas questões. Em primeiro lugar, dizer que o SEPE é um sindicato de mulher, demonstra a defesa de uma participação ativa e significativa das mulheres no SEPE. Chamando atenção para o fato de que as mulheres desempenham um papel central e influente na trajetória de lutas e conquistas do mesmo. Reconhecendo assim o papel das mulheres na organização, mobilização e defesa dos direitos dos profissionais da educação através do sindicato. No que diz respeito a mencionar uma “essência feminina”, pode-se considerar diversas possibilidades. O texto parece estar se referindo à características e valores historicamente associados às mulheres. Mas que características e valores são estes? O que este sindicato tem de diferente, que permite caracterizá-lo como sendo de uma “essência feminina”? A “essência feminina” pode ser entendida como um reconhecimento de habilidades de comunicação, colaboração ou sensibilidade que são muitas vezes atribuídas às mulheres e que estariam presentes no sindicato? O texto parece sugerir que essas características influenciaram positivamente a atuação do SEPE ao longo de sua história, tornando-o um sindicato diferenciado. Se pensarmos que o sindicalismo é um campo marcado pela dominação masculina, será que destacar a “essência feminina” é uma forma de valorizar e promover as contribuições das mulheres para o movimento sindical docente no Estado? Existiria um jeito feminino de se fazer política que vem sendo empregado no SEPE ao longo dos anos, trazendo a ele destaque? A possibilidade de ser o SEPE um “sindicato de mulher” é garantia de um espaço isento do machismo? Há um consenso sobre essas ideias?

Sabemos que o SEPE é um sindicato que foi construído e é majoritariamente composto pelas mulheres. As fontes orais produzidas a partir das entrevistas feitas com as militantes históricas do sindicato deixam claro que não há dúvidas sobre ser o SEPE numericamente um sindicato de mulheres. Elas afirmam isso não só a partir de dados demográficos, mas a partir das experiências vividas por elas dentro do sindicato. Elas estiveram presentes nas inúmeras atividades organizadas pelo SEPE, onde elas sempre estiveram presentes em maior número. Além disso, todas essas militantes históricas entrevistadas fizeram em algum momento parte das direções do sindicato, ou ainda fazem parte, assim, elas se utilizam não só de suas observações, mas também dos dados aos quais tiveram acesso. Pode-se dizer, sem hesitação, que o SEPE sempre foi um sindicato formado pelas mulheres. Desde a sua criação, as mulheres estão presentes em maioria formando a base

do sindicato. Os dados que mostram a estimativa de docentes ativos na rede estadual por sexo em 1979, ano em que o sindicato foi criado, podem nos ajudar. Em 1979, 94% do professorado da rede estadual eram mulheres e apenas 6% homens.

Tabela 1– Estimativa do número de Professores Ativos por gênero na Rede Estadual do Rio de Janeiro em 1979.



Fonte: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 2023.

O que as mulheres do SEPE, as que militam ou militaram, pensam sobre ser ou não um “sindicato de mulher”? Embora possamos afirmar que numericamente ele é um sindicato feminino, já que quem o compõe são majoritariamente as mulheres, é correto afirmar que este sindicato é e sempre foi visto como sendo delas? Como elas veem a participação feminina no sindicato ao longo de sua construção, nos anos iniciais e no decorrer dos últimos anos? O que a análise dessas entrevistas nos dizem sobre isso?

Essas problematizações serão feitas à luz das críticas que têm sido levantadas por parte da militância do SEPE nos últimos anos (neste trabalho mais especificamente dentro do âmbito do SEPE-Central e do SEPE- Niterói). Entre os argumentos, algumas vezes apontam para uma disparidade significativa na representação de gênero em sua liderança, com os homens ocupando posições de destaque de forma desproporcional dentro do sindicato. Alguns dos relatos evidenciam ainda situações de discriminação e machismo dentro do SEPE. Estes

relatos, se contrapõem a, outros mais “otimistas”, onde o SEPE é visto em alguns momentos como um espaço de busca por relações mais igualitárias entre os gêneros.

2.2.1 As entrevistadas: Militantes históricas do sindicato

As entrevistadas aqui analisadas são consideradas militantes históricas do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, ou seja, aquelas que participaram dos anos iniciais de sua construção nas décadas de 1970 e 1980. A partir delas, podemos ter acesso às perspectivas das mulheres que estão envolvidas na luta do SEPE/RJ há muitos anos. Podemos compreender suas reflexões sobre seus ciclos de vida e o significado, a interpretação e reinterpretação que dão às suas trajetórias. Todas as percepções e falas compartilhadas por elas foram cruciais para a construção desta reflexão, que, por meio de um movimento coletivo, contribuem também para a compreensão da história das lutas e trajetórias das mulheres no Brasil.

As entrevistadas são Hildézia de Medeiros, Maria das Dores Mota (Dodora) e Maria Beatriz Lugão Rios (Beatriz Lugão). Neste processo, foram realizadas entrevistas presenciais e entrevistas feitas à distância. A entrevista realizada com Hildézia de Medeiros ocorreu presencialmente, em 2023, no apartamento em Botafogo, no Rio de Janeiro, onde mora com sua irmã. No caso das demais entrevistadas, todos os encontros foram feitos remotamente através do *Google Meet*, também em 2023. As entrevistas à distância foram adotadas como uma forma mais prática de conciliar o encontro com as demandas pessoais das pessoas entrevistadas, seus horários de trabalho e afazeres do dia a dia. Seguindo as orientações de Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães, não seria justificável descartar a oportunidade de fazer entrevistas remotas, sendo elas narrativas tão valiosas quanto às entrevistas colidas presencialmente¹⁵⁸. Antes de analisarmos propriamente as suas entrevistas, vamos apresentar neste tópico um pouco da trajetória de nossas entrevistadas.

Hildézia de Medeiros, mulher negra, nordestina, cisgênero, nasceu em 19 de agosto de 1940, no interior de Pernambuco, em uma cidade chamada Salgueiro, porém foi criada na capital. Em Recife, fez curso de formação para o magistério no Instituto de Educação de

¹⁵⁸ SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. “Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância”. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 27, 2020. p.9.

Pernambuco, provavelmente por incentivo de uma tia que era professora, e de sua irmã mais velha que gostava de dar aulas. Na década de 1970 veio para o Rio de Janeiro para trabalhar, através de uma oportunidade oferecida pela Igreja Batista da qual na época fazia parte. A oportunidade era dirigir uma revista religiosa para jovens da Igreja Batista. Em 1964, foi demitida da Casa Publicadora Batista, por ter escrito um artigo sobre os Beatles e ser considerada “comunista”. Trabalhou com publicidade e participou ainda do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), mas foi expulsa por não concordar com o viés conservador do movimento.

Depois disso, trabalhou junto com dois amigos em uma empresa de publicidade fundada por eles. Em seguida, fez concurso para professora do Estado do Rio de Janeiro e foi dar aula no município de Cachoeiras de Macacu. Deu aula em várias regiões do estado, até ir trabalhar na Sede da Secretaria de Educação Estadual que ficava em Niterói. Em 1977, Hildézia ingressou no curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e logo em seguida passou a fazer parte do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Encorajada pelo MEP, foi participar da organização da luta do magistério do Rio de Janeiro. Neste processo, iniciou suas atividades na Sociedade Estadual dos Professores (SEP), recentemente fundada, e que mais adiante se tornaria o SEPE/RJ. Em 1978, já engajada nas atividades da SEP, e fazendo parte da direção, tirou sua primeira licença sindical e ficou à disposição da entidade.

Entrei no sindicato e vou te dizer porquê. Fui, entre aspas, intimada, não é? Eu pertenci a uma chamada organização clandestina que se chamou MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. Nós tínhamos a pretensão de emancipar o proletariado (risos). Uma visão bem pequeno burguesa, libertar os trabalhadores ao invés dos trabalhadores se libertarem. Mas aí eu entrei e como eu já era professora, entendeu? A gente... aí me designaram para ir para o sindicato. Mas eu não comecei no sindicato público, depois que eu fui para a SEP, entendeu? Eu fui primeiro para o sindicato dos professores porque foi onde a gente começou a brigar para sair da ditadura.¹⁵⁹

Hildézia é reconhecida por seus pares como a principal dirigente sindical do SEPE/RJ entre os anos de 1970 e 1980. Durante este período, deu atenção especial à luta das mulheres dentro do sindicato, trazendo para o mesmo os debates sobre o feminismo.

Quando eu estava na direção do SEPE, nós fizemos duas coisas que eu acho que são importantes: primeiro a gente fez curso sobre a questão do feminismo, entendeu? A gente criou um curso sobre isso. E segundo, eu acho que você já ouviu falar claro, pode até ter conhecimento, da questão do Teatro do Oprimido do Augusto Boal.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

Então a gente chamou uma pessoa, ela já morreu até, uma amiga minha que era perita nisso para trabalhar com as mulheres sobre a questão do Teatro do Oprimido, Dodora foi uma que participou, entendeu?¹⁶⁰

Hildézia sempre participou de muitos movimentos e colaborou também na fundação do Grupo do Teatro do Oprimido de Augusto Boal no Rio de Janeiro¹⁶¹.

Pois então, eu sou fundadora daquilo [Grupo de Teatro do Oprimido no Rio de Janeiro], uma das fundadoras, né, daquele grupo porque eu sempre valorizei muito essa questão do teatro, e algumas coisas, enfim.... Ajudei a fundar um grupo de teatro de bonecos. Nunca fui especialista em teatro de bonecos não, mas achava superimportante, tinha um grupo de amigos meus de São Paulo que era de um grupo de teatro de bonecos, ajudei a fundar, ajudei a fundar um monte de coisas, espero que não tenha ajudado a afundar. (...) E se ajudar tomara que tenha sido alguma coisa negativa. Com certeza ajudei a afundar o governo Bolsonaro.¹⁶²

Em 1987, após divergências políticas dentro da entidade, fez parte do grupo que renunciou à direção do mesmo. Passou então a dedicar sua militância ao Partido dos Trabalhadores (PT), priorizando os movimentos em defesa dos negros, mulheres, LGBT e a luta por educação pública. Hildézia não se casou ou teve filhos, atualmente tem 83 anos e mora com sua irmã mais nova em Botafogo (RJ), mesmo evitando sair de casa, por cansaço e em parte devido a pandemia, sempre que pode está engajada nas lutas políticas.

Maria das Dores Mota, mais conhecida como Dodora, mulher branca, cisgênero, nasceu em 27 de dezembro de 1946, na cidade de Granada, no estado de Minas Gerais. Ainda quando criança, se mudou com sua família para Volta Redonda no sul do Estado do Rio de Janeiro. Considera sua infância como feliz, mesmo financeiramente limitada, mas regada de amorosidade, garantida por sua família, que sempre foi bastante numerosa. Sua mãe era dona de casa e cuidou de cinco filhos. Seu pai era alfaiate, depois foi costureiro do alto escalão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e encerrou carreira como operário de fábrica. Sua família materna era voltada para política, seu avô militou por muitos anos contra o Integralismo

Dodora fez o Curso Normal e, em 1968, após fazer concurso para a Rede Estadual do Rio de Janeiro e ser convocada, deu início à sua carreira como professora das séries iniciais. Durante a juventude, fez parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) ligadas à Igreja

¹⁶⁰ MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

¹⁶¹ O Teatro do Oprimido é uma metodologia teatral concebida pelo renomado dramaturgo brasileiro Augusto Boal ao longo da década de 1960. No Brasil, a partir da primeira década de 1970 foi utilizado para denunciar a ditadura civil-militar brasileira. Esta abordagem inovadora busca explorar questões sociais e políticas por meio da arte cênica, envolvendo ativamente o público e desafiando a tradicional relação de espectador e espetáculo. O método tem como objetivo promover a conscientização e a ação coletiva em prol da mudança social, proporcionando espaços para reflexão, diálogo e experimentação.

¹⁶² MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

Católica de Volta Redonda e Barra do Piraí e destaca a influência das CEB's na sua formação, fé e na política¹⁶³. Apaixonada por literatura, formou-se também como professora de Língua portuguesa, Língua inglesa e Literatura, pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB/FERP), localizado em Barra do Piraí (RJ). O que a levou a dar início ao seu trabalho como professora do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio também na Rede Estadual.

Sua compreensão política a levou ao movimento sindical. Fez parte da fundação do SEPE, da CUT e do PT. No contexto, de formação da SEP, Dodora trabalhava na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, no governo de Chagas Freitas. Na época a secretária de educação era Myrtes de Lucas Wezel.

O SEPE foi fundado em 1977 que era a SEP, né? Depois em 79 que se transformou no SEPE. Eu participei desde a fundação. Aqui em Volta Redonda tinha um grupo de militante muito interessante: Eloá Jane, Marlene Fernandes, Débora, Elvis Vasconcelos¹⁶⁴.

Participou de várias gestões no SEPE e de muitos momentos de luta. Durante sua trajetória no PT teve um mandato como vereadora em Volta Redonda (1993-1996). Militou durante muitos anos no PT, mas depois de alguns conflitos optou pela saída do partido. Em 2005 filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde participa até hoje de acordo com suas possibilidades. Encerrou em 2018 a sua militância no sindicato fazendo parte do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE).

Como eu disse lá no início, em 2018 eu participei da comissão eleitoral e aí dei meio que assim encerrada, né, minha vida sindical porque eu... em Volta Redonda já não dava para tá indo e voltando para o Rio, aquela coisa toda porque eu vivia no Rio, né? Eu fiz parte de várias direções e aí eu resolvi retomar um trabalho de base aqui.¹⁶⁵

Ainda assim, em 2023, participou do Congresso do SEPE, apresentando parte da história do sindicato durante a década de 1970. Atualmente, aos 76 anos, está empenhada na construção do Projeto de Educação Popular Esperança Garcia, e ainda nas ocupações Morada do Sol e DWaldyr, projeto idealizado pelo coletivo RUA- Juventude anticapitalista. Casada, tem uma história de militância também junto com seu esposo, Schet, com quem se casou em 1971 e teve três filhos Demian, Érica e Dimitri.

¹⁶³ Dodora frequentava os grupos jovens da Igreja Nossa Senhora Aparecida em Volta Redonda. Destaca como influência positiva em sua vida, a liderança de Dom Waldyr Calheiros Novais, líder religioso, em Volta Redonda e Barra do Piraí considerado liderança também na luta contra a Ditadura Militar.

¹⁶⁴ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

¹⁶⁵ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

Hoje eu tô militando aqui, eu sou da insurgência, e a gente tá construindo um projeto de educação popular Esperança Garcia. Então eu tenho me voltado mais para isso, sabe? Nas ocupações... é na verdade voltando ao início, né? Porque eu acho que o trabalho de base de chegar perto com dessas comunidades carentes hoje é extremamente necessário para você avançar em qualquer coisa, foi o que eu aprendi com as comunidades de base, entendeu?¹⁶⁶

Dodora tem utilizado também parte do seu tempo na organização de documentos e reorganização de sua história e história do SEPE/RJ. Demonstrando a sua necessidade de recuperar uma história da qual foi testemunha ocular.

Maria Beatriz Lugão Rios, mulher branca, cisgênero, é professora aposentada de Artes da Rede Pública Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Nasceu no bairro da Tijuca (RJ) em 1º de setembro de 1962. Virginiana, fala com orgulho do seu signo. Sempre morou em Niterói (RJ), com exceção dos dois anos que viveu com sua família em Salvador (BA), por causa do trabalho do pai que era oficial da Marinha na década de 1970. Todavia, considera-se quase uma gonçalense, por ter passado grande parte do seu tempo em São Gonçalo (RJ), onde trabalhou por 34 anos no CIEP Pablo Neruda, no bairro Laranjal. Sua mãe era dona de casa, e cuidou de quatro filhas. Para ela, o fato de ter crescido entre três irmãs contribuiu para construção de sua trajetória e personalidade. Sua formação escolar se deu em colégio de freiras, por causa da fé de sua mãe. Sua formação em Artes se deu na Faculdade de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No colégio Salesiano, em Niterói, onde cursou o então segundo grau (atual Ensino Médio), deu início à sua militância, que identifica mais como sendo “militância cultural”¹⁶⁷. Na Universidade, deu início à sua militância política, junto ao movimento estudantil. Foi lá que teve contato direto com a militância política. Sua primeira atividade foi o enterro da Lyda Monteiro, em 1980, depois disso não parou mais¹⁶⁸. Participou da construção de vários coletivos e partidos políticos. Inicialmente como militante na Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), logo depois ajudou na fundação do Coletivo Gregório Bezerra (CGB).

A minha irmã mais velha, a Ana, que tinha mais essa pegada política no ensino, no segundo grau. Ela também estudava lá. E depois quando eu entrei para a universidade, é o mundo, né? Aí já foi na época da Lyda Monteiro, da carta bomba,

¹⁶⁶ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

¹⁶⁷ Na escola Beatriz começou a militar através das artes, fazendo apresentações engajadas e etc.

¹⁶⁸ Lyda Monteiro da Silva, foi assassinada em 27 de agosto de 1980 pelo Centro de Informações do Exército, no período da Ditadura Cívil-Militar no Brasil. Na época Lyda era secretária do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, Eduardo. Ao abrir uma correspondência destinada ao seu chefe fez explodir uma carta-bomba. O enterro de Lyda, no Cemitério de São João Batista (RJ) foi marcado pela expressiva presença dos movimentos sociais. O evento atraiu a atenção da mídia nacional e internacional, com mais de 6 mil pessoas presentes, transformando-se em um cenário de manifestação política.

que a secretária da OAB recebeu, que faleceu. E eu estudava na Reitoria, no prédio da Reitoria na Faculdade Belas Artes. E aí todo mundo de lá saiu e tal, foi para lá, “vamos para o centro da cidade para ir para o enterro da Lyda Monteiro”. O movimento estudantil fervilhava também, né?¹⁶⁹

Em 1983, quando se formou, foi trabalhar como bancária e depois com Arte e Terapia no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, em Niterói. Em 1985, deu início a sua militância no Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP)¹⁷⁰, tendo entrado, depois de ser aprovada em um dos concursos do governo Leonel Brizola. Em 1986, participou de uma das maiores greves da história da luta sindical no Brasil. Em que apresentavam, entre outras propostas, uma nova mudança para o plano de carreira da educação estadual.

O CEP tinha acabado de ser reaberto. Tinha ficado fechado de 79 até 83 Eu entrei no Estado em 85, então o CEP tinha sido reaberto, praticamente 84, e começou a fazer reuniões etc. para discutir pauta da reivindicação, do plano de carreira e etc. e tal, então foi nessa batida aí, né?¹⁷¹

Como foi alocada no CIEP- 050 Pablo Neruda, começou a organizar o núcleo de São Gonçalo, que antes não existia. Foi a partir da criação do SEPE- São Gonçalo, que teve início sua trajetória como liderança dentro do SEPE¹⁷². Paralelamente a essa luta, participou da construção de vários outros partidos. Entre eles, o Partido da Frente Socialista (PFS). Foi umas das fundadoras do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e depois do PSOL. Além disso, teve participação nas movimentações de construção da CUT.

[...] a gente entrou na categoria e se filiou logo no sindicato e como em São Gonçalo não tinha direção, não tinha núcleo, a gente meio que acabou organizando a greve lá, a greve de 86, a gente acabou organizando e acabou se constituindo lá como a diretoria provisória e tal, era muita gente, né? Então a gente foi organizando e reconstruindo o sindicato lá, partindo da greve de 86.¹⁷³

Maria Beatriz Lugão é mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1995-1997), tem experiência na área de Educação com ênfase em política educacional. Atualmente, aos 61 anos, está fazendo o doutorado em Educação na FFP/UERJ na área de Processos Formativos e Desigualdades Sociais, sendo orientanda da professora Márcia

¹⁶⁹ LUGÃO, Maria Beatriz. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 jul. 2023.

¹⁷⁰ Como vimos no capítulo anterior, em 1979, a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), se fundiu com a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ) e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) criando o Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP). A criação da SEP, em 1977, é considerada o marco de criação do atual SEPE/RJ.

¹⁷¹ LUGÃO, Maria Beatriz. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 jul. 2023.

¹⁷² É importante lembrar que o SEPE/RJ congrega os profissionais da educação das redes públicas de Educação Estadual e Municipais do Estado do Rio de Janeiro. Dentro do município do Rio de Janeiro (capital) se organiza em Regionais e nos outros municípios, em núcleos municipais.

¹⁷³ LUGÃO, Maria Beatriz. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 jul. 2023.

Alvarenga. Além disso, ainda faz parte do grupo de profissionais que vem lutando constantemente contra o sucateamento da Educação no Estado do Rio de Janeiro e em São Gonçalo, também através do SEPE/RJ.

2.2.2 Participação e liderança feminina no SEPE pelo olhar das militantes históricas

Maria Beatriz Lugão, que relaciona o início da sua trajetória no CEP com sua participação na greve de 1986 da Rede Estadual do Rio de Janeiro, ao pensar na questão da participação e liderança feminina no sindicato, faz sua análise pensando menos sobre a falta de liderança feminina naquela época ou sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em ocupar cargos de liderança¹⁷⁴. No lugar disso, ela traça um paralelo com o SEPE atual e destaca que não sentia tanto a deslegitimação das mulheres e nem mesmo a existência de alguma hostilidade em seus anos iniciais de atuação na entidade. Ao ser perguntada sobre se havia naquele período a percepção dentro do CEPE sobre ele ser um “sindicato das mulheres” e sobre a presença ou não do machismo ela responde:

Mas engraçado, né? Eu acho que, mesmo assim, talvez porque na rede estadual naquela época a gente tinha massivamente a presença do primeiro segmento, do primeiro a quarta série, jardim de infância, etc, então talvez as coisas fossem menos tensionadas do que como estão sendo hoje na rede estadual, no Rio. Por aí eu acho que entra para além das questões políticas... Acaba atravessando também o uma visão machista, da forma de fazer política, de desqualificação da mulher também nas lideranças e na direção do sindicato, infelizmente. Não é engraçado, mas eu acho que isso acontece mais hoje do que acontecia mais para trás, embora hoje a pauta da mulher e as questões da mulher estejam sendo mais visibilizadas, mais colocadas.¹⁷⁵

Ao refletir sobre essas diferenças, Beatriz Lugão aponta para as contradições que marcam estes últimos anos, pois embora questões relacionadas às mulheres estejam recebendo mais visibilidade atualmente, essa desqualificação parece estar ocorrendo de forma mais intensa hoje do que no passado também dentro do âmbito deste sindicato.

Por sua vez, para Hildézia de Medeiros, se por um lado, as mulheres tinham, durante os anos iniciais de construção do sindicato (final dos anos 1970 e anos 1980), uma visível presença, não só em termos numéricos, mas de participação ativa nas atividades de base do sindicato, parece que isso não se revelava da mesma forma quando se pensava nas questões de

¹⁷⁴ Em 1986, a greve da educação do Rio de Janeiro reuniu mais de 25 mil professores no Maracanãzinho. A luta levou a conquista de um novo plano de carreira que garantia o enquadramento por formação, progressão e controle.

¹⁷⁵ LUGÃO, Maria Beatriz. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 jul. 2023.

liderança. Hildézia de Medeiros, ao pensar a atuação das mulheres no então CEP, durante os anos de 1980, enfatiza que, embora as mulheres tenham emergido como lideranças fortes em seus municípios, em especial em contextos de greve, eram os homens que as representavam formalmente nos espaços de tomadas de decisão, como por exemplo nas instâncias do CEP-Central e em outros espaços externos no qual o CEP estava inserido, de âmbito estadual e nacional. Em sua análise, embora as mulheres estivessem envolvidas e fossem influentes nas atividades em seus municípios, ainda enfrentavam barreiras e desigualdades que limitavam a sua participação e representação em cargos formais de liderança e dentro de instâncias de poder como o Congresso Estadual, ou no contexto da Conferência Estaduais ou Assembleia Geral Estadual. Sobre isso Hildézia fala na entrevista:

Então, o que que aconteceu? A gente viu o seguinte: que as mulheres começaram a emergir como lideranças, mas quando chegava na hora da representação formal dos municípios, por exemplo, a gente tinha um conselho assim. Assim nas reuniões que eram do CEP, quem vinha? Não eram as mulheres. Algumas começaram a vir porque aí a liderança foi tão forte que não tiveram como, “nós temos que fazer”. Elas faziam a reunião local, faziam uma síntese do que acontecia no município e algum digno representante vinha, mesmo que não fosse a liderança mais expressiva. Mas quem falava geralmente eram os homens.¹⁷⁶

Na edição especial da *Revista SEPE* de 2019, em comemoração aos 40 anos da greve da educação de 1979, um texto escrito pela Hildézia de Medeiros foi publicado. No texto intitulado *1979 Ano de Aprendizagens e Exercícios para o Magistério Público Fluminense*, a professora e militante busca apontar alguns aspectos menos realçados por sucessivas abordagens a respeito da Greve de 1979. Entre seus pontos, destaca o surgimento de lideranças expressivas neste contexto de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, em especial lideranças femininas. Sobre isso Hildézia de Medeiros argumenta em seu texto:

[...] a luta sindical serviu como aprendizagem e exercício para a emersão de líderes mulheres nos espaços de nossa trajetória. Não por acaso, posteriormente a nossa entidade teve uma diretoria que, com a participação de homens e mulheres, assumiu-se enquanto uma chapa feminista.

Certamente, as conquistas econômicas e por melhores condições de trabalho foram fundamentais para o fortalecimento da categoria da educação no Estado do Rio. Entretanto, os avanços foram muito maiores; temos orgulho de ter participado na construção da luta das trabalhadoras (es) do nosso estado!¹⁷⁷

¹⁷⁶ MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

¹⁷⁷ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. Revista eletrônica do SEPE (Edição Especial). Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim3434.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022. p. 10.

Mas esta visão, sobre a pouca representação feminina nos cargos de liderança, não é apresentada apenas pela Hildézia de Medeiros. Dodora Mota, que estava lá também desde a fundação do CEP, também aponta para falta de representação feminina nas atividades de liderança dentro do sindicato. No núcleo municipal do então CEP em Volta Redonda, ela aponta para um movimento dos homens que chama de “deixando a gente de escanteio”. Mostrando que para ela, em espaços municipais também havia uma busca significativa por liderança da parte masculina do sindicato. No caso de Volta Redonda, ela conta que, nos anos de 1980, haviam mulheres muito corajosas, algumas vindas de movimentos clandestinos que buscavam ocupar esses espaços. E destaca algumas dificuldades para participação feminina no sindicato, mas segundo ela a atitude de mulheres que já conheciam o funcionamento de outras organizações propiciava que naquele município que a participação feminina enquanto lideranças fosse mais facilmente garantida.

Então, por aqui, eu sentia inclusive que os homens estavam sempre tomando a frente, sempre deixando a gente meio de escanteio e tal. Mas as mulheres daqui eram mulheres muito fortes, bravas. Muitas delas tinham vindo do movimento clandestino, já tinham participado de outras organizações. Então, não foi uma coisa muito difícil por aqui. Agora no CEP-Central, se você vê bem era só a Hildézia, né, e três homens que foram a primeira comissão. A primeira comissão provisória do SEPE lá quando a SEP se transformou no CEP.¹⁷⁸

Dodora Mota compartilha algumas outras percepções sobre aqueles anos iniciais do sindicato, identificando as atividades de liderança dentro do então CEP-Central frequentemente exercida pelos homens. Menciona, o fato das fotos da época mostrarem que os espaços destinados às lideranças, como por exemplo, mesas presentes nos palanques estarem na maioria das vezes compostas por homens.

[...] lá no início os homens sempre que dirigiam. Até em fotos mesmo a gente vê uma mesa cheia de homens e pouquíssimas mulheres. Então, eu vejo que a partir da gestão da Hildézia isso tomou mais corpo.¹⁷⁹

A gestão de Hildézia, mencionada nesta citação tem início em 1985. Em 1985, Godofredo Pinto, que vinha sendo reeleito presidente desde a fundação da entidade, tirou licença para assumir a vice-presidência da CPB. Hildézia de Medeiros então assumiria a presidência do então CEP.¹⁸⁰

As observações de Dodora sugerem uma sub-representação das mulheres nas atividades de tomada de decisão no sindicato. Pierre Bourdieu ao refletir acerca do *habitus*

¹⁷⁸ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

¹⁷⁹ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

¹⁸⁰ MIRANDA, 2011, p. 65.

demonstra como alguns comportamentos e atitudes podem ser internalizados por alguns indivíduos por meio da socialização. Essas disposições são internalizadas e estruturadas socialmente, e influenciam o comportamento e as percepções individuais.¹⁸¹ Podemos então pensar que, em uma sociedade patriarcal, as mulheres podem internalizar expectativas e normas de gênero específicas que limitam seu acesso a posições de poder e influência. Essas disposições arraigadas podem contribuir para a sua sub-representação em cargos de lideranças dentro de organizações como por exemplo o SEPE. E podem implicar, em muitos casos, em submissão por parte das próprias mulheres, que não veem em si mesmas competências correspondentes para a execução de uma determinada atividade¹⁸². Olhar para essa abordagem de Bourdieu é muito importante, mas assim como fazem outras pesquisadoras, não podemos esquecer de apontar para a agência individual e a capacidade de resistência e transformação social das próprias mulheres. Dodora mesmo, nos dá como exemplo o caso das professoras de Volta Redonda. Sem dúvidas, elas não eram as únicas atentas a essas dinâmicas. Além disso, como podemos perceber, ao refletir sobre as dinâmicas já citadas, ela fala um pouco sobre a importância da chegada da Hildézia de Medeiros à presidência do sindicato estadual.

Ela teve um papel muito importante nessa formação feminista do CEP porque o Godofredo renunciou à presidência, ela era a primeira vice-presidente. O Godofredo foi assumir um cargo na Confederação de Professor do Brasil e a primeira coisa que ela fez foi buscar financiamento com Wilde uma organização internacional para a formação das mulheres. Então me lembro que a gente teve com Raquel Gutiérrez, fizemos um seminário muito bom em Paquetá, depois nós tivemos Moema Toscano, eram pessoas que eram do contato, né? [...] então houve um investimento muito grande nessa formação feminista, entendeu? E a minha formação nesse sentido vem muito dessa referência que é a Hildézia.¹⁸³

Não podemos esquecer que existem ideias, perspectivas e atitudes divergentes dentro de qualquer grupo, e em um sindicato também é assim. Ou seja, é preciso levar em consideração a diversidade de percepções sobre um mesmo evento ou assunto. E também entender que essas percepções são muito dinâmicas, e tem muitos limites. A própria Beatriz Lugão, ao pensar no SEPE e sua relação com o machismo, argumenta que as usando a frase “o sindicato não é uma ilha cercada de gente boa por todos os lados, tem de tudo”¹⁸⁴. Isso significa que as organizações sindicais não existem isoladas do restante da sociedade e das estruturas de poder que a permeiam. As influências culturais, sociais e políticas mais amplas

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724>. Acesso em: 6 set. 2023. p. 144-143.

¹⁸² BOURDIEU, 2017, p. 147.

¹⁸³ MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Volta Redonda (online), 23 jul. 2023.

¹⁸⁴ MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

tem impacto direto nas dinâmicas de gênero e nas relações de poder. Os sindicatos também são afetados pelas normas de gênero dominantes, práticas socialmente dominantes e estruturas de poder que podem perpetuar o machismo. Mesmo que existam esforços de mudança e conscientização dentro do sindicato, é necessário reconhecer que o ambiente mais amplo e as opressões sociais ainda influenciam as dinâmicas de gênero presentes nesta organização.

Beatriz Lugão aponta para o fato de que nos anos iniciais de sua militância parecer ter tido menos machismo no SEPE do que recentemente, parecendo enxergar naquele período um ambiente mais receptivo para a participação feminina. Por outro lado, militantes como Hildézia de Medeiros e Dodora Mota observam uma sub-representação das mulheres em posições de liderança no SEPE, apontando para a predominância masculina em espaços de tomada de decisão durante os primeiros anos de formação do sindicato, sugerindo a existência de uma estrutura patriarcal subjacente dentro da organização. A partir daqui resta nos perguntar: O que poderia, no entanto, justificar uma diferença de percepção em contextos tão próximos?

Poderíamos recorrer mais uma vez à Bourdieu e pensar no que ele diz acerca da questão da experiência. As percepções de cada uma das entrevistadas estão relacionadas com suas próprias experiências. Isso inclui pensar que essas mulheres podem ter vivenciado menos ou mais hostilidades do que outra. Segundo Bourdieu, a trajetória social de uma pessoa, incluindo sua posição social, histórico familiar, educação e outros fatores, moldam suas disposições e expectativas. Todavia, esta vida, não pode ser compreendida como uma série única, ou por si só, antes de tudo, definem-se a partir das “alocações” e “deslocamentos” no espaço social¹⁸⁵. A partir desta perspectiva, podemos pensar que, no caso da Beatriz, sua trajetória social, incluindo sua experiência durante dos anos de 1980 no sindicato, pode ter influenciado sua percepção de menos hostilidade e deslegitimação das mulheres nesse período. Sua trajetória durante aquele período pode ter sido marcada por oportunidades mais favoráveis ou por um ambiente mais igualitário dentro do “SEPE”. A partir da análise de Bourdieu, é possível argumentar que as experiências vividas dentro de um determinado campo, ou espaço social (domínio de interação dos agentes), afetam a forma como

¹⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **Por uma ciência das obras: apêndice 1**. In: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 74 -82. p. 81.

enxergamos e interpretamos o mundo¹⁸⁶. Essas experiências passadas têm consequências significativas na maneira como elas percebem e comparam o passado com o presente.

Sabemos que os anos de 1970 e 1980 também eram contextos marcados pelo machismo, em todas as esferas sociais, incluindo os ambientes de trabalho e sindicais. Apesar das entrevistas oferecerem perspectivas variadas sobre essas relações dentro do sindicato, é incontestável que essas relações eram influenciadas pelo machismo. Além disso, apesar dos anos de 1970 e 1980 serem marcados por intensas mobilizações políticas e sociais no Brasil, as agendas feministas não ocupavam um lugar central nas discussões das correntes políticas de esquerda. Mesmo em espaços onde haviam feministas engajadas atuando. Nesse contexto, preocupações relacionadas à igualdade de gênero e ao feminismo, muitas vezes eram relegadas ao plano secundário. As mulheres que buscavam inserção e participação política, muitas vezes se deparavam com resistências e desafios dentro dos próprios movimentos.

Além do machismo, é essencial considerar o racismo. As mulheres negras, como Hildézia, não enfrentavam apenas a barreira do machismo, mas também do racismo, que complicava ainda mais suas experiências e as tornava mais vulneráveis dentro desses espaços. O racismo, tal como o machismo, estava profundamente enraizado nas estruturas sociais e sindicais, criando múltiplas camadas de opressão para as mulheres negras. Neste sentido, a questão da interseccionalidade, um conceito fundamental introduzido por Kimberlé Crenshaw e aprofundado não só pelas estudiosas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, mas também pela intelectual brasileira Carla Akotirene é essencial para esta análise.

Carla Akotirene, descreve a interseccionalidade como uma “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”¹⁸⁷. Deste modo, para além de pensar em múltiplas identidades, ela evidencia como mulheres negras, são discriminadas e se encontram em posições vulneráveis diante das estruturas sociais e instituições modernas. A análise das experiências de Beatriz, uma mulher branca, carioca e de classe média, em comparação com Hildézia, uma mulher negra e nordestina, revela como diferentes marcadores sociais de identidade, como raça, classe, gênero e regionalismo, interagem para moldar também as suas experiências. No caso de Hildézia, a interseccionalidade entre ser mulher, negra e nordestina provavelmente resultou em uma experiência de vida marcada por desafios específicos que Beatriz não enfrentou.

¹⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e espaço simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 4. ed. Campinas: Papius, 2003. p. 13-34.

¹⁸⁷ AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. p.63.

Deste modo, embora as inferências acerca das experiências individuais possam ser importantes para compreendermos uma parcela do que está em jogo neste debate, é crucial reconhecer que o cerne deste embate reside na colisão dessas memórias. Aqui, torna-se evidente a existência de múltiplas narrativas em disputa, destacando assim a complexidade e a importância da análise dos conflitos de memória nesta discussão.

Como vimos anteriormente, Pollak reflete sobre o caráter conflitivo da memória, deixando claro que eles ocorrem em diferentes espaços e em diferentes níveis de relações. Para Pollak, no caso dos sindicatos, ocorre ao longo do tempo a construção de uma narrativa e imagem que são fundamentais para a identidade e coesão dessas organizações, pois de certa forma, isso garante aos membros (e membras) um sentido de continuidade e propósito. Por causa disso também a mudanças de narrativa ou imagem sobre o passado não ocorre sem conflitos.¹⁸⁸

É importante pensar que, dentro dessa lógica, é claro que as narrativas e as imagens que se tem sobre o passado estão sempre em mudança e isso ocorre também, porque os membros e membras de determinada organização podem não se reconhecer com aquela imagem ou interpretação do passado construída em outro momento.

Mas isso ocorre porque nossa compreensão do passado não é fixa ou imutável, mas sim moldada pelas demandas e perspectivas do presente. Em outras palavras, quando lembramos de eventos passados, não os recuperamos de maneira objetiva ou neutra; em vez disso, interpretamos essas lembranças à luz das questões e preocupações atuais. Isso implica que nossa visão do passado é influenciada por nossas experiências, valores e contextos presentes, o que pode levar a diferentes interpretações e significados dos mesmos eventos ao longo do tempo. Essa compreensão dinâmica do passado destaca a importância de considerar o contexto atual. A cientista social Elizabeth Jelín, em seu livro *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*, discute as memórias presentes em diversas temporalidades, e como elas respondem às exigências de momentos políticos específicos. Assim como Pollak, embora Jelín esteja preocupada com as memórias associadas a traumas e processos políticos violentos, no caso dela, mas especificamente na Argentina e outros países do Cone Sul sob ditaduras, sua reflexão pode ser aplicada para pensar os conflitos de memória em relação as questões de gênero dentro do SEPE/RJ. Isso porque acreditamos que a análise sobre como as memórias são elaboradas por eventos disruptivos e como buscam sentido após

¹⁸⁸ POLLAK, 1989, p.10.

esses acontecimentos pode ser extrapolada para outras áreas de conflito.¹⁸⁹ A concepção de memória de Jelín está relacionada com as interpretações e significados que atribuímos ao passado em um momento posterior. Isto significa dizer que a memória não é o passado, a memória é o presente, e o que do passado trazemos ao presente. Em suas palavras, “las memorias son presente, una búsqueda de sentido del pasado en función de un horizonte futuro–, se trata de procesos abiertos, no de cuestiones terminadas o acabadas”¹⁹⁰. Aquilo que evocamos, ou silenciemos, em função do que estamos fazendo no presente e das nossas preocupações para o futuro. Ao considerar a esfera pública, a construção das memórias geralmente está associada a um objetivo ou visão de futuro, um horizonte a ser alcançado. O que está em jogo é determinar o que do passado pode ser resgatado para impulsionar as lutas políticas e sociais no contexto atual, com base nos projetos que se almeja para o futuro.

É intrigante notar que até recentemente a questão de gênero não era considerada uma preocupação relevante ao se discutir o SEPE/RJ. Mesmo em um dos trabalhos mais citados sobre o sindicato, como a tese de doutorado de Kênia Miranda publicada em 2011, e aqui já citada, o tema não recebeu atenção. Isso nos leva a nos perguntar: quais demandas do presente trazem para o centro dos debates sobre o SEPE/RJ a necessidade de se pensar a atuação feminina na entidade? Aparentemente, nestes últimos anos, essa questão parece estar recebendo uma atenção renovada.

As falas e referências à Hildézia de Medeiros deixam claro a sua preocupação com a pauta das mulheres e as relações de gênero dentro do sindicato. Hildézia, no contexto da grande greve de 1979, junto com Godofredo Pinto e outros nomes, sofreu com diversas retaliações, entre elas sua remoção, junto com a professora Leny Rocha, para escola de outro município do Estado do Rio de Janeiro, que não era o seu de origem, a mando do secretário de educação daquele período, Arnaldo Niskier¹⁹¹.

No dia 17 de agosto, ocorreu uma assembleia do CEP em que houve divergências de opinião sobre a continuidade ou não da greve. No entanto, a proposta de continuidade, defendida pela professora Hildézia de Medeiros, foi aprovada, superando a posição do professor Godofredo. Nesse momento, começou a surgir uma corrente de oposição à diretoria

¹⁸⁹ JELÍN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. p.8.

¹⁹⁰ JELÍN, 2018, p. 26.

¹⁹¹ MIRANDA, 2011, p. 60.

do CEP¹⁹². Embora tenham surgido discordâncias dentro da liderança da organização, especialmente devido à gestão da greve, o movimento tornou a greve de 1979 uma experiência memorável e de muitas conquistas. Naquele mesmo ano o CEP realizou a eleição de sua primeira diretoria, cuja chapa única referendava a diretoria provisória:

Chapa Construção: Godofredo da Silva Pinto (presidente), Ítalo Moriconi (1º vice-presidente), Hildézi Alves Medeiros (2ª vice-presidente), Luciano D'Ângelo Carneiro (secretário-geral) Maria Helena Castro Azevedo (1ª secretária), Heloísa Almeida Fernandes (2ª secretária), Maria Ângela Moreira Pinto (1ª tesoureira), Rosanita Zanon Monteiro (2ª tesoureira), Matiléia da Cruz (Diretora de assuntos da rede estadual), Magda Frediani Martins (Diretora de Assuntos da rede municipal), Marcos Gomes (Diretor de assuntos da rede particular).¹⁹³

Como vimos, em 1985, Godofredo Pinto, que estava no cargo de presidente desde a criação da organização, renunciou para ocupar o cargo de vice-presidente da CPB, sob a liderança de Hermes Zanitti. Como resultado, Hildézia de Medeiros assumiu a presidência do CEP e posteriormente foi eleita presidente da entidade para o próximo mandato de dois anos.

DIREÇÃO ELEITA PERÍODO 1985/1987: Presidente: Hildézia Alves Medeiros, Vice-Presidente: Marilda Reis de Almeida, 2ª Vice-Presidente: Léa Carvalho Reis, Secretário Geral: Máximo Augusto Campos Masson, Primeiro Secretário: Antonio Rodrigues da Silva, Tesoureiro-Geral: Hedy Mateus; Primeiro Tesoureiro: Cléa Correa de Mello, Assuntos Jurídicos e Funcionais: Denise Rosa Lobato, Diretor de Imprensa e Divulgação: Vilson Freitas Teixeira, Diretor de Assuntos Intersindicais: Murilo Martins Jordão, Diretor de Assuntos Culturais e Educacionais: Maria M. Oliveira Kyos, Diretor Geral: Elisabete Mascenas, Ivonete Fontelles Sugahara, Maria das Dores P. Motta, Sebastião José e Silva, Zelma Gomes Santos Masson.

A ocupação da presidência da diretoria por Hildézia de Medeiros segundo ela, marca a existência de “uma diretoria que, com a participação de homens e mulheres, assumiu-se enquanto uma chapa feminista”¹⁹⁴. À frente da diretoria do SEPE, organizou cursos para discutir a questão de gênero, do corpo e da sexualidade, o que para ela foi visto naquele período como algo escandaloso. Colaborou ainda para a criação da exposição, onde indicou Dodora como protagonista, "O sol por testemunha" (1987), que revelava a condição de

¹⁹² PERETE, Leila Angélica e OLIVEIRA, Vera Regina Rodrigues de. **Reconstrução da História do SEPE**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989, p.14 *apud* MIRANDA, 2011, p. 61.

¹⁹³ MIRANDA, 2011, p. 62.

¹⁹⁴ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. 2022, p. 10.

opressão de gênero enfrentada pela maioria das pessoas na categoria do magistério, trabalho foi realizado com texto de Isis Baião e fotografia de Claudia Ferreira.¹⁹⁵

Um documento do movimento oposicionista dentro do CEP de 1985, fazia avaliação daquele período como marcado pelo esvaziamento da entidade, além desta avaliação, o movimento fazia críticas ao processo eleitoral, “e demandava o resgate da democracia interna, combatividade e da independência”¹⁹⁶. Segundo Kênia Miranda, só em março de 1986 vai acontecer uma nova greve, “seja pelos efeitos da repressão estatal, seja pelas opções políticas da direção da entidade de realizar um sindicalismo mais moderado”¹⁹⁷. Ao que parece, havia durante aquele período uma expectativa com o governo de Leonel Brizola, por causa disso também, embora a educação pública estadual estivesse sendo marcada por um processo de desvalorização, a direção do sindicato buscava adotar uma postura “mais cautelosa”, buscando a negociação, mas ao longo do caminho esta perspectiva foi se desfazendo¹⁹⁸.

A greve de 1986, devido a ampla participação da categoria, foi considerada a maior greve realizada pela entidade e a primeira greve geral, composta por professores do município e do estado do Rio de Janeiro¹⁹⁹. A atuação da direção junto a categoria no contexto da greve de 1986, durante a presidência de Hildézia de Medeiros, foi marcada por uma série de “derrotas”,

Além das derrotas do ano anterior tais como as tentativas de suspensão do movimento grevista, de 1986, e as deliberações congressistas de filiação à CUT e da não participação do CEP no Conselho Estadual de Educação, o III Congresso deliberou pela ampliação do quadro social da entidade a todos os trabalhadores do ensino.²⁰⁰

Conforme Carta enviada pela diretoria do CEP aos associados em 1987, para a diretoria presidida por Hildézia de Medeiros, a deliberação de transformação do CEP em uma entidade dos trabalhadores e trabalhadoras da educação era considerada como “prematura, inconsequente e anti-democrática”²⁰¹. Após o término do terceiro congresso da entidade, que ocorreu na UERJ entre 30 de outubro e 02 de novembro, a diretoria anunciou sua renúncia para o ano seguinte. Vários argumentos foram apresentados, sendo o mais premente a

¹⁹⁵ FARIA, Lia Ciomar Macedo de; MARTINS, Thaís Rodrigues. Encontros e percursos de professoras militantes: Hildézia de Medeiros e Dodora Mota. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, p. 1758-1782, 2020. p. 1764.

¹⁹⁶ MIRANDA, 2011, p. 66.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ MIRANDA, 2011, p. 67.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ MIRANDA, 2011, p. 78.

²⁰¹ Ibidem.

incapacidade de liderar eficazmente o movimento²⁰². Segunda a carta enviada pela direção aos associados:

Nossa visão política, expressa em nossas propostas, vem sendo sucessivamente derrotada nos espaços de deliberação da entidade (Assembleias, Conselhos Deliberativos, Congressos). Isso significa que não somos hoje representativos da parcela da categoria que tem participado desses espaços.²⁰³

Em meio a esse processo de renúncia, é inegável que surgiram diversos conflitos e disputas de memória, algo que se torna visível durante os encontros de militantes da época para discutir sobre o SEPE. Por exemplo, no vídeo presente em comemoração aos *42 anos de SEPE- Uma história de luta*, publicado em 19 de agosto de 2019 no canal oficial do SEPE/RJ no *Youtube*, onde militantes históricas do sindicato falam sobre elementos importantes da história da entidade. Em uma conversa mediada por Dione Lins, Odisseia de Carvalho, Dodora Mota, Florinda Lombardi, Gesa Linhares e Maria Beatriz Lugão, expressam suas leituras em relação ao processo de renúncia. Florinda Lombardi, sobre a renúncia em 1987, diz no vídeo, “Eu até hoje lastimo, porque a professora Hildézia era uma pessoa respeitadíssima, nacionalmente”. Para Florinda Lombardi, o processo de renúncia, visto por ela como resultado da unificação que transformaria o CEP, em CEPE, foi uma perda muito grande para o sindicato, já que este evento acabou por interromper um planejamento e agenda importante que vinha sendo construído pela entidade naquele período. Na avaliação de Dodora Mota,

A direção não renunciou porque foi aprovada a incorporação dos funcionários para o CEP, a direção renunciou porque veio perdendo todas as propostas do Congresso, dentro de uma tese, e no intervalo nós fizemos uma reunião e dissemos “como é que nós vamos dirigir uma categoria em que nós não somos mais referência dessa sua vanguarda? Então não nos resta outra ação a não ser a renúncia”. (...) Eu acho que foi uma renúncia muito digna embora a gente tenha sido muito criticado.²⁰⁴

Além dessa declaração, Dodora argumenta que houve uma dificuldade por parte da oposição, que aponta como massacrante no Congresso, em reconhecer as diferenças presentes dentro daquela direção. Por exemplo, não havia consenso absoluto em relação à não filiação à CUT. Ela destaca elementos significativos da gestão naquele contexto que estão sendo discutidos, como o Primeiro Encontro de Mulheres do CEP em Paquetá (RJ), com Raquel Gutiérrez, que resultou na produção do caderno de teses. Dodora afirma que o caderno foi

²⁰³ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

²⁰⁴ SEPE/RJ. 42 anos de SEPE: Uma história de luta. SEPE RJ. Publicado 19 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hAuvFl-IB3Y&t=2922s> Acesso em: 29 de mar. de 2024.

muito interessante, mas lamenta que o SEPE não tenha mais nenhum exemplar dele. Segundo ela, foi

nesse evento que participou pela primeira vez de debates sobre a questão feminina, algo que considera importante resgatar "porque remete às lutas de hoje"²⁰⁵.

No vídeo, Odisseia de Carvalho avalia que, apesar de Dodora, como parte daquela direção que renunciou, enxergar a renúncia de outra maneira ela via, assim como outros associados, que o motivo principal da renúncia foi a unificação com outras categorias. Odisseia expressa suas preocupações: "Eu me senti insegura", "O que será do sindicato?", "Quem será nossa referência agora?". Ela acrescenta que são visões diferenciadas, dizendo: "Adoro a Hildézia, mas não consegui entender o que seria do sindicato". Odisseia ressalta que, naquele momento, militantes não entenderam e não aceitaram a situação, mas isso, de certa forma, foi positivo, pois foi importante para surgir outras protagonistas na história do sindicato. Maria Beatriz Lugão, ainda no vídeo, chama atenção para o fato de naquele período, o Congresso em Nova Iguaçu ter sido muito doloroso para a direção:

A direção, ela não vinha só no acúmulo da questão do funcionário, é verdade, em 86 aquele Congresso em Nova Iguaçu foi muito doloroso para direção, porque ela perdeu, ela não defendia a filiação à CUT, a direção. Porque internamente, depois que a gente assumiu a comissão provisória, que a gente pode ver as ATAS da reunião da direção, a gente viu por exemplo que a Hildézia defendia a filiação à CUT. Mas como vocês eram centralizados, então se centralizaram pela posição da maioria, então defendiam que não se filiassem. Quem, por exemplo, defendeu a não filiação à CUT foi a Hildézia no Congresso em Nova Iguaçu.

Maria Beatriz Lugão avalia que a derrota na votação pela filiação à CUT pode ser interpretada como uma derrota interna para aquela direção, indicando que havia um setor dentro do sindicato que estava mais fortalecido. Além disso, ela observa que a greve de 1987 não foi liderada pela direção, e todos esses eventos culminaram no Congresso, onde vários fatores demonstraram que a política da maioria da direção não estava alinhada com os valores da base, levando a própria direção a se desintegrar internamente. Para Beatriz, essa foi uma das primeiras grandes batalhas internas dentro do CEP. Ela enfatiza que "O SEPE é feito de luta para dentro e luta para fora também", e destaca que lutar contra o governo pode ser menos cansativo do que lidar com os conflitos internos. Ela conclui afirmando que as lutas internas são parte da história do sindicato, pois estão intrinsecamente ligadas às lutas externas, e que não via a oposição daquela época como "massacrante", conforme apontado por Dodora.

²⁰⁵ Ibidem.

Ao retomar a fala, Florinda expressa sua admiração por Hildézia, reconhecendo que em muitos momentos ela assumiu o trabalho "que ninguém queria fazer", já que, enquanto líder, muitas vezes precisava defender pautas com as quais não concordava. No entanto, ela reforça seu desapontamento com a renúncia, lembrando de ter dito a Hildézia: "Você foi eleita, tem que esperar o processo eleitoral". Florinda, que fazia parte da oposição naquele período, acrescenta: "Nós também perdíamos, aliás, perdemos a vida toda até chegarmos a essas conquistas"²⁰⁶. E expressa seu descontentamento com o desdobrar do processo naquele período.

Podemos dizer que o vídeo é uma demonstração de como as questões históricas e as narrativas do SEPE têm sido objeto de revisão e debate nos últimos anos, mas ele não é o único. Outro exemplo ocorreu em 30 de outubro de 2019, quando foi realizada na Faculdade de Educação da UERJ, uma roda de conversa sobre "A greve de 79 - quarenta anos depois". Nesse evento estavam presentes professores e professoras, militantes e ex-militantes do SEPE/RJ, incluindo nomes como Godofredo Pinto, Hildézia de Medeiros, Ítalo Moriconi, Maria das Dores Mota (Dodora) e Marlene Fernandes, além destes nomes, teve as saudações de Florinda Lombardi e Dione Lins. A mediação da roda foi feita pela professora Lia Faria. Das falas durante a roda de conversa emergem diversos aspectos que merecem destaque, contribuindo para o caminho de reflexão tomado na escrita desta dissertação.

Inicialmente, podemos destacar a fala de Florinda Lombardi militante histórica do SEPE:

(...) Eu só acho que esse ato deveria ser junto com o SEPE, quanta gente eu deixei de chamar pra cá porque eu fiquei sabendo em cima e quantas coisas a gente tem para depor, para testemunhar, para falar e para explorar. Infelizmente nossos dados, não conseguem fazer isso.²⁰⁷

Florinda Lombardi expressou o desejo de que o evento em questão fosse organizado em colaboração com o SEPE, indicando que muitas pessoas não puderam participar devido à falta de aviso prévio. Além disso, destaca que há muitas questões importantes para discutir e explorar, mas na leitura dela, os documentos disponíveis não são suficientes para abordá-las

²⁰⁶ SEPE/RJ. 42 anos de SEPE: Uma história de luta. SEPE RJ. Publicado 19 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hAuvFl-IB3Y&t=2922s> Acesso em: 29 de mar. de 2024.

²⁰⁷ A Greve de 79 quarenta anos depois [livro eletrônico]/organização Cláudia Ferreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: CACES: PROPED - Programa de Pós - Graduação em Educação, Faculdade de Educação- UERJ, 2021. Disponível em: https://issuu.com/bdlf/docs/greve79_versao_digital_compactado. Acesso em 13 de nov. 2023. p. 37.

adequadamente. A fala de Florinda na roda de conversa da FFP- UERJ suscita questionamentos muito importantes: Quem são as pessoas que estão acessando esses debates? Será que estes debates chegam às gerações atuais que militam no sindicato?

Outro ponto importante aparece na fala de Ítalo Moriconi, onde ele enfatiza que a influência da greve dos professores de 1979 não se restringe apenas ao contexto do movimento sindical ou da área da Educação. Destacando seu impacto no movimento de mulheres e na luta feminista da época.

A greve de professores de 79, não está apenas na história do movimento sindical, não está apenas na história da Educação. Ela está na história do movimento das mulheres, da questão feminista, porque não tinha militante, simplesmente elas, vocês, foram despertadas e começaram a sair de casa contra a vontade do marido.²⁰⁸

Moriconi sugere que as mulheres, que muitas vezes não eram vistas como militantes ativas, foram mobilizadas pela greve e se envolveram na luta, mesmo enfrentando resistência de seus maridos ou de estruturas sociais tradicionais. Ele destaca o despertar do ativismo feminino e o papel central das mulheres na greve, ressaltando assim a importância desse evento para além dos limites do movimento sindical e da Educação.

Maria das Doras Mota destaca que a greve de 1979 foi um marco da prática de tudo o que se debatia e discutia na época²⁰⁹. E relembra mais uma vez da “Greve das Conveniadas”, que ela vê como desdobramento da greve de 1979.

É preciso entender que há muitas disputas dentro do sindicato, em especial, entorno da renúncia da direção presidida por Hildézia e das consideradas maiores greves no sindicato, a de 1979 e 1986. Godofredo Pinto, por exemplo, em alguns momentos, destaca as estratégias da entidade para conduzir os movimentos durante sua direção, e parece de certa forma defender o seu protagonismo na greve de 1979, em detrimento do protagonismo da Hildézia, por exemplo, o que coloca em evidência outras facetas das disputas de memória. Em sua fala, durante a roda, Hildézia mais uma vez reforça o protagonismo de professoras no contexto da greve de 1979²¹⁰.

Diante das análises realizadas, é perceptível uma tendência de reinterpretação das memórias por parte da militância histórica do SEPE nos últimos anos. Nessa revisão crítica, as mulheres têm se empenhado em destacar e reafirmar seu papel fundamental ao longo dessa trajetória sindical, que em muitos momentos parece ter sido minimizado ou até mesmo

²⁰⁸ Ibidem, p. 30

²⁰⁹ Ibidem, p. 43.

²¹⁰ Ibidem, p. 62

apagado. Essa revisitação da história busca corrigir distorções e reconhecer a contribuição significativa das mulheres para o movimento sindical, que nem sempre foi devidamente valorizada ou registrada na história do sindicato.

Para Jelín, a compreensão da memória passa pela concepção do tempo em que passado, presente e futuro se unem em um único momento. Logo, as memórias, as recordações, os relatos e as narrativas (memórias do passado) nunca são estáticas. Em contextos de objetivos e aspirações por um futuro diferente, com conflitos e alianças sociais em constante mudança, as interpretações do passado podem se alterar. Em algum momento histórico ou em algum grupo social, pode haver uma memória dominante, no sentido de que alguém pode querer impor um relato sobre o passado. No entanto, isso não significa que não existem vários outros relatos. Distintos grupos e distintas gerações resgatam do passado suas próprias visões. Isso significa que necessariamente haverá conflitos acerca das interpretações do passado. Para ela as memórias:

Surgen como recuerdos, como silêncios o como huellas en momentos históricos específicos, em función de los escenarios y las luchas sociales propios de cada coyuntura. Lo que es silenciado em determinada época puede emerger com voz flerte después; lo es importante para certo período puede perder relevância em el futuro, mientras outros temas o cuestiones ocupan todo el interés. Escenarios cambiantes, actores que se renuevan o persisten, temas hablados o silenciados dan a las memorias su aspecto dinámico. Los sentidos del pasado y su memoria se convierten, entonces, em el objeto mismo de luchas sociales y políticas.²¹¹

Para Jelín, além da classe social e gênero, a idade, ou mais especificamente, o período da vida em que esses eventos ocorreram, desempenha um papel crucial na maneira como as experiências podem ser percebidas tanto no momento em que ocorreram quanto posteriormente. Além disso, uma considerável distância temporal permite reinterpretar e atribuir novos significados ao que foi vivido²¹². Além disso, aborda questões fundamentais como: o que ocorre ao longo do tempo para provocar mudanças na memória, levando o que estava oculto a ser revelado e fazendo com que o que estava silenciado comece a ser expresso? Seguindo neste caminho, nos perguntamos: O que pode ter acontecido, para que estejam ocorrendo a reavaliação dessas memórias dentro do SEPE? Porque a atuação das mulheres mais do que nunca aparecem como um imperativo? Podemos pensar em algumas questões.

²¹¹ JELÍN, 2018, p. 8.

²¹² *Ibidem*, p. 233.

Em 2019 o SEPE organizou uma série de comemorações em homenagem a um dos principais marcos de sua história, a greve histórica de 1979, em que as professoras e professores da rede estadual, conseguiram conquistar o piso salarial equivalente a cinco salários mínimos. É no contexto dessas comemorações, que a Edição Especial da Revista do SEPE em comemoração aos 40 anos da greve, e os textos aqui já citados escritos por Maria das Dores Pereira Mota e Hildézia Alves de Medeiros são apresentados. Mais do que exaltar a existência da greve, elas exaltam o protagonismo de professoras por todo o estado em prol desta luta. É neste mesmo contexto que a pesquisadora Thaís Rodrigues Martins defende a sua dissertação *Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública*, orientada pela professora do programa de Pós-graduação da UERJ, Prof^a. Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria. Em sua dissertação, Martins analisa a trajetória da professora Maria das Dores Mota, enquanto militante sindical e política na cidade operária de Volta Redonda, tendo como recorte temporal da década de 1970 até 1990, dando atenção especial no capítulo três à atuação de Dodora enquanto uma voz feminina em um mundo dominado pelo masculino²¹³.

Ainda em 2019, foi lançado o já citado vídeo em comemoração aos *42 anos de SEPE- Uma história de luta*, publicado em 19 de agosto de 2019, onde militantes históricas do sindicato falam sobre elementos importantes da história da entidade.

Em 2020, o artigo aqui também já citado no capítulo anterior, *Encontros e percursos de professoras militantes: Hildézia de Medeiros e Dodora Mota* é publicado e nele Lia Faria e Thaís Rodrigues Martins analisam “os trajetos de vida” de Hildézia de Medeiros e Dodora Mota, com o intuito de investigar os processos de formação inicial, o encontro entre elas e seu impacto em suas trajetórias. A temática em questão, que aborda a trajetória e a formação de professoras engajadas, levanta a questão da necessidade de compreender essa dimensão da jornada de mulheres educadoras para entender como suas concepções e ações em prol da educação pública foram moldadas.

Em 2021, o livro organizado pela pesquisadora e fotógrafa Claudia Ferreira, *A Greve de 1979: quarenta anos depois*, foi publicado através do Centro de Atividades Culturais, Econômica e Sociais (CACES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ (PROPED). Sobre o material, Ferreira diz:

²¹³ MARTINS, Thaís Rodrigues. **Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

Este livro é o resultado de vários reencontros. Reencontros com o passado, com velhos amigos e amigas e com a nossa história de militantes que continuam acreditando que podem mudar o mundo. A histórica greve de 1979, em plena ditadura militar, foi um marco na história do magistério e do movimento sindical. As professoras tiveram um importante papel na condução dessa greve e as questões de gênero passaram a fazer parte da pauta dos movimentos sindicais.

Ter a greve de 79 revista, quarenta anos depois, pelas suas lideranças é um privilégio que não pode ficar restrito àquelas pessoas que estiveram presentes à roda de conversa, realizada na UERJ, no marco das comemorações dos 40 anos do PROPED- Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, Comemorações que resgatam também a exposição “O Sol por Testemunha”, exibida, de forma itinerante pelo SEPE, 1987, como estímulo à discussão das questões de gênero no magistério.

A preservação da memória das lutas do movimento do magistério do Rio de Janeiro é fundamental como referência às gerações futuras. A releitura da greve de 79, feita pelas suas lideranças, quarenta anos depois, é uma valiosa fonte de pesquisa.²¹⁴

O trecho do texto de introdução do material, escrito também por Ferreira, sugere que o ano de comemoração do aniversário de 40 anos da greve em 2019, é marcado pela reavaliação da greve de 1979 por partes da liderança do CEP naquele período, destacando em especial o papel das professoras militantes e as questões de gênero que, também segundo Ferreira, passou a ser parte importante das pautas dos movimentos sindicais. O texto demonstra um interesse por parte de algumas lideranças em analisar com mais profundidade o significado e o impacto dessa greve ao longo do tempo, com uma perspectiva atualizada, possivelmente mais crítica e com foco nas demandas atuais.

Todo esse material deixa claro que nos encontramos em meio a um processo de revisão da memória relacionada ao SEPE, especialmente no contexto das décadas de 1970 e 1980. Essa revisão é parte de uma série de iniciativas, com destaque para as pesquisas conduzidas nos últimos anos na UERJ, sob a supervisão da professora Lia Faria.

Além desses materiais, podemos destacar outros fatores. A busca pelo inegável reconhecimento da contribuição das mulheres encontra-se sem dúvida ligado aos movimentos mais amplos na sociedade para reconhecer e valorizar as contribuições históricas das mulheres em várias áreas, incluindo movimentos sindicais como o SEPE. Para além disso, as mudanças nas perspectivas historiográficas em busca de abordagens mais críticas que visam incluir uma análise mais ampla das experiências das mulheres na história. As contradições dentro do próprio SEPE, apontadas por militantes atuais, que serão analisadas no próximo capítulo, e aqui mais especificamente por Maria Beatriz Lugão, destacam que ao mesmo

²¹⁴ A Greve de 79 quarenta anos depois (livro eletrônico) / organização Claudia Ferreira. – 1. ed – Rio de Janeiro: CACES- PROPED- Programa de Pós Graduação em Educação , Faculdade de Educação- UERJ, 2021.

tempo tem suas relações marcadas pelo “empoderamento feminino”, que incentiva as mulheres a reivindicar seu lugar na história e a destacar seu papel nas lutas sindicais e políticas, apresentam a ascensão de novas lideranças femininas dentro do SEPE, apontando para o reconhecimento e importância da diversidade e da inclusão dentro dos espaços de poder onde historicamente foram marginalizadas ou sub-representadas, mas ainda precisam denunciar o machismo dentro do SEPE. Até que ponto as denúncias de machismo ou discriminação de gênero dentro de uma organização sindical, é capaz de desencadear um processo de reflexão e questionamento sobre as relações de poder e a representação das mulheres dentro do movimento? Por último e não menos importante, destacar o papel das ameaças às conquistas históricas alcançadas pelo movimento sindical, especialmente aquelas relacionadas aos direitos das mulheres, que também vem sendo marca dos últimos anos.

2.2.3 Perspectivas sobre a participação e liderança das mulheres no SEPE

Ainda que as percepções sobre a atuação das mulheres, nas décadas de 1970 e 1980, nas diferentes atividades da base do sindicato e nos espaços de lideranças não sejam uniformes, as distintas militantes parecem estar em acordo acerca dos desafios que giram em torno da participação feminina no sindicato.

O primeiro desafio pode estar relacionado com a suposta capacidade nata de liderança masculina. Podemos pensar que os homens, na nossa sociedade, são sempre vistos como mais capazes para liderar e tomar decisões, enquanto as mulheres são mais adequadas para papéis de apoio ou atividades consideradas como mais “femininas”. Estas percepções estão diretamente ligadas às construções culturais dentro das sociedades patriarcais e aos estereótipos de gênero. Em nossa sociedade, existem expectativas diferentes em relação a quais papéis devem ser desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Se isso hoje é uma realidade, apesar dos avanços dos debates neste sentido, nas décadas de 1970 e 1980, isso provavelmente era algo ainda mais visível. Isso tem a ver um pouco com o que foi dito por Bourdieu, sobre a dominação masculina. Mas pode ser vista com outro olhar a partir das reflexões de Connell.

Raewyn Connell, socióloga australiana, discute como as masculinidades são construídas socialmente e como elas variam em diferentes culturas e contextos. O que seria a masculinidade? Para ela, a masculinidade é uma forma de comportamento e identidade

associada à posição dos homens dentro das relações de gênero²¹⁵. A autora aborda as normas de masculinidade hegemônica, ou seja, as expectativas sociais ao ideal dominante de masculinidade. Ela examina como essas normas são construídas por meio de processos sociais como socialização, ideologias culturais e instituições. Connel aponta ainda que a masculinidade hegemônica tende a ser caracterizada a partir de traços como força, dominação, agressividade e controle emocional, e como esses traços podem ser prejudiciais tanto para os homens que esforçam para atingir esses padrões quanto para as mulheres e outros grupos marginalizados.

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.²¹⁶

Essa construção social de masculinidade estabelece padrões rígidos que moldam comportamentos e expectativas não só dos homens que tentam aderir a ela, mas também de toda a sociedade. Ao perpetuar um ideal de masculinidade que valoriza essas características apontadas, ela impõe uma pressão constante sobre os homens para que se conformem a esses ideais, muitas vezes em detrimento de suas próprias necessidades emocionais e sociais. Além disso, essa masculinidade hegemônica cria um ambiente onde outras formas de masculinidade e expressões de gênero são desvalorizadas ou marginalizadas, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e exclusões, “ao mesmo tempo que reproduz hierarquias exageradas, também vem com custos consideráveis para os vitoriosos, em termos de danos emocionais e físicos”²¹⁷.

Pensar então em uma masculinidade coletiva sustentada como, por exemplo, em uma cultura sindical é uma possibilidade já feita pela pesquisadora Cynthia Cockburn, citada por Connel em seu texto. Esse tipo de masculinização coletiva é obtida por práticas que excluem, subordinam ou marginalizam as mulheres²¹⁸.

²¹⁵ CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. p.188.

²¹⁶ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. p. 245.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 247.

²¹⁸ CONNELL, 1995, p. 191.

Outro elemento no qual podemos pensar, se relaciona a barreiras de participação das mulheres em atividades que exigem que seu tempo seja dedicado, já que uma parte significativa das mulheres é afetada pela dupla jornada. Ao pensar em barreiras para participação feminina, Hildézia de Medeiros aponta para três delas: o tempo; a falta de hábito de participação em locais tradicionalmente reservados aos homens; e a falta de encorajamento, muitas vezes de si próprias.

No caso do SEPE as barreiras são mais assim, mesmo essas que eu te falei da questão do tempo e da questão... Aliás, até esqueço, duas coisas e depois uma terceira. Na verdade, assim, a questão da disponibilidade de tempo, a questão da falta de hábito de participação no espaço tradicionalmente reservado aos homens e sindicato era um espaço reservado aos homens, né? O sindicalismo, um espaço tradicionalmente reservado aos homens. Então aí... e essa questão mesmo ... Eu acho que explica... Elas não se sentiam participantes nisso aí, vamos dizer. Não se sentiam capazes politicamente de participar com um homem, entendeu?²¹⁹

É importante pensar na questão do tempo, até porque Hildézia não é a única a apontá-lo como uma barreira. E sabemos que, no caso das professoras, as outras jornadas podem ser até mais numerosas, já que muitas delas às vezes trabalham em até três turnos para garantir um salário mais digno. Na obra de Heleieth Saffioti *A mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*, a socióloga brasileira, além de outros temas, discute sobre a dupla jornada enfrentada pelas mulheres na sociedade de classes²²⁰. Embora seja um texto antigo, e marcado por algumas limitações metodológicas, é interessante para pensar as relações entre as mulheres mais pobres e o trabalho. Saffioti demonstra como muitas mulheres, além de trabalharem fora de casa, são frequentemente sobrecarregadas com as tarefas domésticas e o cuidado com a família, resultando em uma jornada dupla e desigual em relação aos homens. Para ela:

[...] o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como resultado do exercício de uma atividade ocupacional. Seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais, nas sociedades capitalistas. Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe da família. Por tudo isso e ainda pelos arquétipos femininos que a sociedade constrói e alimenta, a adaptação da mulher às duas ordens de papéis que lhe cabem executar (se simultaneamente, de modo intermitente em grande parte dos casos) é tarefa complexa.²²¹

²¹⁹ MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

²²⁰ SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

²²¹ SAFFIOTI, 1976, p. 30.

Saffioti faz uma crítica à divisão tradicional de gênero, na qual às mulheres foram atribuídos as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos, enquanto os homens são valorizados por seu trabalho remunerado. Destaca ainda que essa dupla jornada tem consequências significativas na saúde física e mental, na participação política e desenvolvimento profissional das mulheres, argumentando que “buscar integração na estrutura de classes e entre os papéis ocupacionais e as famílias constitui, para a mulher, uma sobrecarga considerável”²²². Para a pesquisadora, a divisão desigual do trabalho limita as oportunidades das mulheres e perpetua a desigualdade de gênero. Mostra ainda como esse elemento pode ser um fator ponderável do subaproveitamento das mulheres nos mecanismos de defasa da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas, como por exemplo, na organização sindical.

Como a atividade ocupacional da mulher é colocada em segundo lugar, não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através das organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho.²²³

Rachel Soihet, por sua vez, também reflete sobre a dupla jornada. Para ela, livrar “as mulheres da dupla jornada é algo a conquistar para que as mulheres possam se afirmar como sujeitos plenos na sociedade, em parceria com os homens”²²⁴.

Outra questão importante é pensar que as mulheres podem ser afetadas por menores possibilidades de acessar espaços que lhes permitem desenvolver habilidades como por exemplo de liderança, sejam por falta de tempo, ou por não se sentirem à vontade nesses espaços. Provavelmente por causa disso, de maneira quase que unânime elas apontam a necessidade do sindicato desenvolver ações para formação política, como uma das formas de contribuir para a diminuição das desigualdades dentro do sindicato.

Filósofa e ativista brasileira, fundadora do Geledés- Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro defende o feminismo negro como uma abordagem única e fundamental para a luta contra o racismo e sexismo, uma vez que para ela as mulheres negras sofrem formas específicas de violência e discriminação, que não podem ser compreendidas a partir do feminismo pensado por mulheres brancas. Desse modo, é fundamental entender o

²²² Ibidem.

²²³ Ibidem, p. 31.

²²⁴ PIMENTA, Fabrícia. A sofisticação teórica da produção relativa à História das Mulheres e aos Estudos de Gênero: Entrevista com Rachel Soihet. **Em Tempo de Histórias**, n. 11, 2007. p.6.

entrelaçamento que molda a experiência das mulheres negras na sociedade.²²⁵ A partir das perspectivas de Carneiro, os sindicatos podem ser vistos como espaços de mobilização e organização das trabalhadoras, com potencial de promover a conscientização sobre as desigualdades raciais e de gênero. Já que para ela:

Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta.

Acredito que, nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho na autodeterminação política, soltaram suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje.²²⁶

No entanto, ainda falta representatividade e visibilidade de mulheres negras nos sindicatos. É necessário a inclusão e maior participação dessas mulheres no planejamento das ações sindicais. É fundamental considerar as múltiplas formas de opressão que as mulheres negras enfrentam, como o racismo, o sexismo, e a exploração de classe. Os sindicatos precisam abordar essas intersecções e trabalhar para superar as desigualdades que afetam as trabalhadoras negras. Podemos ver então, que neste processo de luta sindical, vários são os desafios que as mulheres militantes precisam dar atenção.

No próximo capítulo, o debate em torno das questões de gênero nos núcleos identificados será examinado, com o objetivo de compreender as diversas perspectivas e as controvérsias que emergem dessas discussões. Neste momento, porém, a análise se concentrará nas percepções das militantes consideradas "atuais", aquelas que se juntaram ao sindicato a partir da década de 1990.

²²⁵ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003. p. 49.

²²⁶ CARNEIRO, 2003, p. 53.

3 DESAFIOS, CONQUISTAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO SEPE ATUAL

Este capítulo visa explorar a dinâmica da luta e dos debates dentro do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), mais especificamente em seu Núcleo Central (Estadual) e no SEPE-Niterói, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, com foco específico na participação e luta das mulheres. Analisaremos a luta das mulheres neste contexto, investigando as diversas perspectivas e abordagens adotadas pelas diferentes militantes. Além disso, examinaremos os debates em torno das questões de gênero dentro dos núcleos apontados, buscando compreender os diferentes pontos de vista e as controvérsias que surgem em relação a essas pautas. Buscando dessa forma, não apenas registrar a luta das mulheres dentro do sindicato, este capítulo também visa destacar as complexidades e desafios que elas enfrentam neste processo, a partir de suas próprias perspectivas.

Discutiremos ainda acerca da Secretaria de Gênero e de Combate à Homofobia do SEPE/RJ (Estadual), bem como da atual Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói, analisando suas atividades recentes e destacando-as como elementos fundamentais na luta contra o machismo e outras formas de opressão dentro do sindicato e fora do sindicato, buscando compreender como estes espaços tem sido visto pelas filiadas e filiados. Estariam esses órgãos desempenhando um papel essencial no sindicato, promovendo a conscientização, a educação e a defesa dos direitos das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e de outros grupos marginalizados? Quais são as suas principais atividades? Há organização de eventos, campanhas de conscientização, grupos de apoio e o enfrentamento direto de situações de discriminação e violência? Essas secretarias são consideradas elementos fundamentais na luta contínua contra o machismo, a homofobia e outras formas de opressão dentro do SEPE por sua base? Como a atuação desses espaços vem sendo percebida pelas militantes e ex-militantes dos diferentes núcleos?

A análise das entrevistas de militantes atuais do sindicato trouxe à tona questões cruciais. Questões relacionadas não só à identificação das desigualdades de gênero no movimento sindical e no sistema educacional, mas também outras que permitem detectar os movimentos e iniciativas das mulheres do sindicato para enfrentar esses problemas. Isto significa desde as lutas mais amplas por salários justos e por mais vagas em escolas de Educação Infantil a políticas de proteção contra assédio e discriminação às mulheres. Até as lutas e debates mais restritos ao sindicato, como por exemplo o debate sobre a importância da

representatividade feminina em cargos de liderança sindical e nos processos decisórios do sindicato, que visam ampliar a participação e influência das mulheres nas tomadas de decisão e na definição da agenda sindical. Ou mesmo a luta das mães dentro do SEPE-RJ por “creches” em dias de assembleia.

É importante salientar que, no caso da luta por mais vagas para as crianças na Educação Infantil, além de firmar o compromisso com a luta pelo direito à educação desde a primeira infância, também é impulsionada pela realidade de muitas mulheres que participam do sindicato, ou que fazem parte da comunidade escolar, e são mães. Essa é uma realidade vivida por muitas profissionais da educação (professoras, merendeiras, secretárias...). No caso das demandas por creches durante as assembleias sindicais, estão relacionadas diretamente ao direito à participação igualitária das mulheres nas atividades do sindicato, que na maior parte das vezes são as responsáveis quase que integrais por suas filhas e filhos. Dito isto, este capítulo traz também luz aos desafios enfrentados pelas mulheres no SEPE, as conquistas alcançadas até o momento e as perspectivas para o futuro dessa luta contínua pela igualdade de gênero e justiça dentro e fora do sindicato.

3.1 As entrevistadas: Militantes atuais

A análise das entrevistas realizadas neste estudo se concentra nas vozes das mulheres consideradas como militantes atuais do SEPE, de seu núcleo Estadual e do Município de Niterói. Estão sendo consideradas como “atuais”, militantes e ex-militantes que tiveram atuação no sindicato a partir das décadas de 1990, 2000 e 2010. Essas entrevistadas oferecem relatos sobre suas experiências pessoais e profissionais, permitindo uma compreensão mais profunda não apenas de suas próprias trajetórias, mas também dos desafios e conquistas enfrentados pelas mulheres no contexto do movimento sindical e da educação. Todas as entrevistas em questão foram realizadas remotamente, através do *Google Meet*, entre 2022 e 2024. Todas elas foram conduzidas de acordo com a metodologia da História Oral.

Ao longo das entrevistas, as participantes oferecem uma gama de perspectivas e insights sobre suas vivências como mulheres sindicalistas e educadoras. Suas narrativas servem para iluminar as lutas e conquistas enfrentadas no âmbito do sindicato. Além disso, as entrevistadas compartilham interpretações e reinterpretações de suas trajetórias, oferecendo uma visão rica e multifacetada de suas jornadas pessoais e profissionais. Desse modo, suas reflexões não apenas enriquecem nossa compreensão das complexidades do ativismo feminino, mas assim como as entrevistas das feministas históricas, contribuem para uma

compreensão mais abrangente da história das lutas e trajetórias das mulheres no Brasil. Acreditamos que por meio do compartilhamento coletivo de suas experiências e análises, essas mulheres também podem de certa forma inspirar e fortalecer o movimento sindical como um todo, reafirmando o poder e a importância das vozes femininas na construção de um sindicalismo mais inclusivo, igualitário e democrático.

As entrevistadas são: Eliane Souza Peçanha, 56 anos; Bárbara Sinedino, 37 anos; Gleicimar Gonçalves de Lima, 61 anos; Kerley Teodora de Arruda, 55 anos; Anathyele Brandt, 33 anos; Mônica Caetano Gonçalves, 51 anos; Lilian Silva, 64 anos; Geórgia Oliveira, 45 anos; Danielle Bornia, 43 anos e Sara Busquet Magalhães, 29 anos. Suas diferentes entrevistas se cruzam em vários momentos, pois algumas militantes têm atuação tanto no SEPE/RJ, que abrange a rede estadual de ensino, quanto no SEPE-Niterói e outros núcleos municipais e regionais. Este cruzamento ocorre não somente devido à natureza da militância sindical, que muitas vezes exige uma participação ampla e abrangente em diferentes esferas e instâncias do movimento sindical, mas também devido à forma como geralmente está organizado o trabalho docente no estado do Rio de Janeiro, cargo com mais participação no sindicato. É comum que as professoras trabalhem em ao menos duas redes de ensino, rede estadual e municipal, ou mesmo na rede privada, levando assim ao envolvimento com os diferentes núcleos do sindicato.

Eliane Souza Peçanha, 56 anos, mulher negra, cisgênero, mãe de dois meninos, é militante ativa do SEPE-Niterói fazendo parte da Chapa 3 "SEPE na Luta Educadora", sem filiação partidária. Nasceu e cresceu em Niterói, no bairro de Santa Rosa, e atualmente mora no mesmo município. Filha de uma mãe doméstica e um pai policial militar brizolista, desde cedo ela foi exposta às lutas por justiça e igualdade social. Eliane sempre estudou em escola pública, tendo estudado na Escola Estadual São Domingos Sávio, no Colégio Estadual Joaquim Távora e no Liceu Nilo Peçanha, todas as escolas no município de Niterói. Durante sua vida escolar, conta que sofreu bastante com o racismo, em especial em suas primeiras escolas. Para ela, no Nilo Peçanha foi mais tranquilo, segundo Eliane, lá os estudantes eram mais politizados. Eliane é uma educadora com formação em Geografia pela UFF e pós-graduação em Geografia do Brasil pela mesma universidade. Sua jornada de ativismo junto ao SEPE começou em 1994, neste período trabalhava em um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), concursada como auxiliar de biblioteca. Em 1998, logo que concluiu a graduação em geografia, entrou para a rede estadual como professora de geografia concursada. Sua carreira na educação pública foi marcada por desafios, especialmente enfrentando o racismo e o sexismo presentes na sociedade e em algumas instituições

educacionais onde trabalhou. No entanto, ela encontrou maneiras de transformar essas adversidades em oportunidades de ensino e conscientização, especialmente ao abordar em suas aulas temas como desigualdade social e justiça. Durante uma das greves da rede estadual, em 2011, ela “mergulhou de cabeça” no movimento sindical e passou a militar mais ativamente no SEPE. Além de seu trabalho sindical, Eliane também se envolve em iniciativas comunitárias, como grupos de mulheres trabalhadoras, demonstrando seu compromisso não apenas com a classe trabalhadora, mas também com a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Atualmente aposentada na rede estadual, Eliane continua ativa na rede municipal do Rio de Janeiro, garantindo que sua voz seja ouvida e seus ideais sejam defendidos. Está em sua terceira gestão na direção do SEPE, sendo atualmente uma das responsáveis pela Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói. Embora não seja professora da rede de Niterói, Eliane escolheu este núcleo para militar devido a sua localização, já que reside em Niterói.²²⁷

Bárbara Sinedino, de 37 anos, é uma militante ativa do SEPE Central, integrando a Chapa 4 "Oposição Independente Democrática e de Luta: Por um SEPE da Categoria". Mulher branca, cisgênero, nascida no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, em uma família de classe média, Bárbara tem dois irmãos e seus pais estão casados há mais de 40 anos. Durante duas gestões, entre 2015 e 2018 e posteriormente entre 2018 e 2021, Bárbara fez parte da direção colegiada do SEPE Central. Professora de Artes, leciona na rede estadual e na rede municipal do Rio de Janeiro, atuando nas Regionais I (Centro do Rio) e V (Campo Grande). Residiu em Campo Grande, enquanto esteve casada, mas após a separação, retornou para Santa Teresa. Bárbara estudou no Colégio de Aplicação da UFRJ, onde ingressou aos oito anos de idade. Foi nessa instituição que seu interesse pelas lutas políticas foi despertado. Durante o Ensino Médio, participou ativamente de greves e outros movimentos políticos significativos para a sua escola, sobressaindo desde muito cedo como uma liderança. Integrou a direção do grêmio escolar do colégio em 2002, 2003 e 2004, ano em que deixou a escola. Entre 2005 e 2008, Bárbara cursou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), porém, não concluiu o curso devido à sua insatisfação com o rumo dos estudos. Durante sua permanência na UFF, participou do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais e do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFF). Após deixar a UFF, dedicou-se aos estudos em Artes Cênicas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de 2008 a 2012. Filha de um dirigente sindical petroleiro, Bárbara encontrou em seu pai uma referência,

²²⁷ PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

mesmo que ele não a tenha incentivado diretamente. Pelo contrário, de certa forma, ele buscou mantê-la distante do movimento, porém, sua influência foi evidente em seu engajamento posterior. Sua mãe foi, para ela um exemplo de autoafirmação feminina e determinação. Nas eleições de 2022, Bárbara foi candidata a senadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).²²⁸

Gleicimar Gonçalves de Lima, de 61 anos, é uma militante ativa do SEPE Niterói, integrando a Chapa 4 "Oposição Independente Democrática e de Luta: Por um SEPE da Categoria", sem filiação partidária. Mulher negra e cisgênero, Gleicimar nasceu no Rio Grande do Sul e atualmente reside em Niterói (RJ). Sua jornada rumo à militância sindical é marcada por uma história de superação e determinação. Aos 12 anos, Gleicimar deixou sua terra natal e veio para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como babá e empregada doméstica para uma família de classe média. Durante sua infância e adolescência, foi privada da oportunidade de frequentar a escola. No entanto, seu desejo ardente por conhecimento a impulsionou a buscar educação assim que alcançou a maioridade. Ela se matriculou em uma escola, concluiu o ensino fundamental por meio de supletivo e posteriormente ingressou no ensino médio na então conhecida modalidade "normal", formando-se como professora em 1990. Enquanto perseguia sua formação acadêmica, Gleicimar teve que lidar com desafios pessoais, incluindo a responsabilidade de criar sua filha, a quem teve que deixar sob os cuidados da avó no Sul. Durante seus estudos, ela residiu na Casa do Estudante, em Niterói, onde também permaneceu durante sua graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os anos de 1992 e 1997. Ainda como estudante do curso normal, Gleicimar foi aprovada em um concurso para docente das séries iniciais da rede municipal de São Gonçalo (RJ) e foi convocada enquanto ainda estava no início de sua graduação. Mesmo não sendo filiada a nenhum grupo organizado, sua consciência política e sua ligação com as questões do magistério a levaram a se filiar ao SEPE- São Gonçalo assim que tomou posse como professora. Em 2000, após ser aprovada em um novo concurso para as séries iniciais da rede municipal de Niterói, ela também se tornou membro do SEPE Niterói. Gleicimar desempenhou papéis importantes nas direções dos SEPE's São Gonçalo e Niterói por cerca de seis anos. Participou ativamente de uma das greves mais significativas para a rede municipal de Niterói, a greve de 2005, que resultou em conquistas importantes para a categoria. Sempre que pode, está envolvida nas lutas do SEPE- Central.²²⁹

²²⁸ SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

²²⁹ LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

Kerley Teodora de Arruda, 55 anos, é militante ativa do SEPE-Niterói, integrando a chapa 3 "SEPE na Luta Educadora", sem filiação partidária. Nascida em São Gonçalo (RJ) em 5 de setembro de 1968, ainda reside na mesma cidade. Kerley, mulher negra, cisgênero, também com herança indígena. Além disso, Kerley se autodeclara cristã/evangélica e frequenta a Igreja Assembleia de Deus Ministério Filadélfia, localizada no bairro de Jardim Catarina (SG). Criada em meio a desafios financeiros após a separação de seus pais durante sua infância, Kerley sempre demonstrou interesse pela política, especialmente influenciada pelas conversas com seu pai, um ex-militante do movimento estudantil durante a ditadura civil-militar brasileira. Apesar de ter morado em áreas diversas, desde Jardim Catarina até a Trindade, e também em um condomínio de classe média no bairro de Alcântara, Kerley faz questão de ressaltar que nunca se considerou parte da classe média. Iniciou seus estudos acadêmicos em 1990, aos 22 anos, no curso de Terapia Ocupacional na Escola Superior de Ensino Helena Antipoff da Associação Pestalozzi de Niterói. No entanto, sua trajetória acadêmica foi interrompida pela maternidade precoce e seu casamento. Após uma década, enfrentou o divórcio e assumiu sozinha criação das suas três crianças, trabalhando com vendas para garantir o sustento da família. Em 2003, ingressou na rede municipal de Niterói como "merendeira escolar", sendo alocada na UMEI Marly Sarney, em Santa Bárbara. Foi nesse ambiente que despertou sua paixão pela militância sindical. Mesmo enfrentando problemas de saúde, causados por hérnias de disco cervicais e lombares em 2010, decorrentes de seu trabalho na cozinha escolar, Kerley permaneceu engajada. Durante um bom período, Kerley foi readaptada como auxiliar de coordenação de turno e anos depois retornou à função de "merendeira escolar". Desde então, tem sido uma presença ativa no sindicato, ocupando atualmente o cargo de diretora da secretaria de funcionários, onde atende auxiliares de portaria, cozinheiras, inspetores e inspetoras, conhecidos como "pessoal de apoio" das escolas. Kerley é uma das seis pessoas na rede municipal de Niterói que possui licença sindical, destacando-se como uma voz representativa na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação.²³⁰

Anathyele Brandt, 33 anos, é uma militante ativa do SEPE Niterói, fazendo parte da Chapa 3 "SEPE na Luta Educadora", sem filiação partidária. Mulher branca e cisgênero, nasceu em São Gonçalo (RJ) em 1990 e atualmente reside no bairro Maria Paula, na mesma cidade. Criada como filha única, relata que teve uma infância feliz, repleta de brincadeiras e carinho, cercada por muitos primos. Durante sua formação acadêmica, Anathyele frequentou

²³⁰ ARRUDA, Kerley Teodora de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

o curso normal no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC) em Niterói, entre os anos de 2006 e 2008. Desde cedo, demonstrou interesse pela participação ativa na vida estudantil, ingressando no Diretório Acadêmico Anísio Teixeira durante sua graduação. Profissionalmente, Anathyele já atuou como professora em escolas particulares e atualmente leciona para as séries iniciais em duas redes municipais do estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Niterói e Maricá. Além de sua dedicação ao ensino, ela também é mãe e esposa, compartilhando sua vida com um parceiro. Apesar de não ter tido influência familiar direta em sua militância, Anathyele atribui seu desejo de engajamento a uma busca pessoal, resultado de sua própria inquietação e questionamento ao longo de sua jornada. Durante o ensino médio, onde demonstrou um bom aproveitamento acadêmico, ela começou a manifestar seu interesse pela luta por direitos ao participar de seus primeiros protestos, incluindo os movimentos pelo "passe livre" para estudantes da rede pública de ensino, que segundo ela, deixaram uma marca profunda em sua memória.²³¹

Mônica Caetano Gonçalves, mulher branca, com 51 anos de idade, é uma militante ativa tanto no SEPE- Niterói quanto no SEPE Estadual, integrando a Chapa 4 "Oposição Independente Democrática e de Luta: Por um SEPE da Categoria", sem filiação partidária. Nascida em Niterói (RJ), Mônica cresceu em uma família de classe média, onde seu pai atuava como comerciante e sua mãe dedicava-se integralmente ao lar. Sua trajetória educacional foi marcada por estudos em escolas particulares, culminando no Ensino Médio na modalidade Normal no Colégio Salesiano, localizado no bairro de Santa Rosa. Posteriormente, ingressou na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde cursou História. Enquanto ainda era estudante universitária, Mônica foi aprovada em um concurso público para a rede estadual de educação, iniciando sua carreira como professora das séries iniciais, em 1994. Logo depois que entrou para o Estado, presenciou na rede a organização de uma nova greve. Foi a partir desse momento que ela também se envolveu com o SEPE Central, dando início à sua militância sindical. Após quase uma década lecionando para as séries iniciais, Mônica decidiu realizar uma segunda graduação em Artes. Essa nova formação possibilitou sua aprovação em outro concurso, agora para lecionar como professora de Artes na rede municipal de Niterói. Atualmente, ela continua sua atuação militante tanto no SEPE Central quanto no SEPE Niterói. O interesse de Mônica pela militância sindical remonta aos seus anos de faculdade. Embora tenha participado brevemente do Movimento Estudantil durante a graduação, sua tomada de posse no concurso público a afastou temporariamente

²³¹ BRANDT, Anathyele. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de junho de 2022.

dessa atividade. No entanto, seu envolvimento com a militância foi reforçado ao descobrir que um de seus avôs era maçom e tinha participado do antigo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para Mônica, seu interesse pela militância é uma extensão de sua postura questionadora diante das questões da vida e da educação.²³²

Lilian Silva, de 64 anos, parda e cisgênero, é uma militante ativa do SEPE Niterói, integrando a Chapa 4 "Oposição Independente Democrática e de Luta: Por um SEPE da Categoria". Nascida em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, Lilian vem de uma família marcada por desafios e uma diversidade de origens. Sua mãe, de origem indígena, trabalhava como costureira, enquanto seu pai, filho de uma mulher negra e um homem branco português, era mestre arrais nas Barcas de Niterói. A infância de Lilian foi permeada por dificuldades, especialmente após a separação de seus pais, quando ela ainda era muito jovem. Apesar das adversidades, ela teve a oportunidade de frequentar escolas particulares, em parte graças ao apoio financeiro de seu pai. A escolha pelo curso normal foi, de certa forma, compulsória, mas logo Lilian descobriu um verdadeiro prazer na profissão docente. Durante seus estudos de Pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF), ela se envolveu no movimento estudantil e participou do Projeto Rondon²³³, iniciativa organizada pela ditadura civil-militar. Sua participação no projeto a levou para o interior do Pará, então Território Federal de Rondônia, onde teve contato com militantes que estavam se organizando para formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Lilian se engajou na militância durante seus treze anos em Rondônia, onde também trabalhou como sanitaria e obteve uma Pós-Graduação em Saúde Pública pela Fiocruz. Após enfrentar a violência doméstica, Lilian encontrou apoio em uma rede de solidariedade e, em 1992, conseguiu uma transferência para a UFF como Técnica de Assuntos Educacionais, permitindo-lhe fugir de Porto Velho com seus filhos e retornar para Niterói. Em 1994, ela prestou concurso para a rede pública municipal de Niterói e começou a trabalhar em uma escola no bairro Ponta da Areia. Foi lá que ela iniciou sua militância no SEPE Niterói, onde continua ativa até os dias de hoje.²³⁴

Daniele Bornia, mulher cisgênero, 43 anos, nascida em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, tem origens familiares distintas, sendo descendente de japoneses pelo lado paterno e de palestinos pelo lado materno. Seu avô paterno veio como refugiado para o Brasil.

²³² GONÇALVES, Mônica. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de maio de 2022.

²³³ Durante a ditadura civil-militar, o Governo Emílio Médici lançou o Projeto Rondon, em 11 de julho de 1967. Com o lema "integrar para não entregar", o projeto buscava unificar o país e impulsionar o desenvolvimento, alinhado à doutrina de segurança nacional. Ele envolvia estudantes universitários voluntários em ações de extensão, levando ajuda para comunidades carentes e remotas do interior do Brasil. Apesar de se concentrar em ações de assistência, críticos argumentavam que o projeto também visava influenciar o movimento estudantil.

²³⁴ SILVA, Lilian. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 26 de junho de 2022.

Viveu sua infância em Campo Grande (MS), frequentou principalmente escolas públicas e afirma ter sido uma criança muito tímida. Quando tinha 15 anos mudou-se para o Estado do Rio de Janeiro com sua mãe e irmãos. Sua mãe era bancária do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ)²³⁵ e foi transferida para uma agência em Itatiaia, no interior do estado, devido aos problemas financeiros do BANERJ, que resultou no fechamento de várias agências e que mais adiante ocasionaria em sua privatização. Em 1999, aos 19 anos, mudou-se para Niterói para cursar Nutrição na UFF. Sua militância no movimento estudantil começou com sua participação nas atividades do DCE, que na época era liderado pelo PSTU. A partir desse contato, ela envolveu-se em assembleias e reuniões dos conselhos de Centros Acadêmicos, além de fóruns da executiva dos estudantes de Nutrição. Ao concluir o curso de Nutrição iniciou na mesma universidade o curso de Ciências Sociais. Durante sua graduação em Ciências Sociais, Daniele aproximou-se do SEPE, inicialmente como membra do PSTU, acompanhando as atividades dos militantes do partido nesse sindicato. Essa experiência a levou a decidir que, após concluir sua graduação, iria dedicar-se ao movimento sindical da educação. Desde esse momento ela passou a participar ativamente das atividades, assembleias e greves, inclusive acompanhando a greve de 2011 na rede municipal. Enquanto ainda era estudante de Ciências Sociais, Daniele participou de um concurso para agente de administração educacional na rede municipal de Niterói, começando a trabalhar lá em 2012, onde permanece até hoje. Dentro do SEPE, ela já ocupou diversos cargos e também direções.²³⁶

Sara Busquet Magalhães, 29 anos, nascida e criada em São Gonçalo, no bairro Brasilândia, mulher branca, cisgênero, bissexual, sem filiação partidária, traz consigo uma história de engajamento e compromisso com a educação pública e os direitos trabalhistas. Atualmente mora no bairro Vila Lage, no mesmo município. Para Sara, sua vida é atravessada pelo fato de ser filha de uma professora da rede pública. Sua mãe também é professora da rede municipal e foi diretora em duas escolas públicas. Seus pais militaram durante o início dos anos 2000 no PCdoB, o que a influenciou. Sara passou grande parte de sua vida na escola, já que mesmo quando não estava estudando, sua mãe a levava para o trabalho. Estudou seus primeiros anos escolares em escola particular. Durante o ensino médio, fez o curso normal no Instituto de Educação Clélia Nanci. Entre 2013 e 2017, estudou pedagogia na UERJ-FFP, onde participou do DCE e do Centro Acadêmico. Entre 2018 e 2020, fez mestrado no

²³⁵ Antes de sua privatização o BANERJ tinha filiais em todas as capitais do Brasil. Contando com mais de 200 agências.

²³⁶ BORNIA, Danielle. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da UERJ-FFP. Durante o período em que estava concluindo a graduação em pedagogia, Sara começou a trabalhar como professora contratada de apoio especializado na rede municipal de Niterói. Em 2016, fez o concurso para professora de Apoio Especializado de Niterói e foi convocada em 2019. Durante seus anos como professora contratada e, posteriormente, como concursada, Sara mergulhou de cabeça na educação especial, aprendendo Libras e participando de diversos cursos e grupos de pesquisa sobre o assunto. Sua paixão pela área se intensificou ao longo do tempo, culminando em seu mestrado, cujo tema foi inspirado por um de seus alunos com deficiência. Apesar de enfrentar seus próprios desafios pessoais, incluindo o diagnóstico tardio de autismo, Sara sempre buscou formas de transformar suas experiências em oportunidades de aprendizado e crescimento. Em 2019, antes mesmo de entrar na rede municipal, Sara deu início a sua militância na base do SEPE-Niterói, na luta pela convocação dos profissionais que haviam feito o concurso de Niterói em 2016. Desde 2022, Sara está na direção do núcleo e atualmente faz parte da Secretaria de Assuntos Educacionais e da Secretaria de Comunicação do SEPE-Niterói, e é uma das pessoas da direção que tem licença sindical na rede municipal de Niterói, fazendo parte da Chapa 3 "SEPE na Luta Educadora".²³⁷

Das entrevistadas, parte significativa é composta por mulheres brancas de classe média, todas cisgênero, que atualmente trabalham ou já atuaram no primeiro segmento de Ensino Fundamental. A formação predominante em áreas ligadas às Ciências Humanas e o envolvimento no movimento estudantil durante a escola ou universidade são características comuns entre elas. Essa homogeneidade em termos de perfil demográfico e trajetória profissional sugere uma convergência de experiências que pode influenciar suas experiências e perspectivas. No entanto, suas experiências pessoais e profissionais também apresentam variações que enriquecem a diversidade de abordagens e opiniões no grupo. Essas características comuns e distintas entre as entrevistadas fornecem um contexto valioso para a análise do próximo tópico.

²³⁷ MAGALHÃES, Sara Busquet. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

3.2 A Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia: qual a importância da pauta das mulheres no SEPE/RJ?

A Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia do SEPE Central, conforme estabelecido no Art. 52 do Estatuto do sindicato, possui competências importantes que visam a organização de atividades relacionadas ao combate às discriminações de gênero e orientação sexual. No entanto, informações precisas sobre quando a secretaria foi criada não foram encontradas até a escrita deste capítulo.²³⁸ Conforme relatado por Gleicimar Gonçalves de Lima, que fez uma monografia sobre a Secretaria como trabalho de conclusão no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF, a Secretaria de Gênero e combate à Homofobia do SEPE/RJ pode ter sua origem identificada no contexto das discussões sobre as opressões debatidas na CUT entre a década de 1990 e o início dos anos 2000. Gleicimar, ao ser perguntada sobre a origem da Secretaria, relembra:

Inclusive eu fiz um trabalho sobre a secretaria e como surgiu essa secretaria no SEPE. E ela veio no bojo das discussões da CUT. Dentro da CUT tinha militantes do movimento [...]. E a central sindical respondia por vários sindicatos, inclusive o SEPE. Foi então que se criou a Secretaria.

Provavelmente as atividades da Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia nos últimos anos podem ter sido registradas em documentos do sindicato, como atas de assembleias, relatórios de atividades, publicações, comunicados e registros de eventos nas redes sociais. Entretanto, em seu site oficial há pouquíssimos registros de suas atividades²³⁹. Algumas informações, foram encontradas a partir de documentos oficiais do sindicato, como por exemplo o Estatuto do SEPE/RJ. Vejamos.

Conforme seu Artigo 40 do estatuto, a direção estadual (central) do sindicato é composta por várias coordenações, incluindo a Coordenação de Gênero e Combate a Homofobia. Inicialmente, o que a existência desta coordenação parece indicar é o compromisso da organização em abordar questões de gênero e diversidade sexual de maneira sistemática e engajada, reconhecendo a necessidade de uma representação adequada e da promoção de políticas inclusivas dentro do ambiente sindical. Dentro desta perspectiva, ao

²³⁸ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto do SEPE/RJ**. Disponível em: <https://www.noticiasdebelfordroxo.com/p/estatuto-sepe-rj.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

²³⁹ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia**. Disponível em: <https://seperj.org.br/genero-e-combate-a-homofobia/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

garantir uma Coordenação específica para essas pautas, o SEPE/RJ estaria reafirmando seu comprometimento com a promoção da igualdade, da não discriminação e do respeito à diversidade em todas as esferas de sua atuação. Segundo ainda o estatuto, esta coordenação é sempre formada por 2 (duas) pessoas. Nos últimos mandatos esta coordenação foi composta por mulheres.

A Direção Estadual do SEPE é composta por um colegiado formado por 5 (cinco) coordenadores-gerais, 9 (nove) coordenadores da Capital, 8 (oito) coordenadores do interior, 3 (três) diretores de assuntos ligados aos funcionários administrativos, 3 (três) diretores de assuntos ligados aos aposentados, 4 (quatro) diretores de cultura e formação sindical e assuntos educacionais, 3 (três) diretores de assuntos jurídicos, 3 (três) diretores de imprensa e comunicação, 3 (três) diretores de saúde e direitos humanos, 3 (três) diretores de finanças, 2 (dois) diretores de gênero e combate à homofobia e 2 (dois) diretores de combate à discriminação racial.²⁴⁰

Assim como em seus núcleos municipais e regionais, o mandato das diretorias eleitas no SEPE/ RJ (Estadual) tem duração de três anos, logo, os mandatos dessas coordenações seguem a mesma lógica. Nos últimos três mandatos entre 2015/2018, 2018/2021 e 2022/2025 (vigente), aparecem como coordenadoras os nomes de Helenita Maria Beserra da Silva (2018/2021), Bárbara Del-Penho Sinedino Pinheira (2018/2021)²⁴¹, Maria Nolte (2022/2025) e Ana Carolina de Almeida Vieira Rocha (2022/2025)²⁴².

Conforme Artigo 52 do estatuto, às coordenadoras, responsáveis pela Secretaria de Gênero e Combate a Homofobia compete:

- I- Organizar as atividades do SEPE/RJ relacionadas ao combate às discriminações de gênero e orientação sexual em nossa sociedade.
- II- Propor o desenvolvimento de publicações, eventos e encontros com o objetivo de ampliar a participação dos profissionais de educação na luta pelo preconceito em suas várias formas;
- III- Coordenar as iniciativas do Sindicato para criar uma aliança entre os oprimidos da sociedade, incluindo os portadores de necessidades especiais, contra a desigualdade, na busca da unidade e respeitando as diferenças.²⁴³

Como vem ocorrendo a organização dessas atividades nesses últimos mandatos? Houve publicações, eventos e encontros com o objetivo a participação do sindicato na luta

²⁴⁰ Direção Estadual do SEPE. **Estatuto do SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/10/ESTATUTO-2021.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023 . p.7.

²⁴¹ SEPE RJ. **Nominata 2018-2021** [documento em PDF]. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/NOMINATA_2018-2021.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

²⁴² SEPE RJ. **Nominata SEPE Central - Gestão 22/25** [documento em PDF]. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2023/12/NOMINATA-SEPE-CENTRAL-GESTAO-22-25-ATUALIZADA-16-NOV-23.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

²⁴³ Direção Estadual do SEPE. **Estatuto do SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/10/ESTATUTO-2021.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023 . p.10.

pelo preconceito em suas várias formas? Quais tem sido as iniciativas do SEPE/RJ contra as desigualdades?

Através das entrevistas de história oral, foi possível compreender um pouco mais do funcionamento da secretaria. Todavia, com o objetivo de ampliar o debate, enriquecer e contextualizar as narrativas obtidas, além das fontes orais, objeto de análise principal deste trabalho, recorreremos à outras fontes de pesquisa, entre elas, materiais resultantes de pesquisas no site oficial do SEPE/RJ e nas redes sociais, mais especificamente na página oficial do sindicato no *Facebook*.

Verena Alberti, ao tratar da análise das fontes orais, argumenta a favor da importância da consideração de diversas fontes, tanto primárias quanto secundárias, no confronto das entrevistas de História Oral, podendo ter essas fontes diversos formatos²⁴⁴. No caso desta pesquisa, a comparações com os materiais encontrados nas redes sociais, permitiram avaliar, por exemplo, a frequência e a atenção dadas pelo sindicato as atividades organizadas por esta Secretaria de Gênero.

Bárbara Sinedino, coordenadora da Secretária de Gênero e Combate à Homofobia do SEPE Central entre os anos 2018 e 2021²⁴⁵, relata em sua entrevista sobre o processo de votação e constituição da direção do SEPE. Como já vimos, as eleições, tanto da Diretoria Estadual e diretorias dos núcleos regionais ocorrem de três em três anos. Conforme o estatuto, participantes da diretoria são eleitas ou eleitos em chapa completa, por votação direta por filiadas e filiados efetivos (contribuintes do 1% do salário). Após as eleições, as diretorias do SEPE/RJ, núcleos e regionais são eleitas conforme a proporcionalidade direta e qualificada na base e sua composição se dará pela aferição dos votos válidos depositados nas urnas. Após relação percentual entre as chapas que comporão a nova direção, aplica-se esta relação aos números dos membros da direção do SEPE/RJ (48 diretores titulares e 12 suplentes). Depois de determinar quantos membros cada chapa pode ter, tanto titulares quanto suplentes, aqueles listados em cada chapa serão considerados eleitos para ocupar os cargos de direção e suplência. As chapas escolhem quem ocupará esses cargos, levando em conta a pontuação de cada membro eleito, e os cargos são preenchidos proporcionalmente aos votos recebidos nas eleições.

²⁴⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202. p. 187.

²⁴⁵ SEPE RJ. **Nominata 2018-2021** [documento em PDF]. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/NOMINATA_2018-2021.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

No SEPE, a direção segue uma proporção eleitoral. As chapas são eleitas de acordo com a proporção de votos recebidos e ocupam cargos correspondentes a essa proporção. Após a eleição, ocorre uma reunião chamada "puxadinho", crucial para que as chapas selecionem os cargos que desejam ocupar. Geralmente, a primeira opção é a tesouraria, seguida pela coordenação geral, e assim por diante. Minha chapa, foi a menos votada, e o cargo disponível para nós na última gestão foi a Secretaria de Gênero, considerado o menos desejado entre os 48 cargos existentes no SEPE Central. Nesta gestão, novamente ficamos em último lugar, mas tivemos a oportunidade de escolher nossos cargos. Optamos pela coordenação geral, para poder estar, digamos assim, “à frente do debate político”. Mas o segundo cargo que a gente escolheu foi o de gênero. Foi uma escolha nossa, inclusive do agrupamento que a gente é parte.²⁴⁶

Bárbara Sinedino parece destacar que, no contexto do SEPE, a Secretaria de Gênero não recebe a devida atenção ou valorização por parte de alguns membros da direção ou da categoria em geral. Ela descreve a distribuição de cargos na direção do sindicato, que segue uma proporção eleitoral após as eleições, e que geralmente a Secretaria de Gênero não é uma das primeiras escolhas das chapas, sendo vista como menos desejada entre os 48 cargos disponíveis no SEPE Central. Mesmo quando sua chapa teve a oportunidade de escolher cargos, eles optaram por outros antes da Secretaria de Gênero. No entanto, ela destaca que, apesar disso, sua chapa decidiu escolher a Secretaria de Gênero como seu segundo cargo, buscando demonstrar um compromisso do seu grupo com as questões de gênero e a importância de dar destaque a essas questões no debate político do sindicato. Outra questão levantada por Bárbara é sobre o nome da secretaria. Para ela, a existência no SEPE Central de uma secretária nomeada de Secretaria de Gênero e Combate a Homofobia, é a insistência de algo que já deveria ter sido ultrapassada, mas o seu debate acaba sempre ficando em segundo plano:

A Secretaria de Gênero do SEPE até hoje se chama Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia, que é um termo que a gente não usa mais há muito tempo. O certo seria chamar LGBTQIA+fobia. E quando eu era da gestão, a minha proposta era que a gente transformasse, que a gente mudasse o nome da secretaria. Isso só pode ser feito oficialmente no Congresso. Então, quando era da direção, eu falava que esse era o nome social “Secretaria LGBTQIA+”. Ou então eu acho que tem que ser “Secretaria de Gênero e Direitos LGBTQIA+”. Eu acho que tem que ser isso.²⁴⁷

Sinedino aborda a nomenclatura da Secretaria de Gênero do SEPE, destacando que o termo "Combate à Homofobia" está desatualizado e não reflete mais a abordagem adequada para as questões de gênero e sexualidade. Ela sugere que o termo LGBTQIA+ seria mais

²⁴⁶ SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

²⁴⁷ SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

apropriado e inclusivo. Além disso, em outro momento, propõe substituir "combate" por "direitos", enfatizando uma abordagem mais positiva e centrada na promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Mas ainda assim, ela vê a existência da Secretaria como um avanço.

Eu cheguei e essa secretaria já existia. Certamente, apesar das limitações do nome, de tudo o que eu falei, a existência dela já é um avanço. E é também fruto da luta das mulheres, porque tenho certeza absoluta de que na fundação do SEPE não existia essa secretaria.²⁴⁸

Fica evidenciado, além disso, em muitos momentos da fala da Bárbara que, embora a secretaria exista, ela não estava até aquele momento muito ativa ou engajada. Ela menciona que, durante sua gestão, enfrentou dificuldades para encaminhar as ações, em parte devido à presença de uma pessoa na secretaria que não estava tão envolvida na linha de frente da luta. E em parte porque havia várias formas de secundarização das lutas ligadas a esta secretaria.

Este processo apontado por militantes de secundarização da luta das mulheres no SEPE Central nos últimos anos fica evidenciado também nas falas de Gleicimar Lima. Quando perguntada sobre a existência de pautas exclusivas para as mulheres, ela argumenta:

Mas isso vai depender muito da força política e da militância daquela força política. Mas sempre tem essa pauta. A questão das mulheres, tem a disputa de como que vai se encaminhar política. Na questão das datas de março, por exemplo. Sempre existe, entendeu? Embora, por exemplo, é um sindicato... assim como a gente fala, a maioria professora, a maioria é mulher, então o certo seria ter muito mais do que tem. É muito mais voltado para as questões econômicas, nas questões de infraestrutura do que, especificamente, dos problemas que a mulher enfrenta na sociedade [...]. Eu vejo o sindicato muito voltado para a questão econômica e para a questão da infraestrutura e ampliação também da rede.²⁴⁹

A fala de Gleicimar indica que a representatividade das mulheres dentro do sindicato ainda não corresponde ao esperado, especialmente considerando que a maioria dos professores são mulheres. Destaca que o sindicato muitas vezes prioriza questões econômicas e de infraestrutura em detrimento dos problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade, como, por exemplo, dupla jornada de trabalho e ou mesmo os desafios da maternidade. Argumenta ainda:

²⁴⁸ SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

²⁴⁹ LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

Eu acredito que essa reflexão se deve ao entendimento de como você prioriza na análise da conjuntura política, não é mesmo? Porque o sindicato é uma coisa, é uma situação, uma organização para lutas imediatas. A gente é impulsionada por isso, nessa luta imediata que a gente fala do dinheiro, da remuneração, das condições de trabalho. E parece que as mulheres não utilizam o sindicato como um instrumento para suas próprias lutas nessa batalha por creches, por exemplo.²⁵⁰

Todavia, a entrevista com Bárbara Sinedino, aponta para um processo de desenvolvimento e melhoria na atuação desta secretaria:

A atual titular da Secretaria de Gênero é uma companheira do nosso grupo chamada Mariana. Temos várias propostas para essa secretaria, incluindo o combate ao assédio nas escolas, uma questão séria que muitas vezes é negligenciada pelo SEPE. Pretendemos realizar uma campanha de conscientização sobre este assunto, pois é alarmante. As alunas sofrem frequentemente assédio, inclusive de professores do sexo masculino, uma situação extremamente delicada. Queremos educar nossa categoria sobre este tema e trabalhar para combater a violência e o assédio nas escolas.²⁵¹

Bárbara ressalta que a secretaria inicia o novo mandato com várias propostas, uma delas é combater o assédio nas escolas, uma questão séria muitas vezes negligenciada pelo SEPE/RJ. Além disso, a análise da fala de Bárbara evidencia uma lacuna significativa entre o reconhecimento da importância da Secretaria de Gênero e seu efetivo engajamento e atuação dentro do sindicato. Apesar de reconhecer a existência da Secretaria, Bárbara ressalta que, durante sua gestão, por diferentes motivos, pouco foi feito para promover ações concretas em prol dos direitos das mulheres no sindicato. No entanto, ela expressa otimismo em relação à nova coordenação da secretaria (que teve início em 2022), sugerindo uma expectativa de mudança e revitalização nas atividades desenvolvidas.

Essa perspectiva suscita questionamentos pertinentes sobre as atividades e o impacto da Secretaria de Gênero nos últimos anos. O que tem sido efetivamente realizado pela secretaria para promover a igualdade de gênero, combater o assédio nas escolas e defender os direitos das mulheres no âmbito sindical? Como tem sido sua atuação diante dos desafios e obstáculos enfrentados pelas trabalhadoras do SEPE? Essas indagações apontam para a necessidade de acesso a outras fontes. Neste cenário, optamos por realizar uma análise das

²⁵⁰ LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

²⁵¹ SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

fontes disponíveis na página oficial do SEPE/RJ no *Facebook*²⁵², buscando compreender melhor algumas ações e posicionamentos desta secretaria ao longo desses últimos anos.

A escolha de analisar as fontes disponíveis nas redes sociais para entender as ações e posicionamentos da Secretaria de Gênero do SEPE/RJ nos últimos anos é justificada por algumas razões. Primeiramente, as redes sociais oferecem um acesso aberto ao público, o que significa que as postagens e atividades da secretaria podem ser facilmente visualizadas por qualquer pessoa interessada. Além disso, as redes sociais do SEPE são atualizadas com uma frequência significativa, e essa atualização frequente permite uma análise mais dinâmica das ações da Secretaria.

Vale aqui destacar que, embora o uso de fontes digitais seja cada vez mais comum em diferentes campos de pesquisa, isso se deve em grande parte aos avanços da tecnologia e às vantagens que o uso da internet nos trouxe. Mas ainda é visto dentro do campo historiográfico com relutância. Fábio Chang de Almeida argumenta que isso se deve, em primeiro lugar, ao tradicionalismo histórico que apesar dos avanços ainda privilegia os documentos escritos em papel. Em segundo lugar, devido a uma escassez de debate teórico-metodológico em relação a esse tipo de fonte. Neste sentido, a adaptação à tecnologia seria algo fundamental:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores.²⁵³

O uso das fontes digitais, no entanto, não isenta a historiadora ou o historiador de uma análise comparativa das fontes e o confronto dos dados disponíveis. Isso se deve à necessidade de evitar equívocos, uma vez que confiar em um *site* falso como se fosse legítimo, por exemplo, seria um erro grave²⁵⁴. Portanto, é crucial que a pesquisadora ou pesquisador estejam sempre atentos às possibilidades de escolhas de fontes. Mas assim como no uso das fontes orais, é necessário ter uma postura crítica diante das fontes digitais, questionando sua autenticidade, origem e possíveis intenções por trás da sua criação.

²⁵²SEPE/RJ - **Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro**. [Facebook]. Disponível em: https://www.facebook.com/Seperj?locale=pt_BR. Acesso em: 06 de dezembro de 2023.

²⁵³ ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS*, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan./jun. 2011. p 12.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 23.

A metodologia aqui adotada consistiu em acessar a página oficial do SEPE/RJ no *Facebook*, criada em 28 de fevereiro de 2012, e realizar uma busca por meio das palavras-chave "gênero", "mulher" e "mulheres", com o objetivo de identificar publicações, debates ou iniciativas relacionadas à temática de gênero e aos direitos das mulheres promovidos ou discutidos pelo sindicato em sua plataforma de mídia social, reconhecendo este espaço como um dos principais meios de divulgação de suas atividades. Vejamos, por exemplo, termo “gênero”. A busca por postagens relacionadas à palavra “gênero” resultou na identificação de 46 *posts*, sendo que entre estes 46, apenas 25 tinham algum conteúdo relacionado à palavra e/ou à secretaria.

Tabela 2– Postagens do SEPE/RJ no *Facebook* que tratam sobre gênero

| <i>POST</i> | <i>DATA</i> |
|--|-------------|
| SEPE PROPÕE REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO TJ/RJ CONTRA LEI QUE VEDA DISCUSSÃO DE GÊNERO EM BARRA MANSA (INFORMATIVO DE AÇÃO) | 08/11/2018 |
| SEMINÁRIO DA SECRETARIA DE GÊNERO E COMBATE À HOMOFOBIA ESTÁ ACONTECENDO HOJE (DIA 19/2) NO SEPE (EVENTO) | 19/02/ 2019 |
| SEPE-RJ CONVIDA PARA A PALESTRA SOBRE A DISCRIMINAÇÃO ÀS LEGBTT (EVENTO) | 04/06/2019 |
| ESCOLA SEM PARTIDO SOFRE IMPORTANTE DERROTA NO SUPREMO (INFORME) | 25/04/2020 |
| AO VIVO É NA REDE QUE A GENTE SE ENCONTRA: GÊNERO, RAÇA E A COVID-19 (DEBATE/LIVE) | 13/05/2020 |
| AO VIVO A SITUAÇÃO DAS MULHERES FRENTE À CRISE DO CORONAVIRUS (DEBATE/LIVE) | 12/06/2020 |
| AO VIVO É NA REDE QUE A GENTE SE ENCONTRA: GÊNERO, RAÇA E A COVID-19 (DEBATE/LIVE) | 19/06/2020 |
| ÓRGÃO ESPECIAL DO TJ/RJ ACOLHE REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO SEPE E DECLARA INCONSTITUCIONAL NORMA EM BARRA MANSA/RJ QUE PROIBIA DEBATE SOBRE GÊNERO (INFORME) | 22/07/2020 |

| | |
|---|------------|
| | |
| JUSTIÇA PARA MARIANA FERRER (NOTA DE REPÚDIO E CHAMADA PARA PROTESTO JUNTO AOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO DIA 8 DE NOVEMBRO) | 06/11/2020 |
| JUSTIÇA PARA MARIANA FERRER (NOTA) | 04/04/2021 |
| 28 DE JUNHO DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTI (GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E PESSOAS INTERSEXO), OU SIMPLEMENTE DIA DO ORGULHO GAY (INFORMATIVO) | 28/06/2021 |
| NESTA QUARTA-FEIRA (13) A SITUAÇÃO DAS MULHERES FRENTE À CRISE DO CORONAVÍRUS (DEBATE/LIVE) | 12/05/2022 |
| 28 DE JUNHO – DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTQIA+ (INFORMATIVO) | 28/06/2022 |
| RACISMO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA PREFEITURA DE MESQUITA? ATAQUE RACISTA À BENEDITA DA SILVA EM GRUPO DE WHATSAPP (DENÚNCIA) | 04/07/2022 |
| 25N – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CHAMADA PARA ATO CONJUNTO COM A FRENTE FEMINISTA 8M NO DIA 25 DE NOVEMBRO) | 21/11/2022 |
| 25N – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CHAMADA PARA ATO CONJUNTO COM A FRENTE FEMINISTA 8M NO DIA 25 DE NOVEMBRO) | 25/11/2022 |
| NOTA DA SECRETARIA DE GÊNERO E COMBATE À HOMOFOBIA CONTRA MORTE DE ESTUDANTE NA UFPI (NOTA) | 27/01/2023 |
| O COLETIVO DA SECRETARIA DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL DO SEPE REALIZA, NO PRÓXIMO SÁBADO (DIA 4 DE FEVEREIRO) A SUA PRIMEIRA PLENÁRIA DO ANO DE 2023, A PARTIR DAS 14H, NO AUDITÓRIO DO SEPE (RUA EVARISTO DA VEIGA 55 – 7º ANDAR). A PLENÁRIA SERÁ REALIZADA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE GÊNERO E COMBATE À HOMOFOBIA DO SEPE PARA O DEBATE DE PROPOSTAS PARA O 8M 2023, ENTRE OUTRAS (PLENÁRIA) | 30/01/2023 |
| JUSTIÇA PARA JANAÍNA! A ESTUDANTE JANAÍNA DA SILVA BEZERRA, DE 22 ANOS, FOI ESTUPRADA E ASSASSINADA APÓS CALOURADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI (CONVOCAÇÃO PARA ATO JUNTO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL) | 01/02/2023 |
| DEBATE A SECRETARIA DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL DO SEPE- | |

| | |
|---|------------|
| RJ, VEM CONVIDAR A TOD@S PARA O DEBATE “INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E INTER-RELIGIOSIDADE NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA”, EVENTO QUE ÍNTEGRA A “CAMPANHA DOS 21 DIAS DE ATIVISMO CONTRA O RACISMO” (DEBATE) | 01/03/2023 |
| COM UMA PERUCA LOIRA, EM NÍTIDO OBJETIVO DE PROVOCAR HUMILHAÇÃO, NIKOLAS FERREIRA (PL-MG), DEPUTADO FEDERAL BOLSONARISTA DO PL, USOU A TRIBUNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DECLARAR: “HOJE EU ME SINTO MULHER: DEPUTADA NICOLE”. | 13/03/2023 |
| NOTA PELO ATAQUE AO PROFESSOR PEDRO MARA MILITANTE DO SEPE /RJ. O PROFESSOR PEDRO MARA, QUE PERTENCE À REDE ESTADUAL E SEMPRE ESTEVE PRESENTE NAS LUTAS DA CATEGORIA POR VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DAS QUESTÕES DE GÊNERO E IGUALDADE RACIAL, SOFREU UMA OUTRA TENTATIVA DE INTIMIDAÇÃO NESTA SEMANA. | 29/09/2023 |
| A SECRETARIA DE GÊNERO E COMBATE À HOMOFOBIA REALIZARÁ NO DIA 9/10 DEBATE SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO (DEBATE) | 04/10/2023 |
| A SECRETARIA DE GÊNERO E COMBATE À HOMOFOBIA, CONVOCA PARA O DEBATE SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO (DEBATE) | 09/10/2023 |
| O SEPE REALIZOU NESTA TERÇA-FEIRA, 5/12, A SUA I PLENÁRIA LGBT DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO . O EVENTO FOI ABERTO À PARTICIPAÇÃO DE FILIADOS E NÃO FILIADOS E TEVE COMO OBJETIVO A DISCUSSÃO DE TEMAS REFERENTES ÀS QUESTÕES DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DENTRO DAS ESCOLAS (INFORME) | 06/12/2023 |

Fonte: Autoria própria. Informações retiradas da página oficial do SEPE/RJ no *Facebook*.

Mas o que os usos das fontes digitais mostraram? Como essas narrativas se relacionam com as outras fontes disponíveis? Aqui, os usos dessas fontes digitais permitiram refletir sobre vários elementos:

Analisando as postagens relacionadas à palavra "gênero" nos últimos anos, é possível observar uma evolução na quantidade de publicações sobre o tema. Nos últimos três anos, em particular, parece ter havido um aumento significativo no número de postagens relacionadas. No entanto, é importante questionar a qualidade e profundidade dessas postagens, bem como o real impacto das mesmas na conscientização e na promoção da igualdade de gênero dentro do SEPE/RJ. A simples quantidade de postagens não necessariamente reflete um engajamento efetivo com a temática. Além do aumento na quantidade de postagens relacionadas à palavra "gênero", parece ter havido também uma evolução na linguagem utilizada. Especificamente

nos últimos dois anos, percebe-se um esforço em incluir uma linguagem mais inclusiva, não heteronormativa e não sexista.

A predominância de postagens nos meses de março (em decorrência do Dia Internacional da Mulher), junho (mês do Orgulho LGBTQIA+) e julho (mês da Mulher Latino-Caribenha) sugere que as agendas e ações ainda estão fortemente vinculadas às datas comemorativas.

No entanto, nos últimos dois anos, houve uma mobilização mais intensa. Entre os temas principais das postagens, aparecem: As chamadas para plenárias, formações, rodas de conversas e debates. Além disso, informativos, denúncias, postagens celebrativas e notas de repúdio também estão mais frequentes, bem como chamadas para atos e passeatas junto a diferentes coletivos feministas.

Mônica Gonçalves, militante do SEPE Estadual, ao falar sobre a participação das mulheres no sindicato aponta para a formação política como um elemento central.

A politização é fundamental. É preciso debater seriamente as questões políticas. O que temos visto é uma ausência desse debate político essencial para lidar com essas questões de forma apropriada. Muitas vezes, os temas relacionados ao feminino são tratados de forma pejorativa, como se fossem meras reclamações ou lamúrias, diminuindo assim sua importância. Ainda existe uma invisibilidade em torno dessas questões, não se dando a devida seriedade que merecem. É necessário politizar esses temas, reconhecendo sua gravidade, pois mulheres estão perdendo suas vidas devido à falta de políticas sérias. A desigualdade salarial, por exemplo, é propositalmente mantida, porque convém ao capital manipular essas pessoas para lucrar em cima desses corpos.²⁵⁵

A necessidade de dar visibilidade e seriedade a essas questões, bem como de políticas efetivas para enfrentá-las, reflete os desafios e as demandas colocadas pelas entrevistadas. Desse modo, a fala de Mônica reforça a importância de uma atuação política engajada e comprometida com a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação, a partir de uma mobilização maior do sindicato para essas demandas. Ao promover debates, plenárias e formações sobre temas como direitos das mulheres, igualdade de gênero, diversidade sexual e combate à homofobia, a secretaria contribui para a conscientização e o engajamento político dos profissionais da educação. Isso pode impactar positivamente suas práticas pedagógicas, tornando-as mais inclusivas, sensíveis e

²⁵⁵ GONÇALVES, Mônica. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de maio de 2022.

comprometidas com a promoção da igualdade e dos direitos humanos dentro e fora da escola e do sindicato.

3.3 Fortalecendo a Pauta das Mulheres: Atuação e Formação da Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói

Como já foi evidenciado nesta dissertação, o sindicato é claramente caracterizado como um ambiente de disputas de ideias e projetos políticos. No caso do SEPE- Niterói (assim como também no SEPE Central), encontramos ali uma diversidade de filiações partidárias, bem como a presença de indivíduos que optaram por não se alinhar a nenhum partido político. Essa variedade inclui pessoas de diferentes tendências políticas, as que se dizem tanto “de esquerda” quanto “de direita”. A presença de uma ampla diversidade de filiações partidárias e tendências políticas dentro do sindicato claramente impacta o debate em torno das diversas pautas. Essa variedade de perspectivas pode influenciar significativamente a forma como essas questões são abordadas e as soluções propostas.

Aqui, nosso interesse se volta mais especificamente para as “pautas das mulheres”. E antes de darmos continuidade a esta reflexão, é importante ressaltar a opção por chamá-las de “pautas das mulheres” e não “pautas feministas”. A escolha por esse termo visa abordar as questões relacionadas aos direitos das mulheres de forma mais ampla, reconhecendo que nem todas as participantes do SEPE/RJ se identificam como feministas. Além disso, essa decisão destaca a importância de envolver e sensibilizar um público diversificado para questões de gênero, sem gerar resistências desnecessárias que possam surgir com o uso do termo “feminista”. No entanto, é crucial ressaltar que as pautas das mulheres frequentemente estão alinhadas com os princípios e objetivos do movimento feminista, que de forma mais ampla buscam promover a igualdade de gênero e combater a discriminação e a opressão contra as mulheres em todas as suas formas.

Danielle Bornia ao ser questionada na entrevista sobre a existência de pautas consideradas feministas no SEPE-Niterói argumenta:

Então, assim, é que eu não me considero feminista. Não no sentido que o termo ganhou. Todo mundo trata a palavra feminista como quem luta contra o machismo, quem é contra o machismo. Não é nesse sentido que eu não me considero feminista. É no conceito mesmo, do que é o feminismo, o que defende. Que prega a unidade de todas as mulheres independente da classe, todos os matizes aí e tal, mas eu tenho como linha central isso. Não defendo isso. Eu sou socialista, e quero a unidade das mulheres trabalhadoras. Essas que têm um papel importante na emancipação das

mulheres. Olhando a História a gente vai ver que, mesmo nos momentos que teve unidade das mulheres trabalhadoras com as mulheres burguesas, como nas lutas pelo direito ao voto, quem leva até o fim essas lutas são as mulheres trabalhadoras, em unidade com os homens trabalhadores. Então, tem algumas demandas que são consideradas das mulheres, mas que são demandas da classe trabalhadora.²⁵⁶

Danielle Borna, filiada ao PSTU, se baseia em uma distinção entre feminismo e socialismo, destacando sua identificação com este último. Ela argumenta que, embora o feminismo seja muitas vezes associado à luta contra o machismo, ela não se identifica com esse movimento no sentido conceitual do termo. Para ela, algumas demandas consideradas como específicas das mulheres são, na verdade, demandas da classe trabalhadora como um todo. Por exemplo, a luta por mais vagas na educação e por salários justos são questões que afetam não apenas as mulheres, mas toda a categoria trabalhadora. Portanto, para Danielle, a luta contra a opressão machista e a luta contra a exploração capitalista estão intrinsecamente ligadas. Daniele, como membro do PSTU, compartilha da perspectiva do partido, que se baseia em princípios defendidos como socialistas e revolucionários. Esses princípios fundamentam sua visão sobre a luta das mulheres e sua relação com o movimento feminista. Entre eles: a priorização da luta de classes na transformação da sociedade. Nesta perspectiva a ênfase na unidade das mulheres trabalhadoras está alinhada com a perspectiva de que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à luta contra a exploração capitalista. Em sua visão a opressão de gênero é enraizada em uma análise materialista, que entende que as relações de poder são moldadas pelas estruturas econômicas e sociais e critica o feminismo liberal, por sua suposta incapacidade de desafiar as estruturas capitalistas e por sua falta de ênfase na luta de classes.

Mas, embora Danielle Borna destaque sua identificação com o socialismo em detrimento do feminismo, ressaltando a relação entre a luta de classes e a emancipação das mulheres, vemos que, em contrapartida, dentro do SEPE-Niterói, uma campanha intitulada "SEPE Niterói na Luta Feminista"²⁵⁷ foi lançada em 2021. Esta iniciativa, alinhada ao feminismo e suas pautas, busca, aparentemente, priorizar as demandas específicas das

²⁵⁶ BORNIA, Danielle. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

²⁵⁷ SEPE Niterói. 8M SEPE-Niterói na luta feminista: Live Mulher, Educação, Opressões e Pandemia. Facebook, 05 de março de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/sepeniteroi/photos/a.1038239802854531/4096988773646270/?paipv=0&eav=AfYV AzMTAWTewFGRY0-T1vpuE_fezJ_6gpHZcKFgs-T59WWzZheetBWiUeqXDobjOqg. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

mulheres no sindicato e promover a conscientização sobre questões de gênero e a luta contra a opressão patriarcal. Enquanto Danielle enfatiza a importância da luta de classes na transformação da sociedade, a campanha no SEPE-Niterói visava mobilizar os membros e membras do sindicato em torno de questões como igualdade salarial, combate à violência de gênero e garantia de direitos reprodutivos. Essa divergência de abordagens reflete as diferentes perspectivas existentes dentro do sindicato e destaca a complexidade das discussões sobre o papel das mulheres na sociedade e na luta por seus direitos dentro do movimento sindical. Além disso, a campanha buscou fortalecer alianças e parcerias com outros movimentos feministas e organizações da sociedade civil, ampliando assim o alcance e o impacto das ações em prol dos direitos das mulheres. É importante salientar que nos últimos anos a chapa majoritária na direção do SEPE- Niterói é a Chapa 3 “SEPE na luta Educadora”. A presença dessa campanha revela a diversidade de perspectivas existentes dentro do SEPE Niterói no que diz respeito ao feminismo. Por isso também essa escolha pelo termo "pautas das mulheres" em vez de "pautas feministas" não é apenas uma questão semântica, mas traz luz às divergências mais profundas na compreensão do papel das mulheres na sociedade e na luta por seus direitos dentro do sindicato.

Mas quais são estes debates travados dentro do SEPE-Niterói? Como as mulheres deste núcleo pensam a sua relação com os homens do sindicato? Quais são as principais pautas?

É importante dizer que independentemente das perspectivas políticas das entrevistadas, foi observado que elas compartilham de uma dificuldade comum inicial em abordar pautas específicas para as mulheres dentro do contexto do SEPE-Niterói. Uma explicação recorrente apresentada por elas é que, dado que o grupo é majoritariamente composto por mulheres, as pautas das mulheres são percebidas como pautas para todos, não se diferenciando das demandas gerais da categoria. Em alguns casos, essa percepção reflete uma visão sobre as questões de gênero dentro do sindicato, onde as mulheres tendem a integrar suas lutas individuais dentro de uma luta coletiva por direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho. Nesse sentido, as entrevistadas parecem destacar a importância de abordar as questões de gênero como parte integrante das demandas sindicais mais amplas, em vez de tratá-las separadamente. Essa dificuldade em identificar e articular pautas específicas para as mulheres pode estar relacionada a uma série de fatores, incluindo a falta de conscientização sobre as questões de gênero, a percepção de que as demandas das mulheres são automaticamente abrangidas pelas demandas sindicais gerais e até mesmo a ausência de espaços de discussão e articulação específicos para questões de gênero dentro do sindicato.

Isso não significa necessariamente uma falta de engajamento ou interesse por parte das entrevistadas em relação às questões de gênero, mas nos leva a questionar sobre a forma como essas questões são compreendidas e abordadas dentro do contexto do SEPE-Niterói.

A primeira resposta de algumas militantes do SEPE-Niterói à questão da existência de "pautas específicas para as mulheres" no sindicato ia ao encontro da ideia de que não havia necessidade de tais pautas, pois o sindicato, sendo este representativo “dos profissionais da educação”, é composto em sua maioria por mulheres. No entanto, logo surgiam indicações de demandas e necessidades específicas das mulheres.

A declaração de Anathyelle Brandt exemplifica isso. Ao ser perguntada sobre as pautas específicas para as mulheres dentro do SEPE- Niterói, ela argumenta:

Assim, na maioria das vezes, as pautas são num todo. Mas eu acho que a pautas sobre a ampliação da educação infantil é uma pauta que atinge principalmente as mulheres, porque a gente sabe que a maternidade e os filhos geralmente ficam na responsabilidade das mães, mesmo com os pais. O pai não é homem estando em casa, mesmo sendo um pai que mora com o filho. Geralmente, socialmente, nós temos essa cultura de que a mulher que cuida da criança. Então a oferta de creche influencia diretamente na vida da mulher, porque a mulher consegue trabalhar, a mulher consegue fazer outras coisas quando consegue ter um local para deixar o filho. E por mais que a gente fale, que é um direito da criança, mas isso também se transforma num apoio para as mães. Eu acho que isso já não atinge os homens, porque os homens vivem com a criança na creche ou não. Eles vão continuar trabalhando.²⁵⁸

Na visão de Anathyelle, algumas pautas sindicais afetam mais a vida das mulheres que dos homens. Ela aponta especificamente para a importância da ampliação das vagas na Educação Infantil como uma pauta que impacta principalmente as mulheres. E observa que, embora a oferta de creches seja frequentemente apresentada como um direito da criança, ela é importante para as mães. Para ela, essa questão não afeta os homens da mesma forma, já que muitos deles continuam trabalhando, independentemente da disponibilidade de creches. Ainda sobre a maternidade, Anathyelle acaba sendo um exemplo de como a maternidade pode, se não pensada de maneira coletiva, afetar a participação das mulheres dentro do sindicato:

[...] eu sinto a dificuldade enquanto mãe, porque eu preciso de alguém para ficar com o meu filho. Às vezes dá para negociar ou meu marido consegue ou eu peço para outra pessoa, mas geralmente eu não consigo atuar do jeito que eu acho que eu gostaria devido à maternidade.²⁵⁹

No SEPE-Niterói, estava sendo discutida e implementada a criação de espaços recreativos durante as assembleias sindicais. Essa medida visa não apenas proporcionar um

²⁵⁸ BRANDT, Anathyele. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de junho de 2022.

²⁵⁹ BRANDT, Anathyele. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de junho de 2022.

ambiente inclusivo para as mães participarem das reuniões, mas também garantir que sua participação seja efetiva e significativa. No entanto, no contexto da entrevista feita com Anathyelle, fica evidente que esse pensamento não é amplamente compartilhado. Por exemplo, ela menciona uma situação em que uma mulher expressou preocupações sobre a necessidade da creche para as mães durante as assembleias sindicais do SEPE, neste contexto, ouviu de uma outra mulher o questionamento de se o sindicato deveria "ficar pagando babá". Isso sugere que, apesar das discussões sobre pautas relacionadas à maternidade, ainda há resistência ou falta de sensibilidade em relação às questões específicas enfrentadas pelas mulheres no contexto do SEPE-Niterói.

Você falando essa questão sobre mulher, se são acolhidas as pautas feministas, eu me recorro que, inclusive, retornamos esse assunto. Mas não é algo amplo, não é a maioria, nem quando se fala da creche para as mulheres. Quando se fala da creche, me recorro que uma mulher reclamou isso. Eu não sei se ela já é mãe. Eu não tenho intimidade, não a conheço. Mas eu lembro que foi justamente uma mulher que reclamou, e a fala foi até “Ah, o SEPE vai ficar pagando babá?”.²⁶⁰

Anathyelle destaca a importância da solidariedade e da consideração das necessidades das mulheres, mas observa que essas preocupações nem sempre são levadas a sério ou valorizadas dentro do sindicato, como evidenciado pela continuidade da falta de creches, até o período da entrevista 2022, para mães participarem das atividades sindicais.

Do mesmo modo, Sara Busquet Magalhães, inicia sua resposta com um argumento parecido:

Então, primeiro assim, se tratando de um sindicato de profissionais de educação eu penso que todas as nossas pautas atravessam de alguma forma o feminismo porque a nossa categoria majoritariamente feminina. Principalmente a categoria do grupo do magistério, que é majoritariamente feminino, não no ensino fundamental 2, mas no ensino fundamental 1 é predominantemente feminino, você vai nas escolas e a gente tem mulheres trabalhando com as crianças, é algo histórico da Educação. Então, eu acho que uma das bases é o feminismo, com certeza, que atravessa, porque tem essa característica muito forte das profissionais de educação. Tanto que eu gosto muito de falar “das profissionais da educação”, eu nem falo muito “dos profissionais de educação”. Todas as postagens que eu faço eu prefiro ou colocar na linguagem neutra ou no feminino sempre, na Comunicação.²⁶¹

Mas logo Sara aponta para algumas pautas específicas que vê como mais importantes para as mulheres, entre elas: a promoção de debates sobre a luta de gênero, especialmente no mês de março, com a realização de um dia dedicado a “luta feminista”; Grupo de Debates (GD) reunido no Encontro Popular da Educação de Niterói sobre mulheres e crianças; atenção

²⁶⁰ BRANDT, Anathyelle. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de junho de 2022.

²⁶¹ MAGALHÃES, Sara Busquet. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

às mães, especialmente mulheres jovens e mulheres negras das comunidades de Niterói, que enfrentam dificuldades na obtenção de vagas escolares para seus filhos e filhas.

Na visão de Kerley, a única pauta que pode ser considerada específica é da atualmente intitulada “creche militante”.

A única que a gente fala que é da nossa creche militante, para que as mães possam ir levar seus filhos e participarem de assembleias, atos e qualquer coisa que a gente tenha. Que elas possam participar porque tem a creche militante. Então esse é um pensamento do SEPE-Niterói em relação às mulheres. Todas às vezes que a gente tem algum evento a gente pensa na creche, a gente teve no quilombo, a gente teve uma creche militante lá.²⁶²

Para Kerley, embora o SEPE-Niterói não tenha muitas pautas específicas exclusivamente para as mulheres devido à extensa lista de demandas que já possuem, reconhecem a importância de criar espaços para discutir questões relacionadas às mulheres, “especialmente durante o mês de março, que é o mês das mulheres”. Neste período, planejam conversas e rodas de discussão, para envolver mais mulheres nas atividades do sindicato.

Eliane Peçanha, enquanto integrante da Secretaria de Combate às Opressões, argumenta explicando que no SEPE-Niterói há uma atuação concreta em relação às questões de gênero e outras formas de opressão. Reconhecendo que, embora haja muitas demandas, estão comprometidas em abordar essas questões. Destaca que o sindicato tenta organizar um calendário anual que inclua pautas relacionadas às mulheres, ao movimento negro, à educação anti-racista, à comunidade LGBTQIA+ e outras. Segundo Eliane, essas pautas são discutidas no SEPE e a categoria tem a oportunidade de participar dessas discussões.²⁶³ Além disso, explica também acerca da creche militante:

A creche militante é o seguinte: Quando tem uma assembleia, tem uma plenária, tem uma atividade, um curso, um seminário, e as mães que vão participar, as professoras, as funcionárias, as cozinheiras, que tem filhos, precisam dizer na pré-inscrição se tem filhos e precisa levar essas crianças com você. E o SEPE disponibiliza pessoas para ficar com essas crianças. Daí têm atividades com as crianças, tem espaços, lanches. Isso é uma creche militante.²⁶⁴

Por sua vez, em entrevista concedida em 2022, Lilian Silva expressa sua insatisfação com a gestão do SEPE- Niterói no que tange ao tratamento com as pautas de combate às opressões, especialmente no que diz respeito à formação política e conscientização das

²⁶² ARRUDA, Kerley Teodora de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

²⁶³ PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

²⁶⁴ PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

mulheres militantes. Ela acreditava que ainda há muito a ser feito em termos de proporcionar uma formação mais robusta e conscientização para as mulheres que atuam nas escolas, especialmente sobre seu papel na luta pela emancipação feminina.

Eu acho que essa questão deixa muito a desejar no SEPE-Niterói. Eu faço parte de um coletivo que se chama 8 M, em Niterói, que é um coletivo que tenta organizar as mulheres de Niterói para as pautas e para as manifestações femininas na cidade. Acho que a questão das opressões ainda deixa muito a desejar na questão da formação mesmo, da formação política, da conscientização das mulheres militantes.²⁶⁵

Por outro lado, os desafios enfrentados pelas mulheres em relação à participação nas atividades do SEPE-Niterói parecem mais perceptíveis. Com relação aos desafios para a militância no sindicato, a análise das entrevistas revela alguns elementos importantes. Algumas militantes, corroborando com o que foi destacado no capítulo anterior pelas militantes históricas, mencionam a questão da dupla jornada e da falta de tempo como desafios significativos. Além desses aspectos, outros apontam para a necessidade de enfrentamento ao machismo e ao racismo como obstáculos serem superados.

Sara Magalhães, ao falar sobre as barreiras da participação feminina no sindicato, indica:

A gente tem hoje uma categoria majoritariamente feminina, onde a gente também tem homens participando do sindicato, e é óbvio que por mais que sejam homens de esquerda que estão ali lutando pelos direitos, também tem em si o machismo e com isso também reproduzem situações machistas. Isso, com toda certeza, é algo que atravessa muito o dia a dia do sindicato. A gente já teve situações muito difíceis de machismo que a gente teve que enfrentar internamente.²⁶⁶

Sara destaca os desafios enfrentados pelas mulheres no SEPE- Niterói, incluindo situações de machismo e deslegitimação de sua atuação sindical. Ela menciona exemplos concretos de discriminação de gênero e falta de reconhecimento de suas lideranças, evidenciando a persistência de preconceitos dentro do movimento. Apesar de reconhecer avanços, como a representação feminina em reuniões importantes, a todo momento durante sua entrevista, ela ressalta a necessidade contínua de enfrentar essas formas de opressão e de promover uma cultura sindical mais inclusiva e igualitária. Para ela:

Todos os preconceitos que a gente tem como racismo, gordofobia, capacitismo, machismo todos os preconceitos, todas as opressões, a gente tem também no movimento sindical entre pessoas que deveriam lutar contra as opressões, é um fato,

²⁶⁵ SILVA, Lilian. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 26 de junho de 2022.

²⁶⁶ MAGALHÃES, Sara Busquet. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

isso acontece. Só que às vezes é de forma muito sutil, né, que às vezes a gente não consegue nem perceber, mas muitas vezes, muitas vezes, a gente percebe [...] ²⁶⁷

Kerley Arruda, ao compartilhar suas experiências pessoais de desafios dentro do SEPE- Niterói, expressa:

Então, o SEPE é um local que a gente adoece, infelizmente. Eu já sofri racismo, preconceito de classe e atualmente eu tenho uma outra dificuldade: eu sou cristã evangélica. Ser cristão evangélica e ser militante é algo que parece que não combina. ²⁶⁸

Ao longo da entrevista, Kerley compartilha algumas frustrações, ela sente que suas contribuições são frequentemente desvalorizadas e questionadas por outros membros e membras do sindicato, especialmente homens. Ela menciona a pressão para se alinhar a correntes políticas dentro do sindicato, e a opção por se manter independente.

Eu agora tenho uma coisa que me chateia muito que é: uma que é achar porque é homem sabe mais e é melhor do que você, isso para mim é terrível, isso acontece no SEPE. ²⁶⁹

A atuação de mulheres negras, como a Kerley, no sindicato abriu espaço para discussões cruciais sobre reconhecimento, interseccionalidade participação e formação política. Como “merendeira escolar”, Kerley enfrenta uma série de desafios únicos que resultam da interseção de gênero, raça e ocupação. Dentro do sindicato, questões sobre a valorização do trabalho das “merendeiras” em comparação com o trabalho dos professores muitas vezes parecem emergir, destacando a importância de garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, independentemente da ocupação. É preciso pensar na questão da participação e representatividade das “merendeiras” e outros trabalhadores não docentes no sindicato.

No artigo *Militância Sindical Afirmativa, Antirracista, Decolonial na Educação* ²⁷⁰, Josiane Nazaré Peçanha de Souza e Eliane Souza Peçanha, mulheres negras, pesquisadoras e militantes do SEPE Central e SEPE- Niterói, discutem o desenvolvimento de uma militância sindical antirracista e decolonial no SEPE- Niterói entre os anos de 2015 e 2018. Segundo as pesquisadoras, a opção pelo período se dá devido a não existência de documentos anteriores

²⁶⁷ MAGALHÃES, Sara Busquet. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

²⁶⁸ ARRUDA, Kerley Teodora de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

²⁶⁹ ARRUDA, Kerley Teodora de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

²⁷⁰ SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de; PEÇANHA, Eliane Souza. Militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial na educação, *Cadernos do Lepaarg*, v. XVI, n.31., p. 56-66, Jan-Jun. 2019.

que possa evidenciar material produzido no contexto do sindicato a respeito do assunto. Acerca disso elas argumentam:

Uma parcela dos militantes e profissionais da Educação, nas gestões anteriores do SEPE-NITERÓI, discutiam eventualmente sobre a necessidade de travar uma luta mais aprofundada em relação ao combate ao racismo (também ao machismo e LGBTTQIfobia) nas assembleias e em outros espaços coletivos de construção de mobilizações e lutas. As discussões tinham, entretanto, um caráter de manifesto, através de falas e reivindicações orais, sem muita materialidade nas ações sindicais, políticas e pedagógicas. Havia ações e projetos educativos muito significativos desenvolvidos em algumas escolas, mas ainda isolados e não envolvendo vários profissionais da Educação, alunos e as algumas comunidades escolares que compõem ambas as redes de ensino.²⁷¹

As autoras abordam a consolidação dessa militância, especialmente em relação à implementação de ações afirmativas e à discussão interseccional, em colaboração com as redes públicas estadual e municipal. O texto destaca o papel do Coletivo de Combate às Opressões na articulação desses debates, uma vez que a partir deste coletivo, é criada a Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói. A discussão e a prática da militância antirracista e decolonial são vistas como potencializadoras para a promoção de outras perspectivas epistemológicas e para a efetivação das ações afirmativas, como as leis que exigem o ensino da História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Para elas, é a partir de setembro de 2015 que surge um movimento para fortalecer uma militância sindical comprometida com a afirmação, a descolonização e a luta contra o racismo, o machismo e a LGBTQIfobia, de forma interseccional. Isso começou a ganhar destaque nos programas de chapa que faziam parte da direção colegiada anterior.²⁷² Para elas, “é preciso que se construa no sindicato uma militância afirmativa e interseccional; que se articulem as categorias de análise de classe, raça e gênero, para estudar toda a complexa rede de exploração fomentada atualmente pelo Sistema Capitalista”²⁷³.

Naquele contexto, entre os objetivos do Coletivo de Combate às Opressões poderiam ser destacados os seguintes: Estabelecer um grupo de trabalho, composto por indivíduos negros, negras, membros da comunidade LGBTTs²⁷⁴ e mulheres, com plena autonomia e protagonismo, numa abordagem de auto-organização, autodeterminação e autoeducação. Com objetivo de compreender a classe trabalhadora não apenas como uma força laboral, mas também reconhecer que a grande maioria enfrenta diversas formas de opressão resultantes do

²⁷¹ SOUZA; PEÇANHA, 2019, p.58.

²⁷² SOUZA; PEÇANHA, 2019, p.58.

²⁷³ SOUZA; PEÇANHA, 2019, p.59.

²⁷⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTs). Termo utilizado no texto.

sistema capitalista dominante, que é excludente, heteronormativo, racista, patriarcal, sexista e LGBTQIfóbico. Além disso, tinham como objetivo promover a integração e colaboração com universidades, grupos de estudo, movimentos sociais e comunidades como os movimentos de mulheres, negros, indígenas, entre outros, criando assim uma rede colaborativa de aprendizagem, construção e reconstrução de conhecimento, caracterizada pela troca de ideias, análise crítica e participação ativa. Essa rede visou engajar todos os profissionais da educação, fornecendo a base necessária para desenvolver e implementar práticas educacionais inovadoras, baseadas em diferentes perspectivas de conhecimento, dentro das escolas. O propósito do coletivo era o de combater ideologias prejudiciais, como a Escola sem Partido, que promovem visões preconceituosas e discriminatórias em relação a questões como homofobia, racismo e machismo.²⁷⁵

Para concluir, as autoras argumentam sobre as mudanças que foram possibilitadas e potencializadas pelo coletivo:

Paulatinamente, nesses três anos de atividades desenvolvidas junto aos profissionais da Educação e aos alunos, entendendo-os como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997), os envolvidos em todas as nossas lutas travadas, têm aumentado suas consciências em relação as suas importâncias históricas enquanto negras e negros, (mulheres e LGBTTQIs), com o fortalecimento de identidades e solidariedades de gêneros e raciais, se vendo como sujeitos críticos, ativos e transformadores na Educação e sociedade. Mas ainda temos muitos atores a alcançar, muito por fazer.²⁷⁶

Este documento desempenhou um papel crucial na compreensão da evolução da atual Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói. O artigo destaca o trabalho e as ações realizadas por essa gestão, alinhando-se com as pautas prioritárias delineadas, materializadas no esforço para ampliação do debate e implementação desses espaços, como grupos de estudos em diferentes espaços.

No entanto, apesar dos avanços alcançados a partir do trabalho iniciado no SEPE-Niterói em 2015, que gerou importantes debates, parece que parte desse esforço foi deixado de lado após 2018, pelo menos é o que transparece nas falas de algumas militantes. Gleicimar Lima e Lilian Silva, em suas entrevistas concedidas durante o ano de 2022, destacam as ações desenvolvidas pela Secretaria de Combate às Opressões sob o comando de Josiane Peçanha, evidenciando a falta de mobilização mais recente em torno dessas mesmas pautas.

²⁷⁵ SOUZA; PEÇANHA, 2019, p.63.

²⁷⁶ Ibidem, p.64.

Eu não vejo atualmente visibilidade para essa secretaria. Não vejo nos documentos do SEPE nenhuma referência em relação a isso. Antes dessa gestão, acho que a gestão anterior, que era de Josiane, que é uma professora da rede de Niterói. Joseane Peçanha. Na época dela, tinha mais visibilidade. Tanto que ela criou um WhatsApp para tratar da questão racial. Mas se não tiver quem toque, não tem como as coisas andarem.²⁷⁷

Em sua entrevista, Lilian Silva argumenta:

E como posso falar da Secretaria de Combate às Opressões? Ela já teve uma atuação muito forte no SEPE-Niterói, com a militância de uma professora negra chamada Josiane Peçanha, que sempre foi uma militante que reivindicou e que trouxe... e que briga muito pela pauta do combate às opressões, das mulheres negras, dos negros, da LGBTQIfobia. E ela já teve uma atuação muito forte. Mas acho mesmo que por conta das questões políticas que aconteceram no SEPE a corrente dela se desincompatibilizou em 2019, em dezembro de 2019. A corrente partidária dela se desincompatibilizou com a direção do SEPE. Então essa secretaria foi praticamente silenciada dentro do SEPE-Niterói. E acho que ainda precisamos fazer um balanço sobre por que isso aconteceu? Por que essa secretaria tão importante foi relegada e ela foi e caiu no esquecimento?²⁷⁸

Na visão de Eliane Peçanha, a Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói parece estar operando, mas ela ressalta a falta de participação e engajamento por parte de uma parcela significativa da categoria.

[...] mas eu faço parte da Secretaria de Combate às Opressões. Isso quer dizer o quê? Que nós temos projetos de combate às opressões, projetos para racismo, cursos, por exemplo, o SEPE-Niterói tem cursos, tem plenários que a gente faz contra o racismo, contra a... projetos contra o machismo, nós fizemos um curso de Guarani no ano passado, né, pela situação indígena.²⁷⁹

E continua,

Então, o problema é que parte da categoria não chega junto. Parte da categoria só chega quando tem greve se for luta salarial, mas nós temos essas atividades, nós temos esses cursos, nós temos plenárias, nós temos várias... aqui em Niterói, nós temos contatos, nós nos aglutinamos com vários setores sociais. Ano passado nós fizemos várias reuniões com população quilombola. Eu acho isso importante. O que falta no sindicato mesmo é que a gente comece a entender que a gente precisa mostrar para categoria a importância do sindicato, tentar movimentar a categoria. Falta a gente mostrar que aqui no sindicato não é só questão salarial. A gente não deve chegar no sindicato só quando a gente vai fazer uma greve ou só quando tem um problema salarial.²⁸⁰

²⁷⁷ LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

²⁷⁸ SILVA, Lilian. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 26 de junho de 2022.

²⁷⁹ PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

²⁸⁰ PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

Segundo a fala de Eliane, há uma parcela da categoria sindical que só se engaja nas atividades do sindicato quando se trata de questões salariais ou greves. Ela destaca que o sindicato oferece uma gama de atividades e serviços além das negociações salariais, como cursos, plenárias, etc. Eliane expressa a necessidade de conscientizar a categoria sobre a importância do sindicato em todas as áreas, e incentivar uma participação mais ativa e contínua. Enfatiza a importância de mostrar que o sindicato é relevante em diversas áreas da vida profissional e social dos trabalhadores, não apenas em questões de salário.

A análise das entrevistas nos faz pensar que, apesar dos desafios enfrentados, as militantes do SEPE encaram o futuro com esperança. Elas enxergam na formação política uma resposta para muitas das questões aqui levantadas. Essa visão otimista reflete não apenas a determinação das militantes em enfrentar os obstáculos presentes, mas também indica um reconhecimento da importância da educação e do engajamento político na busca por soluções duradouras para os desafios enfrentados pela categoria.

Lilian Silva, militante do SEPE-Niterói destaca a importância da formação política para as militantes dentro do SEPE. Na visão dela, não basta apenas ser mulher e demonstrar interesse pela política, é necessário estudar e compreender o marxismo, a história dos sindicatos e aprender a fazer análise de conjuntura e conduzir assembleias. Ela observa que muitas vezes, as mulheres se sentem envergonhadas por não terem o mesmo conhecimento que os homens, o que ressalta a importância da formação. Argumenta então que o sindicato deve ser encarado como uma escola para a conscientização revolucionária.

Primeiro eu acho que o SEPE nunca pode esquecer de garantir creche a militante e formação política. Eu acho que a questão da formação política precisa ser muito garantida. Não basta ser mulher. Não basta dizer “olha, eu me interesso pela política”, mas a gente precisa estudar para a gente poder ser militante. A gente precisa estudar o marxismo. A gente precisa estudar a história dos sindicatos e aprender a fazer análise de conjuntura. Aprender a como é que a gente conduz uma assembleia, sabe isso tudo se aprende, né? Quando um homem chega e toma a frente, porque ele já sabe tudo, nós, mulheres, a gente se sente envergonhada de não saber conduzir daquela forma. A questão da formação é um ponto que eu sempre reivindiquei no sindicato. É preciso ter formação. Se a gente não tiver formação, se o sindicato não investir na formação militante, que o Gramsci fala muito disso, de que o sindicato é uma escola e uma escola da revolução. Se a gente não entender o sindicato, como uma escola para a conscientização revolucionária, o sindicato é um fim em si mesmo. O sindicato precisa lutar pela superação do capitalismo, porque senão a gente vai sempre ficar naquela coisa das lutas economicistas e nada mais. Sabe, eu acredito na revolução socialista a partir da formação militante, sabe?²⁸¹

Em quase todas as entrevistas, a formação política é colocada como peça fundamental para a atuação das mulheres no SEPE. Para as militantes, garantir espaços de

²⁸¹ SILVA, Lilian. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 26 de junho de 2022.

formação e conhecimento é essencial para que as mulheres possam não apenas participar ativamente das lutas sindicais, mas também assumir papéis de liderança e condução dentro do movimento. A formação política é vista como uma ferramenta de empoderamento para as mulheres dentro do SEPE.

Eu acho, que o nosso sindicato tem que apostar na formação política do professorado, entendeu? E eu acho que essa luta nossa, ela está muito aquém da necessidade, da politização dos professores, entendeu? Porque fica muito centrado nas lideranças, nos grupos políticos que estão liderando o sindicato e eles acabam... Como é que eu vou te falar? É como viver em torno de si mesmos, entendeu? E não colocassem as questões fundamentais, que são as questões para qual existe o sindicato, que eu acho que principalmente tem que ser uma escola de formação política em todos os assuntos que forem abordados dentro do sindicato.²⁸²

Gleicimar Lima destaca a importância crucial da formação política no sindicato, especialmente para as professoras. Ela expressa sua preocupação com o nível atual de politização dentro do sindicato, argumentando que muitas vezes as discussões e lideranças acabam centralizadas em grupos específicos, deixando de abordar as questões essenciais que deveriam ser prioritárias para a categoria.

Não há como perder de vista que o SEPE, assim como outros sindicatos, é um espaço de disputas políticas. Ainda que haja muitos elementos em comum, de modo geral, ele reúne um grupo diverso, em que experiências, perspectivas e interesses políticos divergem. Essas diferenças gerem disputas, e essas disputas influenciam diretamente as pautas e agenda do sindicato.

Para além disso, é preciso ter em mente que o sindicato reflete as mesmas opressões estruturais presentes na sociedade em geral, como o machismo, o racismo e as desigualdades de classe. E essas opressões também geram conflitos internos dentro do movimento, e influenciam pautas e agendas. As trajetórias e narrativas dessas mulheres, especialmente quando analisadas através das lentes da interseccionalidade, revelam como suas experiências no sindicato são moldadas por uma combinação de fatores sociais e estruturais, incluindo o machismo e o racismo. E também revelam parte das dinâmicas de poder e resistências dentro do sindicato. Neste sentido, fica claro que as mulheres ainda enfrentam desafios para acessar e manter posições de liderança dentro do SEPE, mesmo sendo elas em maior número. Há ainda disputas contínuas sobre quais questões devem ser priorizadas pelo sindicato, como questões

²⁸² LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

salariais e de infraestrutura *versus* questões específicas relacionadas às demandas específicas das mulheres.

Dentro do SEPE, a existência de coletivos e secretarias específicas que colocam as pautas das mulheres como centrais tem desempenhado um papel importante, ainda que com muitos desafios e limitações. Esses espaços são fundamentais para garantir que o debate sobre as questões de gênero continue vivo e para assegurar que algumas práticas sejam efetivamente implementadas. Um exemplo disso foi a criação da Creche Militante. Embora haja muito a ser avançado, esses coletivos e secretarias representam passos significativos na luta por igualdade dentro do SEPE.

Por último, é importante destacar que as mulheres entrevistadas consideram a formação política uma necessidade crucial para enfrentar os desafios específicos que surgem em um espaço sindical, historicamente marcado por perspectivas masculinas. Para elas, para garantir que as pautas femininas sejam devidamente contempladas, e que as mulheres possam ocupar posições de liderança, é essencial investir na capacitação e educação política das militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de pesquisa proposto nesta dissertação foi a investigação das relações de gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), a partir das narrativas de mulheres militantes e ex-militantes de dois núcleos distintos do sindicato, o SEPE-Central (Rede Estadual) e o SEPE-Niterói, feitas a partir da metodologia da História Oral. Neste caminho de investigação, buscou-se elementos para entender também de que maneira a Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia, no caso do SEPE-Central, e a Secretaria de Combate às Opressões, no caso do SEPE-Niterói, atuam no contexto dessas relações.

Diferentemente das pesquisas que se concentram em organizações onde há uma maior presença masculina, esta investigação feita no SEPE, que é um sindicato majoritariamente formado por mulheres, contribui não só para entender de que maneira as mulheres pensam e organizam estratégias de mobilização dentro desses espaços políticos, mas também para sistematizar uma reflexão no sentido de nos perguntarmos se o fato de as mulheres estarem em maior quantidade é suficiente para garantir relações mais igualitárias neste espaço, que é também marcado por opressões como o machismo e o racismo. O que podemos concluir a partir das narrativas é que não, já que fica claro que no SEPE/RJ o machismo, e também o racismo, ainda atuam como entraves para a participação das mulheres brancas, e ainda com mais força sobre as mulheres negras. Seja de maneira direta, onde as mulheres sofrem com o machismo empregado por participantes do sindicato em diversos contextos, ou de maneira indireta, uma vez que as estruturas patriarcais, que fazem, por exemplo, com que a maternidade e os cuidados com o lar sejam uma responsabilidade quase que exclusiva das mulheres, ainda há o impedimento de uma atuação mais frequente das mesmas nas atividades sindicais. Aqui estamos falando das consequências de algo destacado por algumas das militantes e ex-militantes entrevistadas: as duplas, ou mesmo triplas, jornadas.

Inicialmente, a pesquisa se voltou para a análise das trajetórias das entidades que antecederam o atual SEPE, a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), o Centro estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP) e o Centro Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro (CEPE), entendendo que o conhecimento da história dessas entidades é fundamental para a compreensão do que é o sindicato atual. O que podemos observar, ao

relacionar as movimentações de todas elas, desde a construção da SEP em 1979, com as trajetórias das que chamamos neste trabalho de pesquisa de “militantes históricas”, é que as mulheres, apesar do machismo, sempre buscaram maneiras de atuar no sindicato como lideranças e não como meras colaboradoras de lideranças masculinas. A análise das entrevistas, cotejadas com outros documentos, deixa claro que, desde a SEP, as mulheres estavam presentes com forte atuação enquanto lideranças. Neste trabalho, destacamos a atuação de Hildézia de Medeiros, nos anos iniciais, mulher que tem sua trajetória individual entrelaçada com a evolução do sindicato, mas entendemos que havia outras lideranças mulheres, que muitas das vezes acabam por ser esquecidas devido também às limitações documentais. Para este período, foi possível constatar que essa atuação no sindicato não era isolada, já que, durante a ditadura civil-militar brasileira, as mulheres se mostraram presentes em diversas frentes. Embora haja pouca visibilidade sobre esta participação, os trabalhos de Marta Gouveia de Oliveira Rovai, sobre a atuação das “mulheres comuns” durante a ditadura civil-militar, não só como apoiadora de seus companheiros mas também como mediadoras entre presos políticos, torturados, fugitivos e o estado; Carolina Dellamore e Débora Rocha Silva, a respeito da participação das mulheres na Greve de Contagem em Belo Horizonte (MG), em 1968; e Ana Maria Colling, ao tratar da atuação das mulheres nas esquerdas revolucionárias e na luta armada nas décadas de 1970 e 1980, mostram a força das mulheres durante esse período sombrio.

Nos últimos anos, em especial a partir de 2019, há uma preocupação por parte das lideranças do SEPE/RJ de destacar a atuação feminina ao longo da história do sindicato. Por conta disso, mostrou-se imprescindível debater os elementos ligados a esta “memória” defendida e construída por militantes e ex-militantes. Tendo como referência as perspectivas das diferentes entrevistadas, nos perguntamos se essa defesa do SEPE enquanto um “sindicato de mulheres” sempre havia existido e de que forma isto vem sendo reivindicado nos últimos anos. Com base nos argumentos teóricos de Michel Pollak e Elizabeth Jelín, identificamos neste contexto um processo clássico de disputa de memórias, marcado pela maior divulgação do feminismo e pelos debates a respeito das relações de gênero, e também pelas produções e debates teóricos mais recentes produzidos por militantes e ex-militantes do sindicato, como, por exemplo, os trabalhos da professora Lia Ciomar Macedo de Faria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e suas orientandas.

Por último, exploramos as dinâmicas de luta e os debates dentro do sindicato, com foco na luta das mulheres ao longo das últimas décadas, anos 1990, 2000 e 2010, as aqui chamadas de “militantes atuais”. O compartilhamento de suas experiências e percepções apresentadas através de suas narrativas foi fundamental para pensarmos as questões relacionadas ao machismo vivenciado e enfrentado dentro e fora do sindicato e entendermos quais têm sido as iniciativas pensadas e debatidas dentro do sindicato, e o que tem sido feito através do trabalho das secretarias específicas.

Para além do machismo, as narrativas trouxeram à tona a necessidade de se pensar em outras opressões, como o racismo, colocando em questão o debate acerca da interseccionalidade, conceito analisado pela intelectual brasileira Carla Akotirene. As trajetórias permitem explorar como as diferentes identidades sociais (gênero, raça, classe, etc.) influenciam de maneira diferente as experiências das militantes, revelando, por exemplo, que as militantes negras são muito mais atingidas pelas opressões dentro do sindicato. Aqui, as desigualdades de gênero dentro do movimento sindical e também do sistema educacional vão emergir como temas cruciais, evidenciando a necessidade de políticas de combate à discriminação e ao assédio, bem como a necessidade de se pensar em estratégias para garantir a representatividade feminina nos espaços diversos e nos cargos de liderança e processos decisórios do sindicato.

Tendo essas necessidades, a Secretaria de Gênero e de Combate à Homofobia do SEPE/RJ do SEPE-Central e a Secretaria de Combate às Opressões do SEPE-Niterói, embora vistas por alguns militantes como mobilizadas, ainda são vistas por outras como incapazes de atender às demandas, devido também à energia gasta com outras questões vistas no sindicato como mais importantes. Embora as percepções das militantes e ex-militantes sobre a atuação desses espaços sejam variadas, todas destacam a importância dessas secretarias na promoção da igualdade de gênero e na luta contra a opressão no contexto do sindicato. Embora a análise das entrevistas revele movimentos e iniciativas das mulheres do sindicato para enfrentar as desigualdades de gênero, desde as lutas por salários justos e mais vagas em escolas de Educação Infantil até debates sobre representatividade feminina e políticas de proteção contra assédio. Todavia, essas ações ocorrem mais no contexto de datas comemorativas, como o Dia Internacional das Mulheres. Neste caminho, algumas militantes vão olhar para a formação política como um elemento central. Fica claro que, para a maior parte das entrevistadas, não há conscientização e combate às opressões sem formação política.

Embora esta dissertação tenha avançado na compreensão das relações de gênero no SEPE/RJ, ela está marcada por limitações, como, por exemplo, a indisponibilidade de alguns documentos internos do sindicato, que restringiu em alguns momentos uma análise mais aprofundada sobre alguns elementos. Algumas militantes falaram sobre a necessária organização da história do sindicato a partir da organização dos materiais que podem estar disponíveis. Pode ser que as sistematizações futuras desses documentos permitam que estudos comparativos com outros sindicatos, tanto majoritariamente femininos quanto masculinos, possam ser desenvolvidos, ampliando a compreensão das dinâmicas de gênero e poder na organização. Além disso, a análise interseccional das experiências das mulheres no sindicato também merece maior aprofundamento, especialmente no que se refere à raça, classe e sexualidade, aspectos que influenciam de maneira diversa a vivência do machismo e do racismo no movimento sindical. Essas direções apontam para a necessidade de se continuar investigando e questionando as relações de gênero em espaços sindicais, contribuindo para a construção de uma compreensão mais complexa e crítica das dinâmicas de poder e das lutas por igualdade nesses ambientes.

FONTES

Documentos

A Greve de 79 quarenta anos depois (livro eletrônico) / organização Claudia Ferreira. – 1. ed – Rio de Janeiro: CACES-PROPED- Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação- UERJ, 2021.

Boletim de Serventes, Merendeiras, Inspectores, Vigias, Pessoal de Secretaria, etc. – SEPE-RJ, 1992.

CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

Direção Estadual do SEPE. **Estatuto do SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/10/ESTATUTO-2021.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023 .

NITERÓI. Plano Municipal de Educação, Lei n. 3. 234, de 4 de agosto de 2016. A prova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2026. Disponível em: <<https://www.educacaoniteroi.com.br/wp-content/uploads/2021/05/PMEN-Lei-3234-e-Anexo-com-metas.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

No artigo A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE- RJ) na luta pela saúde no trabalho, disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/nQmCrRhgkb8sxr4Nm4tpzkJ/?lang=pt#:~:text=%22De%20SEP%20em%20CEP%2C%20o,grau%2C%20majoritariamente%20da%20rede%20p%C3%BAblica>

NOTAS PRELIMINARES PARA UMA HISTÓRIA DO SEPE NITERÓI. Material produzido pelo sindicato. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1G75ZlvfGYyhs7D9MoWV1kpU4KkjGhPAI/edit> . Acesso: 31 ago. 2022.

SEPE Niterói. 8M SEPE-Niterói na luta feminista: Live Mulher, Educação, Opressões e Pandemia. Facebook, 05 de março de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/sepeniteroi/photos/a.1038239802854531/4096988773646270/?pai pv=0&eav=AfYVAzMTAWTewFGRY0-T1vpuE_fezJ_6gpHZcKFgs-T59WWzZheetBWUeqXDobjOqg. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

SEPE RJ. **Nominata 2018-2021** [documento em PDF]. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/NOMINATA_2018-2021.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

SEPE RJ. **Nominata SEPE Central - Gestão 22/25** [documento em PDF]. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2023/12/NOMINATA-SEPE-CENTRAL-GESTAO-22-25-ATUALIZADA-16-NOV-23.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SEPE/RJ - **Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro**. [Facebook]. Disponível em: https://www.facebook.com/Seperj?locale=pt_BR. Acesso em: 06 de dezembro de 2023.

SEPE/RJ. 42 anos de SEPE: Uma história de luta. SEPE RJ. Publicado 19 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hAuvFl-IB3Y&t=2922s> Acesso em: 29 de mar. De 2024.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE MACÁ E REGIÃO. **De SEP em CEP o CEPE vira SEPE: Uma homenagem do Sinpro Macaé e Região aos 43 anos do SEPE**. Disponível em: <https://www.sinpromacae.com.br/o-sepe-somos-nos-nossa-forca-e-nossa-voz/> . Acesso em 20 out. 2021.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto do SEPE/RJ**. Disponível em: <https://www.noticiasdebelfordroxo.com/p/estatuto-sepe-rj.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia**. Disponível em: <https://seperj.org.br/genero-e-combate-a-homofobia/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RJ. **História do SEPE**.

Disponível:<https://seperj.org.br/historia/#:~:text=se%20fundiu%20com%20a%20Uni%C3%A3o,e%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20educadores%20fluminenses>>. Acesso em 20 out. 2021.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **40 anos da greve da educação de 1979**. Revista eletrônica do Sepe (Edição Especial). Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim3434.pdf> .Acesso em: 30 ago. 2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE). Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro- Niterói 2016. Disponível em: <<https://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/57823041/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202016%20-%20Niter%C3%B3i>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FONTES AUDIOVISUAIS

Entrevista com militantes do SEPE/RJ. 42 anos de SEPE: Uma história de luta. SEPE RJ. *Youtube*, 19 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hAuvFl-IB3Y&t=2922s>> Acesso em: 29 de mar. 2024.

FONTES ORAIS

ARRUDA, Kerley Teodora de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

BRANDT, Anathyele. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de junho de 2022.

BORNIA, Danielle. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

GONÇALVES, Mônica. Entrevista concedida a Aline Felizardo. Niterói (online), 22 de maio de 2022.

LIMA, Gleicimar Gonçalves de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 04 de junho de 2022.

LUGÃO, Maria Beatriz. Entrevista concedida à Aline Felizardo (online). Niterói, 04 jul. 2023.

MAGALHÃES, Sara Busquet. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 27 de fevereiro de 2024.

MEDEIROS, Hildézia de. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2023.

MOTA, Maria das Dores. Entrevista concedida à Aline Felizardo (online). Volta Redonda, 23 jul. 2023.

PEÇANHA, Eliane Souza. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 01 de março de 2024.

SILVA, Lilian. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Niterói (online), 26 de junho de 2022.

SINEDINO, Bárbara. Entrevista concedida à Aline Felizardo. Rio de Janeiro (online), 09 de maio de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan./jun. 2011.

ARNS, Paulo Evaristo. **BRASIL: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. Ateliê editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724>. Acesso em: 6 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e espaço simbólico**. *In*: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 4. ed. Campinas: Papius, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Por uma ciência das obras: apêndice 1**. *In*: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papius, 2003.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 271-290, 1994

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *In*: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. “Para o bem do Brasil”: a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. **Avances del Cesor**, v. 20, n. 29, 2023.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DE LIMA, Maria Ednalva Bezerra. Mulheres na CUT: uma história de organização e conquista. **Mulher e trabalho**, p. 59, 2005.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; MARTINS, Thaís Rodrigues. Encontros e percursos de professoras militantes: Hildézia de Medeiros e Dodora Mota. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, p. 1758-1782, 2020.

FERREIRA JR, Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. cap. 3, p. 47-68. p. 47.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política**. In: ABREU, A.A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

JELÍN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016.

MARTINS, Thaís Rodrigues. **Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

MEDEIROS, Hildézia Alves de. *apud* FARIA, Lia; MARTINS, Thaís. Encontros e percursos de professoras militantes: Hildézia de Medeiros e Dodora Mota. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p.1758-1782, out./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.DS12>.

MENDONÇA, Sônia R. de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5 ed. revista e atualizada. São Paulo, Ática, 2006.

MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores em educação pensam a educação dos trabalhadores. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. cap. 6, p. 105-128.

MOURÃO, Giovanni. Em Niterói, aulas começam com reforço de mais de mil professores concursados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 fev. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/em-niteroi-aulas-comecam-com-reforco-de-mais-de-mil-professores-concursados-23421093>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 153-154. apud SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha., 2014.

PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

PERETE, Leila Angélica e OLIVEIRA, Vera Regina Rodrigues de. **Reconstrução da História do SEPE**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989, p.14 apud MIRANDA, 2011

PERIN, Orivaldo. Sepe teve registro suspenso pela justiça do trabalho. **O GLOBO RIO**, Rio de Janeiro, 3 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/sepe-teve-registro-suspenso-pela-justica-do-trabalho-10234095> Acesso em 1 de set de 2022.

PIMENTA, Fabrícia. A sofisticação teórica da produção relativa à História das Mulheres e aos Estudos de Gênero: Entrevista com Rachel Soihet. **Em Tempo de Histórias**, n. 11, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v.5, n.10, p. 200-215, 1992, p. 207.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Villa di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia**, v. 1, p. 503-540, 1964.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

RIDENTI, Marcelo. 1968 – de novo! Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5013044/mod_resource/content/1/1968.pdf. Acesso em: 4 de jul, 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino**. 2012. 592 f. Tese (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, n. 10-11, p. 19-35, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. **Para onde foram os sindicatos?** Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 453-456, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. 4 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização (1964-1985). In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. “Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância”. **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 27, 2020.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos Santos. **O público, o privado e o ensino fluminense (1954-1970): o caso do Centro Educacional de Niterói**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. Narrativas femininas e ditadura militar: a atuação das mulheres na greve operária de 1968 em Contagem/MG. XII Encontro **Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento**. Teresina, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: **Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Tradução de Denise Bottmann. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOARES, José. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. In: **Annual meeting of National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS)**. 2016.

SOARES, Pedro Forrai Valentim Calazans. **Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2019.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). **Educação & Sociedade**, ano

XXII, nº 77, dez. /2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/PVfG7g5yFk6Mcjm6Mc9x96d/?format=pdf&lang=pt> Acesso
em: 31 de julho.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281-300, 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de; PEÇANHA, Eliane Souza. Militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial na educação. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n.31., p. 56-66, Jan-Jun. 2019.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Ráido-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD**, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016.